

UMA PRESENÇA AUSENTE: AMOR E FAMÍLIA PARA OS ADOLESCENTES ACOLHIDOS

Juliana Grasiela da Silva Dantas



Atena
Editora

Ano 2020

UMA PRESENÇA AUSENTE:
AMOR E FAMÍLIA PARA OS
ADOLESCENTES ACOLHIDOS

Juliana Grasiela da Silva Dantas



Atena
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Maria Alice Pinheiro

Edição de Arte: Luiza Batista

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais. Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Editora Chefe

Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará

Profª Drª. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional

Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ

Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Uma presença ausente: amor e família para os adolescentes acolhidos

Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: A Autora
Autora: Juliana Grasiela da Silva Dantas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

D192p Dantas, Juliana Grasiela da Silva.
Uma presença ausente [recurso eletrônico] : amor e família para os adolescentes acolhidos / Juliana Grasiela da Silva Dantas. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-217-3
DOI 10.22533/at.ed.173202107

1. Assistência a menores. 2. Menores abandonados. 3. Casa de Passagem Nossa Gente. I. Título.

CDD 362.73

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Se eu governasse o mundo

Da torneira sairia perfume

Da maternidade futuro

Felicidade seria em cardume

Na penitenciária não haveria furo

Na escola lição é amor,

Em casa ou na rua educação é lei.

Os corações não seriam sós,

Nesse mundo palhaço seria rei.

Tudo na paz,

Tudo na calma,

Nesse mundo tudo seria maresia.

Tudo que é de valor se levaria na alma,

Um mundo de mão brusca não existiria.

Com tabuada todos nasceriam,

Alegria em todos existiria,

Família de verdade todos teriam,

Era um mundo onde o sol nascia

AGRADECIMENTOS

Gratidão é um dos sentimentos mais belos que podem existir, pois calca-se no reconhecimento de todas aquelas coisas bonitas que não podem ser tocadas ou vistas, mas sentidas afetivamente: “Não é sobre ter todas as pessoas do mundo pra si, é sobre saber que em algum lugar alguém zela por ti”. Durante a caminhada, muitos são os obstáculos encontrados, porém tudo torna-se mais leve quando se tem, pessoas lindas que, de várias formas, te agradam com sua presença – não necessariamente física –, em colos, ombros, confiança e afeto. Para estas pessoas a minha gratidão é desmedida, infinita, pois me revelaram a força e beleza de sermos muitos, mesmo quando somos apenas um.

Aos meus pais, **Luzinete** e **José**, exemplos de simplicidade, humildade e detentores de uma sabedoria que me inspira sempre: vocês são os melhores livros que eu já li na minha vida. A vocês minha eterna gratidão, pelos ensinamentos, amor dedicado, por acreditarem em meu potencial, por toda luta e torcida empreendidas para que essa fase fosse cumprida. Saibam que suas mãos e pés calejados no esforço e coragem diários foram, são e sempre serão o solo do florescimento deste momento.

Aos meus irmãos, **Lílian** e **Gethêlier** que, mesmo distantes, sempre torceram e contribuíram em cada passo dado. É um orgulho tê-los em minha vida e, meu amor por vocês é imensurável.

Ao meu noivo, amigo e amor, **Cleylton**, por ter sido presente nesse processo de maneira tão única, com todo carinho, dedicação, afeto, paciência e, sobretudo, por trazer aos meus dias a garra, alegria e apoio incondicional, sempre dando um empurrãozinho nos meus sonhos e confortando minhas angústias.

As amigas que se tornaram únicas e especiais: **Verônica**, **Camila** e **Fabricia**. Vocês representam o valor da amizade: aquela singular e plural que, apesar da distância, acaba por se estreitar, cada dia mais, em laços afetivos de respeito, cuidado, atenção e fortalecimento da coragem uma da outra;

Às/as **amigos/as de Mestrado**, por todos os momentos, sorrisos, aprendizados e apoio compartilhados.

A minha ‘filhoquinha’, **Amanda**, sempre acolhedora e um anjinho iluminado em minha vida. Mesmo distante fisicamente, você representou e representa um dos meus alicerces, sempre me fortaleceu quando as cargas do caminho aparentavam ser pesadas demais. Nossa amizade amenizou a dor e as tristezas quando a fé se abalava e o desânimo crescia na alma, uma erguendo a outra em cada tombo, em cada susto. Sua presença é luz na minha vida.

Aos **adolescentes** da Casa de Passagem, pela maneira linda com que abriram os corações e expuseram suas histórias de vida.

A **Wilma** e **Laura** pela linda maneira com que contribuíram na consecução deste trabalho, na compreensão das minhas atividades no mestrado e na própria aprovação de

realização da pesquisa na Casa de Passagem. Tenho em meu coração um lugar especial dedicado a vocês duas.

À **Nayara e Jessyca**, sou grata por ter a honra de trabalhar com vocês e, sobretudo, pela amizade que transcende o âmbito profissional. Obrigada pelas reflexões, momentos compartilhados e afetos dedicados. Tenho enorme carinho por ambas.

A minha irmã de coração, **Jéssica** ou Bary, pelo companheirismo, amizade e apoio de sempre. Gratidão por sempre se fazer presente quando os dias eram difíceis e, por suas palavras, gestos e história de vida que me revelam, cotidianamente, a importância de persistir em busca dos nossos sonhos. “Suas alegrias despertam sempre alegrias em mim”;

À professora **Silvana**, por aceitar o convite de participação nas bancas avaliativas e ser um componente fundamental na gestação deste trabalho. Gratidão pelas reflexões, posicionamentos e carinho na leitura do mesmo. A você, externo minha grande admiração, tanto pela pessoa que é, quanto por seu lindo exercício profissional.

A professora **Sâmya**, ser humano iluminado, sou grata por todas as vezes que me enxergou além da casca, por me abraçar de verdade e ser exemplo de ética, luz e esperança tão linda. Gratidão, por ser bela em essência, valores e, fortaleza na vida de todos que a tem por perto.

Agradeço em especial a professora **Gláucia**, por me acolher nas suas orientações e no seu coração, pela amizade, apoio, enriquecimento teórico e compreensão durante toda caminhada. Fico imensamente feliz por confiar e acreditar nas minhas capacidades, por ser um porto seguro e iluminado. Sempre a terei como exemplo de vida e profissão, pela sua doçura, inteligência, carinho e ética profissional: Gratidão “[...] pelo seu dom de multiplicar o que sou e o que posso”.

A essas pessoas, deixo singelamente nesse espaço, a minha gratidão.

SUMÁRIO

RESUMO	1
ABSTRACT	3
LISTA DE SIGLAS	4
CAPÍTULO 1	5
INTRODUÇÃO	
CAPÍTULO 2	16
“QUANDO EU PENSO EM FAMÍLIA, NÃO SEI MUITO O QUE PENSAR”: discutindo o universo familiar	
CAPÍTULO 3	63
“AMOR É AQUILO QUANDO A PESSOA GOSTA DA GENTE, AQUILO QUE VEM DE DENTRO”: a construção do amor nas relações familiares	
CAPÍTULO 4	98
CONCLUSÃO	
REFERÊNCIAS	102
SOBRE A AUTORA	110

Geralmente quando incita-se o debate sobre família e amor, os dois acabam sendo vistos e expressos sob um viés idílico, romântico e paradisíaco, são percebidos nessa sociedade como um par correlato, elementos que encontram-se imbricados na visão de muitos sujeitos, tidos como interdependentes e basilares em muitas relações; todavia permeados por contradições e idealizações. Pressupomos, no âmbito deste trabalho, que os adolescentes acolhidos vivenciam esses elementos de maneira particular. Nesse sentido, este trabalho busca analisar a percepção de família, das relações construídas nesse espaço e do amor presente ou não em seu interior, por meio das percepções e discursos dos adolescentes acolhidos na Casa de Passagem Nossa Gente em Mossoró-RN. Como objetivos específicos visou-se: 1) Tecer o perfil dos adolescentes acolhidos bem como os determinantes para o afastamento de suas famílias; 2) Apreender o significado da família e relações familiares para esses meninos e meninas acolhidos institucionalmente e; 3) Investigar como os adolescentes acolhidos compreendem a presença/ausência do amor no âmbito familiar. Partindo de nossos objetivos, realizamos um levantamento bibliográfico, relativo à temática abordada, concernente às categorias de família e amor familiar, tendo como principais referências: Lessa (2012); Giddens (2000; 2005); Segalen (1999); Dantas (2014); Sarti (1999; 2003; 2005); Santos (2007); Trindade (2010) D’Incao (1989; 2013; 2015), Costa (1998), Del Priore (2005, 2009), Badinter (1985; 2011); Russo (2006; 2011); Snyders (1984), Ariès (2006); Rizzini e Rizzini (2004), dentre outros. Com essas apreensões, materializamos uma pesquisa participante na instituição mencionada, por meio efetivação da observação participante, cujos dados foram registrados em diário de campo. Também realizamos cinco entrevistas semiestruturadas e três oficinas com os adolescentes acolhidos no momento da pesquisa. Destarte, percebemos que esses sujeitos são oriundos de famílias pobres, possuem baixa ou nenhuma escolaridade e os motivos de acolhimento envolvem múltiplos determinantes. Por meio da leitura dos depoimentos, as relações familiares, em sua maioria são, perpassadas por incontáveis violações de direitos, pela coisificação e objetificação de sujeitos que acabam acorrentados em um elo de dominação que machuca, oprime e, em muitos casos, não deixa espaço para instauração do amor familiar, elemento tido socialmente como inerente às famílias. Nas falas dos adolescentes, a instituição familiar é vislumbrada de maneira positiva, incólume, sem conflitos, desigualdades ou discordâncias e, em relação ao amor, para assim o ser, deve estar em coesão com atitudes de cuidado, carinho e atenção, bem como o ideário de que na família encontra-se o verdadeiro amor. Destarte, de maneira geral, percebeu-se que a família

e o amor, idealizados pelos adolescentes acolhidos, se distanciam dos sujeitos de “carne e osso”, estão destoantes em relação às suas experiências concretas e acabam sinalizando vivências de vazios em relação a esses elementos.

PALAVRAS-CHAVE: Família. Amor. Adolescentes.

Generally when the debate about family and love is incited, the two end up with visions and expressions under an idyllic, romantic and paradisiacal bias, are perceived in this society as an element of correlation, elements that are imbricados in the vision of many subjects, had as interdependent and basic in many relationships; however permeated by contradictions and idealizations. We assume, within the scope of this work, that the adolescent teens experience these elements in a particular way. In this sense, this work seeks to analyze a family perception, the relationships built in this space and make love or not in its interior, through the perceptions and discourses of the welcoming adolescents in the House of Passage Our People in Mossoró-RN. Specific objectives were: 1) To make the profile of the welcoming adolescents as the determinants for the removal of their families; 2) To apprehend the meaning of the family and family relations for these institutionally accepted boys and girls; 3) Investigate how welcoming teenagers in a presence / absence of love within the family. Based on our objectives, we carried out a bibliographical survey, related to the topic addressed, concerning the categories of family and family love, having as main references: Lessa (2012); Giddens (2000, 2005); Segalen (1999); Dantas (2014); Sarti (1999, 2003; 2005); Santos (2007); (2005), Dini (2005), Delinore (2005), Badinter (1985), Snyders (1984), Ariès (2006), Rizzini And Rizzini (2004), among others. With the evaluations, we materialized a participatory research in the field of education, through the evaluation of participatory observation, the data were recorded in the field diary. We also conducted five semi-structured interviews and three workshops with adolescents. In this way, we perceive that the subjects come from poor families, have low or no schooling and the reasons for reception involve several determinants. Through the reading of the testimonies, as the family relations, in the majority are, those pervaded by countless rights violations, by the co-evaluation and objectification of subjects that end up chained in a bond of domination that hurts, oppresses and, in many cases, leaves no room for the introduction of family love, a socially inherent element in families. In the speeches of adolescents, a family institution is envisaged in a positive way, unharmed, without conflicts, inequalities or disagreements, in relation to love, in order to be, it must be in cohesion with attitudes of care, affection and attention, as well as the idea that in the family is true love. Thus, in general, it was perceived that a family and love, idealized by the welcoming adolescents, distanced themselves from the subjects of "flesh and blood", are destabilized in their relations as their concrete experiences and end up signaling experiences of voids in relation to these elements.

KEYWORDS: Family. Love. Adolescents. LISTA DE FIGURAS

LISTA DE SIGLAS

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CNA – Cadastro Nacional de Adoção

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FASSO – Faculdade de Serviço Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

NECRIA – Núcleo de Estudos e Ações Integradas na Área da Criança e do Adolescente

NIAC – Núcleo Integral de Assistência à Criança Pinguinho de Gente

ONG – Organização Não Governamental

PET-Saúde – Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde

PNCFC – Plano Nacional de Proteção, Promoção e Defesa do Direito da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária

SDH-PR – Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

SPM-PR – Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República

UERN – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

“Aqui tudo parece

Que era ainda construção”

(Caetano Veloso – Fora de Ordem)

Geralmente quando incita-se o debate sobre família e amor, os dois acabam sendo vistos e expressos sob um viés idílico, romântico e paradisíaco, são percebidos nessa sociedade como um par correlato, elementos que encontram-se imbricados na visão de muitos sujeitos, tidos como interdependentes e basilares em muitas relações. Em contrapartida, eles encontram-se imersos em uma teia de contradições e idealizações, um emaranhado de significações que não podem ser generalizadas, universalizadas, naturalizadas ou abstraídas de contextos sociais, históricos e culturais; fato que pode ser observado, com maior clareza, no caso de meninos e meninas acolhidos institucionalmente.

Pressupomos, no âmbito deste trabalho, que os adolescentes acolhidos vivenciam esses elementos de maneira particular. Esses meninos e meninas são afastados de seus familiares e encaminhados para instituições – algo que pode ou não ser temporário –, devem permanecer nesses espaços aguardando a resolução de sua situação: a volta para a família biológica, a colocação em família substituta, a transferência para outra instituição no caso dos pais serem destituídos do poder familiar, ou ainda à espera da maioridade quando esgotadas as possibilidades de retorno ao convívio com a família. Por tudo isso, observa-se a complexidade que este tema envolve, nos fazendo desejar abordá-lo, desvendá-lo, caminhar em busca de um maior conhecimento acerca dele.

São muitos os motivos que nos instigam a estudar essa temática, dentre eles ressaltamos a participação no Núcleo de Estudos e Ações Integradas na Área da Criança e do Adolescente (NECRIA); a participação em ações de extensão e ensino no Programa de Educação pelo Trabalho para Saúde (PET-Saúde) e; a realização de pesquisas¹ na área da infância e adolescência durante, bem como após a conclusão da graduação em Serviço Social (2010-2014) na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

1 Destacamos, neste espaço, as pesquisas realizadas, seja enquanto bolsista ou voluntária, no âmbito da UERN: 1) “Diagnóstico social da criança, do adolescente e suas famílias no município de Mossoró-RN” (2010-2011); 2) “Sobre o (in)dizível: violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes em Mossoró-RN” (2012-2013); 3) “Da denúncia a ação: o disque 100 e a violência contra crianças e adolescentes em Mossoró-RN” (2013-2014); 4) “Relações familiares e condições socioeconômicas de crianças de 3 a 6 anos de Mossoró-RN” (2015-2016).

Em contrapartida, o interesse se nutriu fortemente a partir das vivências de estágio na Casa de Passagem em Mossoró-RN; espaço de realização de uma pesquisa no período de julho a outubro de 2013, na qual foram efetivadas entrevistas e oficinas com os adolescentes acolhidos neste lapso temporal. Os resultados da investigação subsidiaram nosso trabalho monográfico, o qual foi intitulado: *“Na fotografia estamos felizes”*: significados de família para adolescentes em acolhimento institucional da Casa de Passagem “Nossa Gente” - Mossoró-RN. A referida pesquisa visou analisar as percepções dos adolescentes acolhidos na Casa de passagem “Nossa Gente” em Mossoró-RN sobre o significado da família e das relações familiares, de sua identificação no contexto familiar, bem como os desafios por eles enfrentados diante do afastamento e/ou ruptura dos vínculos familiares.

No ano de 2014, a inserção profissional enquanto assistente social na instituição mencionada, nos aproximou mais intimamente das histórias de vida dos adolescentes em acolhimento institucional e, nos incitou a aspiração de aprofundar o estudo realizado anteriormente. Esse *lócus* nos permitiu e nos permite conhecer a realidade de adolescentes com vínculos familiares fragilizados ou mesmo rompidos, sendo os principais condicionantes para o afastamento da família as situações classificadas como violações de direitos, mencionadas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei 8.069, de 13 de julho de 1990). É o caso da violência intrafamiliar, como abuso físico, negligência, abuso e exploração sexual, entre outros; quando as famílias por ação ou omissão não desempenham seu papel de proteção e negam direitos fundamentais a eles inerentes.

Diante do histórico familiar que antecede o acolhimento institucional, vimos a necessidade de dar voz a esses sujeitos, para que possam se expressar acerca dos sentidos que atribuem à família, ao amor familiar e as especificidades de suas vidas. A fim de um maior aprofundamento acerca dessa realidade, a pesquisa teve como objetivo geral: Analisar a percepção de família, das relações familiares e do amor familiar dos adolescentes acolhidos nessa instituição. Como objetivos específicos visou: 1) Tecer o perfil dos adolescentes acolhidos bem como os determinantes para o afastamento de suas famílias; 2) Apreender o significado da família e relações familiares para esses meninos e meninas acolhidos institucionalmente e; 3) Investigar como os adolescentes acolhidos compreendem a presença/ausência do amor no âmbito familiar.

Com base em tais objetivos, buscamos compreender a multiplicidade de aspectos que envolvem a situação dos adolescentes acolhidos institucionalmente. Para isso, precisamos conhecê-los em suas particularidades individuais e familiares, nos adentrar mais profundamente em suas histórias de vida; compreender suas aceções sobre amor e família, reconhecendo que as violações de seus direitos não se revelam em uma única face, mas possuem múltiplas e complexas expressões.

Dialogar com esses adolescentes teve como pressuposto compreender como eles sentiam, pensavam e percebiam suas famílias e relações familiares, de maneira a colocá-los numa posição de reflexão sobre suas vidas, num desdobrar-se sobre si e suas origens.

Acreditamos que esse trabalho possui grande relevância, na medida em que nos incita a pensar criticamente e remete-nos a possibilidade de compreensão acerca desses elementos por meio dos adolescentes acolhidos de forma a contribuir para reflexão e superação de lacunas no conhecimento da temática.

Concomitantemente, por meio das vivências dos adolescentes acolhidos, poderemos construir, desconstruir e reconstruir um debate crítico importante sobre a família e o amor, as idealizações sociais que os dão contorno; bem como sobre a violência/violação de direitos que, muitas vezes, permeiam e se instalam no âmbito das relações familiares. Ao mesmo tempo, a relevância de discutir essas temáticas é que elas constituem mediações fundamentais para compreensão do universo familiar, o qual não pode ser explicado ou compreendido a partir de um único prisma, sendo necessário fortalecer elementos muitas vezes invisíveis, intransponíveis, mas basilares para a forma como se organizam. Acreditamos, ainda, que os resultados obtidos por meio da pesquisa podem dar subsídios aqueles que trabalham diretamente com esses sujeitos, dando-lhes conhecimentos e instrumentalizando-os para um fazer profissional ético e que esteja comprometido com a garantia e a ampliação dos direitos de seus usuários.

Destarte, procedemos um estudo de natureza qualitativa, visto que essa abordagem mostrou-se pertinente para consecução dos objetivos por nós traçados. Para tanto, em conformidade com Minayo (2001), esta modalidade de investigação busca responder, de modo aprofundado e particular a questões que por englobarem um nível da realidade social, não devem ser quantificadas, isto é, compõem o universo de significados, motivos, crenças, valores e atitudes dos atores sociais pertencentes ao contexto investigado.

Como nos esclarece Brandão e Borges (2007, p. 57): “A pesquisa serve à criação do saber, e o saber serve à interação entre saberes”. O ato de pesquisar é uma caminhada, um processo que nos permite descobrir mundos novos, particulares e ao mesmo tempo coletivos. Nos encanta, nos permite encontros, nos surpreende; constrói, desconstrói e reconstrói ideias e perspectivas. Essa empreitada permite que, com criatividade, o pesquisador, o caminhador, o desbravador, possa também arquitetar outras pontes, rotas e travessias, possa ultrapassar desafios e descortinar histórias que encontram-se veladas no tempo, no contexto social e histórico. Compreendemos que a pesquisa pode ser alicerce de grandes descobertas, daquilo e daqueles invisibilizados e para além disso, mudar um pouco ou muito a realidade, a depender de quem a vivencia, seja no universo daquele que caminha ou daqueles que encontra no caminho.

Contribuindo para alcançar os objetivos propostos e dar fundamentação teórica ao nosso estudo, realizamos um levantamento bibliográfico, relativo à temática abordada, concernente às categorias de família e amor familiar, tendo como principais referências: Lessa (2012); Giddens (2000; 2005); Segalen (1999); Dantas (2014); Sarti (1999; 2003; 2005); Santos (2007); Trindade (2010) D’Incao (1989; 2013; 2015), Costa (1998), Del Priore (2005, 2009), Badinter (1985; 2011); Russo (2006; 2011); Snyders (1984), Ariès

(2006); Rizzini e Rizzini (2004), dentre outros.

Com essas apreensões, materializamos uma pesquisa participante na Casa de Passagem Nossa Gente, situada em Mossoró-RN, visto que essa modalidade de pesquisa consiste na presença constante do observador no ambiente investigado para que ele possa “ver as coisas de dentro” (HAGUETE, 1999, p. 63). Em coadunação com essa ideia Brandão (1999, p. 08) ressalta que “só conhece em profundidade alguma coisa da vida da sociedade ou da cultura através de um envolvimento e em alguns casos, um comprometimento pessoal entre o pesquisador e aquilo ou aquele que se investiga”.

Cumpramos salientar que essa modalidade de pesquisa nos implicou grandes possibilidades e, na mesma linha, muitos desafios. Inseridas na realidade desses sujeitos, percebemos o mundo deles cada vez mais próximo, limitamos chances de artificialidades, o “face a face” do dia a dia proporcionou momentos fecundos de emoções e sentimentos a flor da pele e, cada um deles nos motivou e instigou a continuar refletindo sobre as realidades vividas e pesquisadas. Paralelamente, imersos no mesmo espaço, também tivemos que aprender a lidar com a aproximação e o distanciamento, fazer a diferenciação entre a assistente social e a pesquisadora. Precisamos avançar e recuar em alguns instantes no intuito de que a pesquisa possuísse o caráter mais sólido possível e, principalmente que os resultados tivessem um caráter científico, pois mesmo cientes da não neutralidade, buscamos a objetividade em todo o processo, bem como primamos por dados realmente capazes de representar a realidade com a qual nos deparamos cotidianamente.

Diante do contato diário da pesquisadora com os sujeitos participantes optamos por sua consecução, tendo em vista considerarmos um modo de produção de conhecimentos que como o próprio nome sugere, implica na participação, tanto daquele que pesquisa como dos sujeitos alvos de nossa investigação. Compartilhamos, então, as vivências dos sujeitos pesquisados de maneira interativa, permanente e sistemática, primando por um diálogo horizontal durante a realização do estudo e produção coletiva dos conhecimentos (GAJARDO, 1986).

Inicialmente a pesquisa foi realizada por meio da observação participante, que conforme Minayo (2001), é parte fundamental na pesquisa qualitativa, e em si mesmo, possibilita a compreensão da realidade. Segundo a autora, é um processo pelo qual o pesquisador, em sua investigação científica, se coloca como observador de uma situação social com a finalidade de coletar dados e compreender o contexto da pesquisa, estabelecendo assim, uma relação face a face com os observados. A particularidade dessa modalidade de observação, trata-se da imersão do pesquisador no espaço investigado enquanto participante do grupo, como alguém que não fica alheio aos processos daquele cotidiano. Destarte, os dados foram registrados no diário de campo, que pode ser considerado um instrumento pessoal de anotações que congrega detalhes, questionamentos, informações que em seu somatório abarcam os diferentes momentos da pesquisa (MINAYO, 2001). Os registros uma vez aglutinados, nos forneceram elementos significativos para a leitura e

interpretação em momentos posteriores.

No período de realização da pesquisa, entre setembro de 2015 a fevereiro de 2016, foram acolhidos 10² adolescentes na Casa de Passagem “Nossa Gente” numa faixa etária que abrangia dos 13 aos 17 anos e de ambos os sexos. Foi possível observar que a violência física, psicológica e a negligência aparecem como os determinantes para o acolhimento em todos os casos observados nesse lapso temporal e, foram os motivos mais frequentes para o afastamento de suas famílias (10), seguidos de abuso sexual (06), exploração sexual (4) e situação de rua (03). Aparecem também, entre os condicionantes do acolhimento, problemáticas menos expressivas, porém importantes para que possamos pensar a diversidade de aspectos a serem considerados em nossa análise, são elas: evasão de casa, pais falecidos, drogadição dos familiares e exploração do trabalho infantil. É necessário explicitarmos que embora as apresentemos de maneira isolada, esses determinantes estão, em geral, imbricados, visto que envolvem diferentes formas de violação de direitos e motivos de acolhimento multifatoriais; como podemos observar no depoimento de Arielle (17 anos)³:

- A primeira vez que eu vim pra casa de passagem, foi mais assim por causa da minha família né? Ela me abandonou no momento que eu mais precisei e foi quando minha vó faleceu e eu fiquei sem nenhum acolhimento, daí vim pra Mossoró, [...] Minha mãe me abandonou, nunca convivi com ela quando eu era criança. Aí quando minha vó faleceu fui morar com meu pai e meu tio, foi uma barra muito pesada, porque só era homem né? Meu pai era alcoólatra e até hoje é e nesse tempo meu tio era usuário de droga. E aonde era a casa, ao lado era uma oficina. E daí foi...vamos dizer...começando...sei nem explicar... aquela vida assim bem...bem diferente né? Só eu ali de mulher no meio daqueles homem e tal, e via todas aquelas cena deles usando droga, usando droga, aí eu comecei a fazer também. Eu bebia, fumava e chegou um dia que eu muito beba ... é ... botaro alguma coisa, acredito que sim, numa bebida, num sei e... num sei, me abusaram. Enfim, foram muitas coisas que passei, que vivi. Muita violência sabe? A física, o abandono, a psicológica.

Assim como expresso na fala da adolescente, a triangulação de fatores que circundam o acolhimento é algo corriqueiro no cotidiano institucional, onde um mesmo sujeito não chega por uma única razão e sim por inúmeros motivos (DUTRA-THOMÉ; KOLLER, 2013; BRASIL, 2006). Nos deparamos, nesse cotidiano, com meninos e meninas que, de alguma forma, perderam e/ou viram enfraquecer as relações familiares e/ou comunitárias, foram vítimas de relações violentas, ou ainda aqueles que transitam entre a casa, as ruas e os próprios abrigos, construindo sua identidade e história, pouco a pouco, nesses diferentes e adversos espaços (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

No que tange a situação de escolaridade dos adolescentes acolhidos, trata-se de outra realidade de violação de direitos, à medida que dos 10 adolescentes acolhidos no momento da investigação, nenhum havia completado o ensino fundamental e dois não

2 Frisamos que o número de 10 adolescentes equivale ao total de sujeitos que foram sendo acolhidos no supracitado lapso temporal, os mesmos não encontravam-se em acolhimento de forma simultânea neste período.

3 Para preservar a identidade dos participantes e, objetivando garantir o sigilo das informações, usamos nomes fictícios no transcrito deste trabalho; sendo assim utilizados aqueles pertencentes a crianças e adolescentes vítimas de violência intrafamiliar com exposição em mídia nacional

sabiam ler nem escrever. Uma escolaridade frágil e interrompida precocemente, ou ainda a não alfabetização, são condições sociais que não contemplam as habilidades básicas que a sociedade capitalista contemporânea demanda. Ademais, esses meninos e meninas passam a não ter nenhuma chance em um contexto truculento, na qual a educação se institui como uma ferramenta importante visto que as demandas educacionais exigidas socialmente são cada vez mais amplas e complexas (RUSSO; DANTAS, 2016).

Além da observação anteriormente citada, materializamos cinco entrevistas semiestruturadas⁴ (tendo um roteiro como subsídio) com cinco dos adolescentes acolhidos institucionalmente, sendo três do sexo masculino e duas do sexo feminino. A entrevista na pesquisa qualitativa, ao privilegiar as falas dos atores sociais, possibilitam o desvelamento e interpretação das diferentes formas de pensar e se colocar no mundo de acordo com as vivências particulares dos sujeitos entrevistados. Elas, por serem semiestruturadas, nos permitiram uma maior flexibilidade e aprofundamento dos elementos que iam surgindo, bem como viabilizaram um melhor direcionamento da temática abordada com os adolescentes por pressupor a construção de uma interação mútua, um diálogo com eles. No âmbito da temática de amor familiar sentimos que alguns adolescentes tiveram dificuldades em falar sobre o assunto, fato ligado as incógnitas que giram em torno da família e ao mesmo tempo, as vivências particulares de cada um deles.

Outrossim, observamos que a interação favoreceu um diálogo mais aberto e sincero e, inclusive nos surpreendemos pela confiança que nos foi depositada em relatos de vivências perpassadas por muita violência; fato que, pode ser fruto do trabalho na instituição e da aproximação ainda maior que a pesquisa nos possibilitou. Visualizamos em cada rosto o semblante de uma infância vivida ao avesso, nos percalços das perdas, rompimentos, transferências institucionais, das figuras familiares muitas vezes sendo restringidas as figuras dos “tios” e “tias” da instituição. Percebemos face a face, a dor e a angústia dos nossos participantes em descrever suas experiências e lembrar de momentos difíceis, convivemos rotineiramente com seus vazios de família e de amor familiar. A peculiaridade das histórias desses meninos e meninas foi, talvez o que mais nos atraiu e intrigou na tentativa de desvendar e desnaturalizar alguns processos sociais, porém paralelamente foi o que mais nos desafiou em alguns momentos da pesquisa. Por tudo isso, avaliamos que conseguimos ir além do roteiro previamente elaborado na entrevista, e apreendemos elementos significativos em suas falas, gestos, olhares e expressões.

Realizamos também, como técnica de coleta de dados oficinas, as quais são espaços que permitem a visibilidade de argumentos, posições, construção e contraste de visões de mundo e, portanto, ocasiões privilegiadas para análises que vão sendo elaboradas por meio do grupo. Com relação a estas, no nosso planejamento estimávamos a participação de pelo menos cinco adolescentes acolhidos no momento da pesquisa. Todavia, face aos

4 Realizamos cinco entrevistas tendo em vista que, naquele momento, era o número de adolescentes acolhidos, e os mesmos encontravam-se momentaneamente sem perspectivas de reinserção familiar, destarte sem previsão de desligamento institucional da Casa de Passagem

desligamentos institucionais⁵ realizados em audiência judicial, materializamos três oficinas e o número de participantes teve de ser reduzido para três, sendo um do sexo masculino e duas do sexo feminino. Apesar da mudança de planos, consideramos que as oficinas foram muito ricas e proporcionaram a construção de uma reflexão coletiva e lúdica, ofereceram relevantes subsídios para a produção de dados e potencializaram a qualidade na obtenção de informações singulares sobre as temáticas estudadas. Haja vista a dificuldade, para alguns adolescentes no momento das entrevistas, em discorrer sobre o amor familiar, as oficinas foram esclarecedoras e satisfatórias, pois conseguiram superar muitas lacunas em relação ao assunto.

Por entendermos a fase da adolescência como um momento de descobertas, conflitos, construção de identidades e, simultaneamente, a situação de estar longe da família, como algo que remete a aspectos negativos e que mexe com a emoção desses sujeitos, optamos pela ludicidade dos processos: por meio da realização de desenhos, recortes, colagem e dinâmicas, com disponibilização de revistas e livros didáticos, para que os aspectos singulares de suas trajetórias fossem representados de maneira menos danosa. Cumpre acrescentarmos que, também foram disponibilizadas para os participantes, figuras e palavras já recortadas como forma de trazer um contraste entre o ideal e real. Com isso, paralelamente tínhamos o intuito de apresentar comparativos para que os adolescentes pudessem ter opções de escolha sobre os elementos que mais representavam suas aceções e, desse modo, reduzir artificialidades e escamoteamentos da realidade.

Portanto, ao mesmo tempo em que esses procedimentos possibilitaram a espontaneidade e a descontração, minimizaram os riscos decorrentes da pesquisa – tais como possíveis constrangimentos ou desconfortos durante a entrevista e/ou oficina, o desencadeamento de lembranças desagradáveis e angústias para os participantes – e propiciaram um alcance de nossos objetivos. Em alguns momentos as temáticas incitavam relatos espontâneos dos adolescentes, seja de forma escrita ou oral, os quais foram acolhidos com a necessária atenção e cautela de uma escuta eticamente comprometida com base no reconhecimento desses adolescentes enquanto sujeitos de direitos.

Enquanto assistente social e pesquisadora dentro da instituição, garantimos que, em todas as fases de investigação, a inserção dos participantes de nossa pesquisa fosse livre, sem qualquer tipo de coerção ou subjetivação nas abordagens realizadas. Tivemos o compromisso ético-político em primar pela liberdade e autonomia dos mesmos – concebidas enquanto emancipação dos sujeitos sociais –, sua participação democrática, o respeito as suas decisões, a transmissão das informações de maneira acessível, bem como a recusa do arbítrio e do autoritarismo, nos termos do nosso Código de Ética Profissional - Lei 8.662/93 (CFESS, 1993; BARROCO, 2009).

5 Os desligamentos institucionais ocorrem quando são restabelecidos os vínculos familiares e comunitários, seja natural ou extensa; quando encaminhados para uma família substituta ou para outra instituição de acolhimento. Esse processo é efetivado por meio da realização de visitas domiciliares, atendimentos familiares e individualizados, direcionamentos a rede de garantia de direitos e viabilização de acesso as demais políticas sociais

Notamos que na medida em que trabalhamos com mais de um instrumento de produção de dados, isso nos viabilizou uma maior aproximação com a essência dos fenômenos, evitando as armadilhas da aparência, expressas em interpretações descoladas da realidade concreta ou ainda, em dados que, individualmente, não conseguem dar conta da análise do real, mas ao contrário, a distorcem (MINAYO, 2001). Nesse contexto, os dados que foram cotejados por meio desse conjunto de procedimentos, potencializaram o aprofundamento das discussões realizadas e enriqueceram esse trabalho dissertativo.

Os resultados foram analisados de forma qualitativa, sem, contudo desconsiderar os próprios limites dos instrumentos utilizados. Para tanto, utilizamos como norte de entendimento o método fenomenológico que, dentre tantas características, se preocupa com os significados que os sujeitos atribuem a sua experiência vivida, ao seu lugar no mundo, significados estes que se desvelam por suas próprias descrições. Tal método nos possibilita analisar e compreender os adolescentes em suas múltiplas facetas, em suas vivências, experiências e relações com o mundo cotidiano, ao revelar o fenômeno vivido em sua essência (GIORGI, 2008).

Em relação a análise das imagens oriundas das oficinas realizadas, tentamos considerar a multiplicidade de signos, especificidades e particularidades implícitas nos objetos visuais resultantes de nossa pesquisa (BAUER; GASKELL, 2008). A utilização das imagens numa perspectiva analítica qualitativa, nos possibilitou o vislumbre de aspectos da investigação para além do discurso produzido pelos adolescentes participantes, nos propiciou uma imbricação entre os dados verbais e imagéticos. Todavia, cumpre frisar que não temos o intuito de fazer uma análise psicológica – até porque não temos formação profissional para tal – nem tampouco aprofundada das figuras, nos atentaremos a teia de significados em que as palavras e imagens se interligam e, como elas constituem o norte das temáticas estudadas. Destarte, buscaremos ler, por meio delas, as comunicações e sentidos que as falas, muitas vezes, por si só, não são capazes de expressar.

É relevante constar que como os sujeitos participantes da pesquisa são adolescentes e estão acolhidos institucionalmente, o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) foi assinado pelo seu responsável legal, a Coordenadora da instituição de acolhimento⁶. Outrossim, as entrevistas e oficinas foram realizadas em consenso com o desejo de participação dos adolescentes. A confidencialidade e a privacidade em relação aos sujeitos participantes foram, em todo o processo de pesquisa, respeitadas e nos comprometemos a guardar em segurança os dados obtidos por cinco anos. Explicita-se ainda, que o projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Como metodologia de exposição da pesquisa, o trabalho foi estruturado em quatro

6 Conforme expresso no Estatuto da Criança e do Adolescente: “O dirigente de entidade que desenvolve programa de acolhimento institucional é equiparado ao guardião, para todos os efeitos de direito”

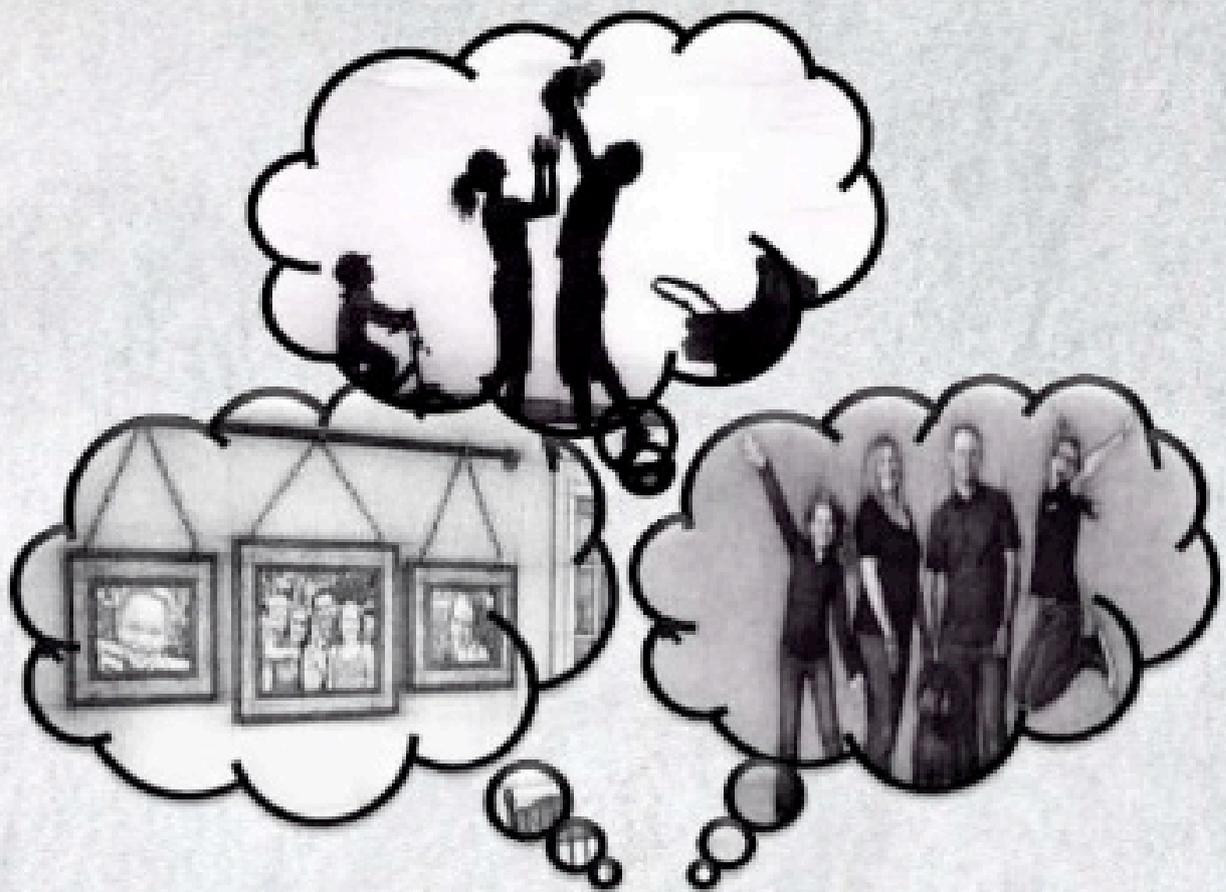
partes: primeiro, a presente introdução onde fazemos a exposição geral do trabalho, a motivação pela temática abordada, a relevância em estudá-la, bem como é o momento em que o percurso metodológico é esclarecido, os desafios enfrentados são detalhados e as formas utilizadas pela pesquisadora para ultrapassá-los são elucidadas.

No segundo capítulo, intitulado: **“Quando eu penso em família, não sei muito o que pensar”**: discutindo o universo familiar subdividido em 2.1 **“O que sou hoje é um pouco do que já passei nessa vida”**: os sujeitos de nossa pesquisa; 2.2 **“Família é família, né? Eu não aguento tá aqui sozinho”**: uma presença ausente e 2.3 **“Só eu sei o que vivi e sofri”**: quando a violação de direitos acontece. Nele, objetivamos expor aspectos relacionados as singularidades dos sujeitos participantes da pesquisa, à família e às relações familiares de forma contextualizada com a sociedade, considerando influências culturais e históricas. Buscamos também retratar a pluralidade e as transformações que ocorrem no cerne dessa instituição social. Com base nas leituras realizadas, na realidade observada e, nos depoimentos dos adolescentes acolhidos, tentaremos romper com a ideia de universalidade que reveste a família; questionaremos o viés naturalizado que a envolve e nos faz crer em sua presença física, material e emocional na vida de todos. Paralelamente, apresentaremos as contradições que a circundam, pensando-a como lócus que nem sempre será espaço de proteção e pertencimento, mas muitas vezes de violação de direitos e não-encontro, como é o caso das vivências dos sujeitos participantes de nossa pesquisa.

O terceiro capítulo, intitulado: **“Amor é aquilo quando a pessoa gosta da gente, aquilo que vem de dentro”**: a construção do amor nas relações familiares, encontra-se subdividido em: 3.1 **“O amor é algo plantado” na cultura, história e sociedade e 3.2 “Amor é bom, [...] mas é que minha família não quer dá”**: quando o amor está ausente. Aqui, buscamos apresentar aspectos teóricos e conceituais do amor, bem como desmistificar a ideia de tal categoria como inata, natural e incondicional nas relações familiares. Como um dos títulos nos ilustra, ‘o amor é plantado’, plantado na história e no âmbito relacional, compreendemos que ele não pode ser uniformizado e/ou universalizado, também não existiu desde sempre e, sequer teve condições objetivas e subjetivas de se instaurar em determinados contextos. É algo que se constrói, desconstrói e reconstrói em congruência com as expectativas/ditames do momento a que pertence. Convém destacarmos, que caminharemos nesse estudo, pensando o amor enquanto uma categoria e não como um sentimento individual que pode ser vivenciado/experimentado de forma diferenciada por cada sujeito; o compreendemos como algo construído e desse modo interligado a história, cultura e sociedade. Desejamos abarcar essa polissemia de ideias em articulação com a apreensão dos adolescentes acolhidos sobre o amor e sua conexão com as relações familiares.

No quarto capítulo, a conclusão, exporemos nossas considerações finais acerca da temática estudada, faremos uma análise geral dos resultados obtidos na pesquisa

realizada, bem como traremos apontamentos e diretrizes para possíveis pesquisas sobre o tema, e/ou aprofundamento desta.



**"QUANDO EU PENSO EM FAMÍLIA, NÃO SEI
MUITO O QUE PENSAR":**

discutindo o universo familiar



“QUANDO EU PENSO EM FAMÍLIA, NÃO SEI MUITO O QUE PENSAR”: DISCUTINDO O UNIVERSO FAMILIAR

“O que não tem receita [...],

Nem nunca terá”

(Chico Buarque – o Que será ‘À flor da pele’)

Nesse primeiro capítulo exporemos, inicialmente, as singularidades dos sujeitos de nossa pesquisa, para que possamos nos aproximar de suas histórias e compreender alguns elementos relacionados à temática trabalhada. Ademais, discutiremos aspectos relacionados à família e as relações aí construídas de forma contextualizada na sociedade, considerando influências culturais e históricas, bem como a pluralidade e as transformações que ocorrem no cerne dessa instituição social. Portanto, com base nas leituras feitas, na realidade observada e, nos depoimentos dos adolescentes acolhidos, tentaremos romper com a ideia de universalidade que reveste a família; questionaremos o viés naturalizado que a envolve e nos faz crer que ela está presente física, material e emocionalmente na vida de todos. Paralelamente, apresentaremos as contradições que a circundam, pensando-a como um lócus que nem sempre será espaço de proteção e pertencimento, mas muitas vezes de violação de direitos e não-encontro, como é o caso das vivências dos sujeitos participantes de nossa pesquisa.

“O QUE SOU HOJE É UM POUCO DO QUE JÁ PASSEI NESSA VIDA”: OS SUJEITOS DE NOSSA PESQUISA

Diante da heterogeneidade dos sujeitos participantes de nossa pesquisa, vimos a necessidade de expor, no âmbito deste trabalho, as particularidades de suas histórias. Frisamos que, as considerações expostas, não dão conta das vivências dos adolescentes pesquisados, elas constituem uma das faces de uma totalidade mais complexa que instiga e nos leva a refletir de maneira crítica sobre as complexas situações vivenciadas por esses sujeitos. Acreditamos que, quando os conhecemos, tendo por base suas singularidades objetivas e subjetivas, situamos, mesmo que brevemente, informações sobre o que os caracterizam como sujeitos no mundo, portanto, capazes de construir sentidos. Destarte, traremos nesse subcapítulo, algumas de suas vivências institucionais e familiares para que

possamos compreender suas trajetórias de vida o que, incontestavelmente, nos subsidia na construção de novas ideias e também indagações sobre suas famílias, bem como os afetos e desafetos construídos em seu interior.

• Arielle

Uma menina alegre: é branca, possui 17 anos de idade, aproximadamente quatro anos de acolhimento em instituições e, estuda o 8º ano do ensino fundamental. A mesma possui dois irmãos, com quem não possui contato. Seu pai é alcoolista e, não convive com a mãe da adolescente, a qual encontra-se residindo em outra cidade e, com uma família reconstituída; ambos os pais encontram-se destituídos do poder familiar sobre a adolescente.

Arielle foi acolhida institucionalmente, pela primeira vez, em decorrência de um contexto de violências sofridas por parte de familiares – violência física, sexual, psicológica e negligência. Sua mãe a abandonou na infância, sendo ela entregue aos cuidados de sua avó paterna, a qual a adolescente faz referência como sua figura materna. Após o falecimento da avó, a adolescente teve de ficar residindo com o pai e tio, ambos em situação de alcoolismo. Nesse novo contexto, a menina vivenciou várias violências e teve uma infância suprimida pelas violações de seus direitos.

Em acolhimento institucional provisório na Casa de Passagem, a adolescente teve que ser transferida para outra instituição com uma modalidade de longa permanência¹, visto terem sido saturadas as possibilidades de retorno ao convívio familiar. Na nova instituição, Arielle teve maiores possibilidades de realização de cursos profissionalizantes e de conviver em um espaço de potencialização da construção de sua autonomia. Porém, em audiência realizada, a adolescente foi encaminhada para residir com sua mãe, mesmo não sendo esse o desejo de ambas.

- Eu me lembro que no ano passado, quando eu cheguei a morar com ela. No dia da audiência a juíza foi e obrigou ela a ficar comigo, ou ela ficava ou então seria presa. E daí nesse momento, eu ... chorei muito, fiquei muito triste até porque eu não queria ir morar com ela. E se fosse da gente ter ido morar junta, teria que...vamos dizer assim ... deveria ter tido mais um pouco de reconhecimento entre eu e ela, mais um vínculo né? Um contato, mas só que não aconteceu, foi tudo ... acontecendo rapidamente. Daí eu acho que foi o que complicou mais ainda nossa relação. A juíza não perguntou assim: *Arielle você quer morar com sua mãe?* E quando perguntou a minha mãe ela disse: *Não eu num posso, num sei quê.* Daí, a juíza foi logo e no mesmo dia eu fui morar lá, chorando mesmo, podia fazer nada².

1 A instituição a qual a adolescente faz referência, trata-se das Aldeias Infantis SOS Brasil, na qual a adolescente ficou entre 2012 a 2014. As aldeias Infantis SOS Brasil é uma Organização Não Governamental que desenvolve um trabalho de acolhimento institucional de longa permanência. Nessa instituição, o limite é até nove crianças e/ou adolescentes, irmãos biológicos ou não, de diferentes idades e de ambos os sexos que ficam sob o cuidado de uma mãe social (cuidadora residente). Tem por princípio o estímulo a convivência na comunidade, compartilhando responsabilidades, trabalhando conflitos e limites da vida cotidiana, na perspectiva de um desenvolvimento integral. Os núcleos familiares estão inseridos no meio comunitário, onde crianças, adolescentes e jovens têm a oportunidade de participar ativamente da realidade local. Disponível em: www.aldeiasinfantis.org.br. Acesso em: 21 Ago. 2016. Cumpre mencionar que no lapso temporal de 2014 ao momento da pesquisa a mesma esteve em acolhimento na Casa de Passagem Nossa Gente.

2 Consideramos oportuno destacar que esses adolescentes, muitas vezes, não são pensados enquanto sujeitos (como prescreve o ECA), eles estão impossibilitados de escolher ou de traçar o seu destino que depende de outros que, em sua

Em decorrência da ausência de vínculos entre Arielle e sua mãe, a convivência durou apenas 15 dias. Nesse período, as mesmas, dentre outras vivências, se agrediram e, a adolescente foi novamente acolhida institucionalmente. Destarte, perante todas essas experiências e, pela própria adolescência, a mesma iniciou processos de evasão institucional e, acabou imersa no universo da exploração sexual; fato que, por determinação judicial, a fez ser direcionada novamente para a instituição anterior. No momento de realização da pesquisa, Arielle não recebia visitas na casa de passagem, mas possuía contato telefônico com uma tia paterna.

• **Luíz**

Um menino questionador: é negro, tem 13 anos de idade e, aproximadamente sete anos de acolhimento institucional; diagnosticado com transtornos mentais e fazendo uso de medicação psicotrópica; encontra-se no processo de aprendizagem da escrita e leitura, e muito feliz por já saber escrever o seu primeiro nome. Possui quatro irmãos, estando dois deles inseridos no contexto complexo do tráfico de drogas; os pais já são falecidos.

Os motivos que ensejaram seu acolhimento foram a negligência familiar e a situação de rua a qual vivenciou ainda na infância. Diante da saturação das perspectivas de retorno a família, o adolescente já residiu em três instituições e encontra-se inserido no Cadastro Nacional de Adoção – CNA. O adolescente possui uma família extensa considerável, porém não recebe visitas ou possui contato telefônico com esses familiares. Vejamos a fala abaixo:

- Tia, ela [Irmã] me disse lá fora da audiência que num me queria nem que eu fosse pintado de ouro [lágrimas] (Luíz, 13 anos).

Perante essas vivências, Luíz já chegou a cometer automutilações, já nos solicitou que o túmulo da mãe fosse transferido para a instituição para que ficasse próximo a ele; teve momentos de chorar tardes inteiras quando as ausências familiares e afetivas eram, de alguma forma, apontadas no seu cotidiano – datas de aniversário, dias das mães, audiências – e até recentemente, mesmo em um primeiro contato, pedia as pessoas que chegavam a instituição, que o adotassem.

• **Guilherme**

Um menino muito observador, é branco, possui 13 anos de idade, e aproximadamente sete anos de acolhimento institucional; diagnosticado com transtorno mental, faz uso de medicação psicotrópica, não frequentava a escola e, com um pouco de dificuldade consegue ler e escrever. Possui dois irmãos, estando um deles também acolhido institucionalmente em outra entidade. Seu pai é falecido e, sua mãe encontra-se em situação de rua e drogadição.

maioria, não conhecem seus anseios, dificuldades ou necessidades. Parece claro afirmar que apesar do Estatuto da Criança e do Adolescente preconizar como sujeitos, em algumas situações sua possibilidade de ação e decisão é altamente reduzida (DANTAS, 2014).

Os motivos que condicionaram o seu acolhimento foram as violências perpetradas por sua mãe – negligência e violência física – bem como a situação de rua a qual vivenciou ainda na infância. Diante do esgotamento das possibilidades de retorno a família, o adolescente reside na segunda instituição e encontra-se inserido no Cadastro Nacional de Adoção. Guilherme também não recebe visitas ou possui contato telefônico com familiares. Em muitos momentos, o adolescente ressalta não desejar um dia voltar a residir com sua mãe, em outros, estar com a figura materna é o sonho mais desejado de sua vida.

• **Geovana**

Uma menina sorridente: é negra, possui 16 anos de idade, aproximadamente dois anos de acolhimento institucional e foi mãe aos 15 anos de idade; diagnosticada com deficiência mental moderada; não frequenta a escola e só possui o 2º ano do ensino fundamental. Possui quatro irmãos, seu pai é falecido e, sua mãe encontra-se em condição grave de saúde mental, sendo residente de área periférica na cidade.

Os motivos que condicionaram o seu acolhimento foram as várias violências sofridas por parte de um companheiro, mas também por parte do seu pai - violência física, psicológica e negligência. A fala abaixo, sinaliza essa realidade:

- Eu me juntei com a pai da minha filha porque meu pai batia muito em mim, deixava a gente fora de casa, [não] deixa nós entrar no barraco. Aí minha mãe disse assim: Vá morar com esse homem, seu pai só faz bater em você. Mas foi pior porque sofri muito. Apanhei muito dele, no meu resguardo ele saiu me arrastando no calçamento, com bem pouquinho dia de resguardo. Me batia de pau, de cipó. Quando tive ela, passei umas quatro dia sem comer, um bocado de dia.

Suas vivências são truculentas desde quando ainda residia com seus pais. Geovana, nos apresenta relatos muito fortes, de várias agressões sofridas, que deixaram nela marcas físicas e, principalmente psicológicas. A adolescente recebe visitas e possui contato telefônico com familiares e, existem perspectivas de retorno ao convívio familiar junto de uma irmã, com a qual possui um vínculo afetivo bastante fortalecido.

• **Bernardo**

Um menino de sorriso largo: é negro, possui 16 anos de idade e, entre idas e vindas, aproximadamente nove anos de acolhimento institucional; 6º ano do ensino fundamental incompleto, com um pouco de dificuldade consegue ler e escrever; deseja ser jogador de futebol. Não possui irmãos e os pais não convivem juntos: o pai sempre o negligenciou e negou aproximação com ele; sua mãe encontra-se em residência fixa na cidade, com um companheiro e em situação de alcoolismo.

Os motivos que condicionaram o seu acolhimento e, a posterior permanência nele, foram as violências sofridas por parte dos seus pais - física, psicológica e negligência – bem como a situação de rua a qual vivenciou na infância e adolescência. Em vários momentos, Bernardo chegou a dormir em um posto de gasolina, ou ainda em frente a

Promotoria de Justiça, sendo a sua alimentação concedida por populares, já que a mãe e a família de um modo geral lhe negavam comida. Mediante esse contexto, Bernardo foi tensionado a entregar drogas para garantir sua subsistência nas ruas e foi vítima de cinco tentativas de homicídio. Destarte, com o esgotamento das possibilidades de retorno a família, o adolescente foi transferido para uma instituição de longa permanência em outro município.

• **Layane**

Uma menina doce: é parda, possui 15 anos de idade e como não é oriunda desta cidade, - mas de Várzea Grande/MT – não sabe-se ao certo o tempo em acolhimento institucional. Possui o 5º ano do ensino fundamental, consegue ler e escrever. Possuía irmã, porém esta faleceu em decorrência de violência perpetrada por sua genitora e padrasto.

Segundo relato de Layane, seu pai é desconhecido e sua mãe encontra-se presidiária, não ocorrendo nenhum contato entre elas. Quando convivia com seu padrasto e genitora, o primeiro abusava sexualmente de sua irmã, ainda criança e, a segunda jogou água quente na área genital desta no intuito de camuflar os acontecimentos das agressões sexuais; a criança faleceu com 09 anos de idade em decorrência dos agravantes das violências. Conforme a adolescente, tais fatos foram determinantes para a prisão da genitora da adolescente.

Os motivos que condicionaram o seu acolhimento foram a suspeita de abuso sexual extrafamiliar, bem como as violências sofridas por parte de familiares –física, psicológica, sexual e negligência. Como a adolescente advém de outro estado, não recebeu visitas ou possuía contato telefônico com familiares, foi transferida e acolhida institucionalmente em seu município de origem.

• **Beatriz**

Uma menina corajosa: é branca, possui 14 anos de idade e como não é oriunda desta cidade – mas de Brejo do Cruz/PB – não sabe-se ao certo o tempo em acolhimento institucional, não frequenta a escola, mas possuía o 5º do ensino fundamental. Possui irmãos, mas não sabe dizer ao certo; seu pai encontra-se em situação de drogadição e a mãe é falecida.

Os motivos que condicionaram o seu acolhimento foram as várias violências e violações de direitos em sua trajetória de vida, as quais podemos citar: violência física, psicológica, negligência, violência sexual (abuso e exploração sexual). Já foi acolhida institucionalmente em distintos estados do país. No tempo em que esteve no acolhimento na casa de passagem não chegou a receber visitas ou ter contato telefônico com familiares, também foi transferida para o seu estado de origem.

• **Manoela**

Uma menina pensativa: é parda, possui 14 anos de idade e já teve outras passagens em acolhimento institucional na infância. Estudava o 6º ano do ensino fundamental. Possui três irmãos, o pai é desconhecido e sua mãe não possui residência fixa dada a inserção em vias de prostituição.

Os fatores que motivaram o seu acolhimento foram os seguintes: a negligência, violência física, psicológica e abuso sexual perpetrados por familiares. No lapso temporal de seu acolhimento, recebeu poucas visitas e retornou ao convívio familiar com uma tia materna.

• **Lucélia**

Uma menina valente: é negra, possui 14 anos de idade e já teve outras passagens em acolhimento institucional na infância, estudava o 8º ano do ensino fundamental. Possui três irmãos, os pais não residem juntos: o pai encontra-se foragido da justiça após abusar sexualmente de Lucélia e, sua mãe encontra-se em outro município com família reconstituída.

Os fatores que motivaram o seu acolhimento e, permanência nele, foram as várias violências e violações de direitos perpetradas por seus pais dentre as quais: a física, psicológica, negligência e exploração do trabalho infantil. Antes do acolhimento, havia sofrido abuso sexual do pai, o que a fez ter que ir residir com a mãe, com quem nunca tinha tido contato. Já no convívio com a mãe, esta obrigava Lucélia e seus irmãos a se dedicarem ao trabalho com castanhas, bem como executar as tarefas domésticas, fato que a impedia de frequentar a escola. No período de seu acolhimento, recebeu poucas visitas e retornou ao convívio familiar e comunitário em família substituta.

• **Diogo**

Um menino meigo: é branco e possui 13 anos de idade, aproximadamente, dois anos de acolhimento institucional; ensino fundamental incompleto, sabe ler e escrever. Possui três irmãos, que residem com sua mãe e o pai é falecido.

Os motivos que condicionaram o seu acolhimento e a permanência de Diogo nele, foram as violências sofridas por parte de sua mãe – negligência e violência física. No período anterior ao acolhimento, o mesmo estava vivenciando situação de rua e risco quando foi expulso da residência por sua mãe. Diante de várias tentativas de retorno a família e esgotamento de possibilidades, o adolescente foi inserido em Cadastro Nacional de Adoção.

Como pudemos observar no âmbito deste subcapítulo, as vivências dos adolescentes participantes de nossa pesquisa encontram-se perpassadas por várias violações de seus direitos fundamentais, ao passo em que, apesar das singularidades das trajetórias de vida, elas se imbricam em um fato comum: esses sujeitos vivenciaram relações familiares

intrincadas de violência; foram submetidos ao poder autoritário, arbitrário e violento dos adultos (FALEIROS; FALEIROS, 2008, p. 31); ademais precisaram vivenciar situações extremas para serem vistos na sociedade. Seja qual for a origem destes adolescentes, todos apresentam traços similares: histórias de vida marcadas pela descontinuidade dos vínculos e trajetórias, por muitas mudanças e constantes rompimentos de seus elos afetivos, além de uma grande demanda por atenção e cuidados (RIZZINI, 2006).

“FAMÍLIA É FAMÍLIA NÉ? EU NÃO AGUENTO TÁ AQUI SOZINHO”: UMA PRESENÇA AUSENTE

O primeiro passo para compreendermos a família é reconhecemos que se trata de uma instituição dinâmica, que por ser social, histórica, cultural e humana nem sempre existiu e tampouco continuará a existir da mesma maneira como se organiza hoje. É importante termos clareza que o mundo familiar vai se metamorfoseando nos diversos espaços sociais, culturais e históricos nos quais se faz presente.

Do mesmo modo, devemos apreendê-la enquanto uma criação humana, engendrada pelos imperativos/necessidades dos seres humanos, logo, suscetível a transformações. Nas sociedades primitivas, por exemplo, “[...] a vida ou era comunitária ou não seria possível. Não havia outra forma de sobreviver. Sozinho, ou lutando todos contra todos, como ocorre hoje, a sobrevivência seria impossível” (LESSA, 2012, p. 17).

Por isso a tarefa de criar os filhos era uma tarefa tão coletiva como qualquer outra: os pais eram todos os homens da tribo, os primos e primas eram todas as crianças que não eram irmãos e irmãs, e apenas as mães eram individualizadas pelo nascimento. Mesmo neste caso, a morte de uma mulher não deixava uma criança órfã; ela, não raramente, passava a ser filho ou filha de uma irmã da falecida ou algo semelhante. Nenhuma criança era abandonada pelo fato de ter falecido sua mãe. [...] a vida de cada criança era protegida por todos: não havia nada semelhante à figura da mãe e do pai que hoje conhecemos. Nem as tarefas de criação dos filhos, preparação dos alimentos, etc. eram femininas ou masculinas; eram atividades coletivas que envolviam pessoas de ambos os sexos e de todas as idades (LESSA, 2012, p. 18).

Como observa-se na descrição do autor, a vida comunitária era imprescindível nas sociedades primitivas, a coletividade e a colaboração de todos era determinante para subsistência e desenvolvimento humano. Estamos ilustrando uma sociedade diferente ou um tanto distante da nossa, mas sem dúvida trata-se de um debate inicial relevante para que possamos apreender as oscilações da família no tempo/espaço. Ademais, o tradicional e o moderno convivem (SIMMEL, 1979; GIDDENS, 2000), e essas redes de solidariedade ainda hoje existem, mesmo que em menor escala. Nesse sentido, se pensarmos em cidades interioranas do nordeste, tribos indígenas ou em bairros periféricos das grandes cidades (SARTI, 2011) que ainda não foram muito atingidas pela dita civilização vamos perceber essas práticas ou ao menos resquícios muito fortes delas.

Segalen (1999) nos esclarece que os aspectos históricos permitem revelar o formidável poder de resistência e adaptação dessa instituição, visto que poucas conseguiram atravessar as mudanças econômicas e sociais que transmutam as sociedades baseadas na economia agrária em sociedades cimentadas no modelo industrial e pós industrial. Destarte, a autora acrescenta que cada época conhece suas formas familiares. Sociedade e família são produtos de diversas forças sociais comuns.

Nessa direção, Giddens (2000), destaca que “houve muitos tipos diferentes de família e sistemas de parentesco em diferentes sociedades e culturas” (p. 63). Com base nesse entendimento, o supracitado autor pensa a família como uma “instituição-casca”³, isto é, ela aúfere a mesma designação conferida antes, porém seu sentido, suas significações e, principalmente sua dinâmica, constituição e maneira de ser e estar na sociedade vêm mudando completamente. Para ele, a casca permanece intacta mas o seu interior se transformou sobremaneira. “Enfim, o mundo da família está bem diferente do que há 50 anos. Embora as instituições da família e do casamento ainda existam e sejam importantes em nossas vidas, tiveram uma mudança drástica de caráter” (GIDDENS, 2005, p. 151).

Giddens (2005) também analisa que tais transformações não podem ser assimiladas aparte das mudanças maiores em curso na nossa época. O autor entende que “é preciso prestar atenção às alterações que estão ocorrendo em escala societal, e até mesmo global, se desejamos compreender o elo entre as transformações pessoais e os padrões mais abrangentes de mudança” (p. 155). Significa dizer que essa instituição social não pode ser refletida senão enquanto componente do conjunto das transformações que ocorrem, tanto em nível universal como individual. Em outras palavras, não trata-se apenas das mudanças macro, mas também daquelas que ocorrem em nível micro e na esfera singular do cotidiano.

Conforme evidencia Giddens (2005), as mudanças ocorridas no universo familiar são decorrentes de uma multiplicidade de aspectos relacionados, sobretudo ao avanço científico, tecnológico, assim como de alterações vivenciadas no contexto político, social, econômico e cultural do nosso tempo/espço. O autor coloca então o foco nas novas tecnologias anticonceptivas e reprodutivas, elementos que trouxeram grandes transformações para a intimidade e, conseqüentemente, para a família. Outros aspectos que podemos citar, são as variações relacionadas aos processos educativos, à organização do trabalho, os espaços que a mulher vem galgando nos últimos anos, e o fortalecimento da lógica individualista⁴. Outros elementos que podem influenciar o compasso das modificações no

3 Para um maior aprofundamento nessa temática ler: GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrolo**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

4 O sociólogo alemão Georg Simmel (1979) pensa o individualismo como consequência das novas condições psicológicas geradas pelas metrópoles, emerge dessa forma um novo homem, um homem metropolitano, cujos hábitos modernos centram-se fortemente no indivíduo. Podemos concluir que tais características trazem influências significativas para o lócus-familiar e sua relação com a sociedade. É preciso dizer que atualmente esse individualismo vem se exacerbando e aquelas características percebidas por Simmel no final do século XIX e início do século XX tomaram proporções muito grandes influenciando sobremaneira todas as instituições, costumes e formas de ser da contemporaneidade.

cerne das relações familiares referem-se a etnia, a religião, a região, a própria situação socioeconômica, dentre outros.

Diante dessa polissemia teórica, percebe-se que a família não permanece estática, vem sendo construída, reconstruída ao longo dos tempos e está sempre em movimento, tal como a sociedade. Segundo Monteiro e Cardoso (2001) a família é produtora e reprodutora de cultura e ideologias, influencia a sociedade e é influenciada por ela, fato que pode ser constatado pela rapidez com que ela⁵ própria vem mudando nas últimas décadas. Portanto, como um simulacro das relações sociais, dialeticamente a sociedade e a família se transformam, influenciam e se ressignificam mutuamente.

Prado (2012) aborda a temática ressaltando: “De fato, não se poderá mudar a instituição familiar sem que toda a sociedade mude também” (p. 10), pois as mudanças estão imbricadas e a família encontra-se diretamente conectada com questões de ordem cultural, econômica e social.

Nesse torvelinho de mutações, visualiza-se a coexistência de múltiplas configurações familiares:

A grande diversidade de formas de família e de núcleos domésticos tornou-se uma característica cotidiana de nossos tempos. As pessoas estão menos propensas a casar do que antes e também estão se casando mais tarde. A taxa de divórcios aumentou significativamente, contribuindo para o crescimento do número de famílias monoparentais. As “famílias reconstituídas” formam-se através de segundos casamentos ou através de novos relacionamentos envolvendo filhos de uniões anteriores. As pessoas estão optando cada vez mais por viverem juntas – coabitar – antes do casamento, até mesmo preferindo isso a se casar (GIDDENS, 2005, p. 151).

Diante disso é necessário explicitarmos que essas alterações no âmbito familiar encontram muitas resistências e apelos a um retrocesso à “era dourada” do passado (GIDDENS, 2005). Essas variações familiares, para muitos, são assustadoras e incompreensíveis. De acordo com Segalen (1999), na década de 1970, habitualmente já se falava de “enfraquecimento das famílias”, “famílias em crise” e/ou “famílias desfeitas”. Essas qualificações eram instituídas a partir dos contrastes com um modelo de família ideologicamente arquitetado como outrora portador de “sólidas estruturas”.

“A família está desmoronando!”, bradam os defensores dos valores tradicionais, ao avaliar as mudanças das últimas décadas – uma atitude, mais aberta e liberal da sexualidade, das taxas de divórcios crescentes e busca geral pela felicidade à custa das antigas concepções de deveres familiares. “Precisamos recuperar um sentido moral da vida familiar”, eles argumentam. “Precisamos restabelecer a família tradicional, que era muito mais estável e ordenada que o confuso emaranhado de relacionamentos em que a maioria de nós se encontra hoje (GIDDENS, 2005, p. 168).

A configuração familiar tradicional a que a citação de Giddens (2005) se refere, concebe a presença da figura do pai como chefe de família e da mãe que vive em função

5 Como nos esclarece Oliveira (2009), “[...] existe uma radical mudança na composição familiar, nas relações de parentesco e na representação de tais relações na família” (p. 67). É possível observar uma considerável igualdade entre os sexos, o amplo ingresso de mulheres na força de trabalho, as mudanças no comportamento sexual e nas expectativas, e as mudanças na relação entre lar e trabalho (GIDDENS, 2005)

do lar e dos filhos, estabelecendo uma divisão normativa dos papéis familiares e, ademais carrega a obrigatoriedade das famílias serem constituídas no terreno da heteroafetividade. Há de fato uma expectativa ideológica no cerne constitutivo das famílias: “Pais sozinhos, homossexuais, grupos não consanguíneos que vivem e se identificam como família são desconsiderados e julgados menos capazes de exercerem os deveres familiares” (PEREIRA, 2006, p. 26). Esses elementos podem ser observados no Estatuto da Família (Projeto de Lei 6583/2013), o qual estabelece preceitos jurídicos para delimitar quais grupos podem ser considerados uma família perante a legislação.

Art. 2º Para os fins desta Lei, define-se entidade familiar como o núcleo social formado a partir da união entre um **homem e uma mulher**, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes (BRASIL, 2016, p. 01. Grifo do autor).

Esse discurso de retorno da família tradicional, como visto anteriormente, tem como pano de fundo dois elementos que negam e/ou velam conquistas históricas: 1) os preconceitos, em que o caráter pragmático da vida cotidiana orienta-se por juízos já elaborados e concordam com acepções morais e religiosas de um determinado grupo ou categoria social; falsas ideologias ou falsas consciências (HELLER, 1985) e 2) os conservadorismos, que conforme Barroco (2015), em sua função ideológica, reproduzem um modo de ser calcado em valores historicamente preservados pela tradição e pelos costumes morais e – na particularidade brasileira – um modo de ser mantido por nossas elites, com seu racismo, seu preconceito de classe e, acrescentamos, de etnia, gênero e orientação sexual. Enfim, na realidade, essas expressões escamoteiam falsos moralismos e manifestações discriminatórias que, de diversas formas, tendem a cristalizar tanto papéis sociais dominantes como papéis dominados, culminando em projetos de lei e ordenamentos jurídicos conservadores e estigmatizantes, como no caso do Estatuto da Família.

Mello (2000) qualifica abaixo, essa cristalização social:

O pai provê, com seu trabalho, todas as necessidades da família; a mãe, carinhosa e infatigável, toma conta da casa e da educação das crianças. Tanto o pai como a mãe encontram profunda satisfação em seu trabalho e digna recompensa econômica, proporcionando um clima de estabilidade e harmonia para o crescimento das crianças. Estas brincam e estudam, são alegres e despreocupadas (p. 53).

Como nos aponta Carvalho (2002), as expectativas em relação à família estão no imaginário coletivo ainda impregnada de várias idealizações, dos quais essa família tradicional nuclear⁶ é um dos símbolos. Nela, a relação entre homens e mulheres, pais e filhos, irmãs e irmãos, ou crianças de diferentes famílias, é inteiramente distinta das relações estabelecidas nas sociedades primitivas, expostas no início do item (LESSA, 2012). É distinta porque como vimos anteriormente, a coletividade era o fundamento central daquelas organizações grupais, a sobrevivência de todos estava entrelaçada a manutenção de grandes aglutinações humanas que primavam pelo interesse da comunidade. A família

⁶ Para Giddens (2005), família nuclear significa “dois adultos vivendo juntos num núcleo doméstico com suas crianças” (p. 52)

nuclear se diferencia daquelas, por ser característica de um grupo menor de pessoas que individualiza, privatiza as relações existentes e se afasta daquela dimensão vitalmente comunitária. Essa unidade familiar em núcleo, inscreve “uma demarcação entre um dentro e um fora, um domínio privado e um domínio público” (SEGALEN, 1999, p. 280) e tem por corolário o retraimento da comunidade.

Na mesma simetria teórica, Szymanski (2000) assinala que existe uma suposição ou aceitação irrefletida de um modelo imposto pelo discurso das instituições sociais, da mídia e até mesmo de profissionais, que é propagado, não só como o jeito “certo” de se viver em família, mas também como um valor a ser seguido. Para tanto, indiretamente, é transmitido e captado o discurso implícito de incompetência e inferioridade, referindo-se aqueles que não “conseguem” viver de acordo com o modelo preestabelecido. Assim, quando as famílias se contrapõem, se afastam desse lar idealizado são denominadas “desestruturadas”.

Ao tentar-se estabelecer um único padrão de família, foram consideradas “desestruturadas” quando comparadas com o modelo idealizado e legitimado pelas classes dominantes. Desta feita, a família, em suas diferentes formas, vista por um viés de família ideal, é estranhada. Esse estranhamento se dá por uma postura etnocêntrica, que leva o indivíduo a tentar interpretar a realidade a partir de seus próprios parâmetros. A família do outro é vista por um desvio, pelo biombo de uma concepção própria de família, tomando a si mesmo como referência para chegar ao outro. Nessa concepção a diversidade é considerada desigualdade (PEREIRA, 2006, p. 25).

No momento em que pensamos em “desestruturação familiar” podemos nos remeter inicialmente à uma estrutura padrão e à outra que não se adapta e não corresponde a suas normativas, aquela que é justamente o antônimo dessa modulação estrutural. Nos leva ao entendimento de que concomitantemente ao modelo familiar tradicional nuclear foram se tramando/forjando variações de famílias distantes desse modelo enaltecido socialmente. Isso acaba por colocar “numa espécie de ‘fôrma’ uma instituição tão dinâmica quanto a família” (MONTEIRO; CARDOSO, 2001, p. 100).

Isso demonstra que é mister desconstruir paradigmas no que reporta-se as formas familiares diferenciadas, deve-se reconhecer a diversidade no sentido de não normatizar as ações a partir de um modelo rígido e único, artificialmente imposto (SARTI, 1999). Destarte, é necessário ter o discernimento de que as unidades familiares “são constituídas de muitas formas, e uma forma não é melhor ou pior do que a outra, elas são apenas diferentes entre si. Isto quer dizer que não há um modelo ‘certo’ nem um modelo ‘normal’ de família” (GUARÁ, 2010, p. 16), tampouco todos precisam se encaixar no mesmo molde social.

Em coadunação com essas apreensões, Giddens (2005) acrescenta que diante da multiplicidade de desenhos que essa instituição social apresenta: “Referir-se a ‘famílias’ enfatiza a diversidade de formas familiares. Embora possamos nos referir de modo simplificado à ‘família’, é fundamental lembrarmos a variedade compreendida pelo termo”

(p. 152). Portanto, não existe um único modelo de família certo ou válido, pois não existem vivências familiares iguais e únicas. Ao contrário, a pluralidade é algo que envolve as famílias; são múltiplas suas vivências, realidades, situações socioeconômicas, relações. Estamos falando de um conjunto de trajetórias individuais que se expressam na diversidade⁷ e em espaços e organizações domiciliares peculiares (KALOUSTIAN, 2002).

Outrossim, Sarti (2004) acorda que toda família compõe uma história e cria um discurso sobre si própria. Nessa direção, convém pensarmos que:

Cada família circula num modo particular de emocionar-se, criando uma 'cultura' familiar própria, com seus códigos, com uma sintaxe própria para comunicar-se e interpretar comunicações, com suas regras, ritos e jogos. Além disso, há um emocional pessoal e o universo pessoal de significados (SZYMANSKI, 2000, p. 25).

Cada família é única e, portanto, possui características singulares na maneira como se relaciona e cuida de seus membros, visto que as subjetividades envolvidas e valores específicos das unidades familiares são revelados nas diversas formas em que essa instituição se apresenta na totalidade/universalidade do mundo que a cerca.

Nessa perspectiva, o universo familiar vem se revelando como algo bem mais complicado do que imaginávamos. E, ao ponto em que reconhecemos essa complexidade, temos dificuldade em aceitar as receitas teóricas clássicas que nos ofereciam modelos simplificados (FONSECA, 2002). Sendo a família um mundo de relações (SARTI, 2003a, 2003b), torna-se difícil engessá-la em uma única acepção pois além de ser uma instituição multifacetada, ela apresenta peculiaridades em cada contexto que faz parte. Corroborando com essa ideia, Osório (1996) salienta que 'família' não é uma conceituação unívoca, visto não se tratar de uma expressão passível de definições, mas tão somente de descrições.

Etimologicamente, a palavra família deriva do vocábulo latino *famulus* que tem por significado: o conjunto de servos e dependentes de um chefe ou senhor⁸(ENGELS, 2010; PRADO, 2012). Essa expressão surge com os romanos tendo por finalidade designar um novo organismo social, cujo chefe mantinha sob seu poder a mulher, seus filhos e um determinado grupo de escravos, tendo assim o direito de vida e morte sobre estes. Não obstante, o sentido originário da palavra vem se transformando ao longo dos tempos e hoje há várias significações referentes ao termo, muito embora o sentido hierárquico, autoritário, assimétrico seja ainda intensamente presente no âmbito relacional das famílias. Como aponta Snyders (1984, p. 131), ela ainda “[...] é considerada como cadinho⁹ de todos os poderes” pode ser um “local de não encontro” e de violência disfarçada e aberta; elementos

7 De acordo com Barroco (2003, p. 01): “Como componente da realidade social, a diversidade está presente nas diferentes culturas, raças, etnias; gerações, formas de vida, escolhas, valores, concepções de mundo, crenças, representações simbólicas, enfim, nas particularidades do conjunto de expressões, capacidades e necessidades humanas historicamente desenvolvidas. Assim, é elemento constitutivo do gênero humano e afirmação de suas peculiaridades naturais e sócio-culturais”.

8 Conforme assinala George Snyders (1984, p. 32): “Em Roma, o *Patria Potestas* é um poder absoluto e legalmente conferido ao pai sobre a vida dos filhos. É bem verdade que, pouco a pouco o costume foi limitando esse poder. No entanto, só em 318 d. C a morte infligida pelo pai ao filho foi considerada um crime, e só em 374 o assassinio de uma criança foi legalmente considerado um homicídio”.

9 Snyders (1984) utiliza a palavra ‘cadinho’ em seu sentido figurado, que significa um espaço em que as coisas ou pessoas se misturam (FERREIRA, 2014).

esses que serão abordados no próximo subcapítulo e que, já puderam ser visualizados no próprio perfil dos adolescentes estudados.

De acordo com Prado (2012): “[...] todos sabem o que é uma família já que todos nós somos parte integrante de alguma família. É uma entidade por assim dizer óbvia para todos” (p. 08). No entanto, vale a pena fazer um parêntesis para um breve comentário, haja vista que estamos tratando de um conceito vasto, diverso e imbuído de vários significados, conseqüentemente, “o que parece óbvio não o é de fato, tampouco é tão certo que todas as pessoas têm ou fazem efetivamente parte de uma família” (DANTAS, 2014, p. 16).

- É complicado, quase dois ano aqui nesse abrigo... mais num sei quantos naquele oto. Sozinho no mundo. Mãe morreu, pai morreu também. Passar o Natal e Ano Novo sozinho. Isso é uma miséria. Prefiro ir pro inferno a continuar numa vida desgraçada dessa. Todo dia peço a Deus pra me tirar dessa vida, dessa vida sofrida, eu sei o que é sofrer... Já sofri muito. Quando minha mãe morreu tia, me deu um aperto tão grande. Tia, eu sou sozinho no mundo, não tenho ninguém nessa vida. Eu já tive paciência demais, se não resolver isso logo, vou me matar. Já rodei em três abrigo já, nada dá certo (Luíz, 13 anos).

A fala de Luíz nos remete a ausência de família, particularmente a nuclear. Outrossim, se pensarmos sob um viés ampliado perceberemos que os demais membros da família também não se sentem responsáveis por esse menino, partindo do entendimento da família como um núcleo privado e individual.

Face a essa realidade, embaralham-se as imagens e confunde-se facilmente o conceito de família, em um sentido mais amplo, com a ideia que temos da “nossa” própria família tão forte é a identificação desta com o que somos. Olha-se para o outro com base nas próprias referências pois “há frequentemente um dever ser no horizonte, referência positiva a partir da qual todo o resto torna-se “desvio” ou “anormalidade” (SARTI, 1999, p. 100).

Sobre esse assunto, é importante refletirmos que a nossa própria família é tomada de maneira idealizada, as referências são majoritariamente positivas, como se não houvesse contradições e conflitos. Para Lins (2007) essa idealização do outro é construída em torno de uma projeção, uma fantasia sobre a imagem, ao invés de sobre a realidade. A família, desse modo, não é percebida com clareza, mas por meio de uma névoa que distorce o real.

Segalen (1999) então argumenta que o fenômeno familiar, tão profundamente inscrito em cada um de nós, direciona-nos a pensá-lo como simultaneamente natural e universal.

- Tia eu não vou mentir, tenho inveja desse povo que tem família. Tenho inveja da felicidade deles (Arielle, 17 anos).

- Eu queria ir embora daqui [do abrigo]. Queria ficar com minha família. Quem não quer tá com a família? (Geovana, 16 anos)

- Acho que eu tinha uns 5 anos desde que comecei a ficar indo pra abrigo. Ficava indo e voltando pra casa, eu denunciando minha mãe, num dava certo, eu denunciava pra polícia, me levavam pra o Conselho Tutelar e eles me voltavam pra o abrigo (Guilherme, 13 anos).

Nos depoimentos expostos anteriormente observa-se a realidade daqueles que pela ausência da família encontram-se acolhidos institucionalmente¹⁰. Nas falas de Arielle e Geovana, percebe-se que a família é reportada à uma realidade idílica – como sinônimo de felicidade, o simples fato de ter uma família já torna quem a tem feliz, portanto, não se pode ser feliz sem ela. Já no relato de Guilherme, o mesmo nos aponta para outra realidade ao demonstrar a existência da família, mas sendo ela um espaço de rejeição. A figura 1, nos ajuda a compreender como esses meninos se percebem no presente em concernência as relações familiares:



Figura 1 – Representação de família para Luíz (13 anos)

Fonte: Imagem construída pelo adolescente em oficina realizada no dia 05 de janeiro de 2016 na Casa de Passagem Nossa Gente em Mossoró-RN

Ao analisarmos as figuras anteriores, é possível perceber a solidão e tristeza que o adolescente quer retratar. Como dito anteriormente Luíz já encontra-se inserido no cadastro de adoção e está acolhido há aproximadamente sete anos, com passagem em três instituições. O menino, corriqueiramente, expressa o vazio deixado pela família em sua vida, revela estar sozinho no mundo. A sua situação e a de tantos outros nos permite romper com a ideia de universalidade que reveste as famílias, ao mesmo tempo nos possibilita refletir sobre a pressão social existente em relação a necessidade da família na vida das pessoas.

Losacco (2008) atesta que crianças e adolescentes¹¹ acolhidos também têm família, para ela “[...] não são filhos de chocadeira! São frutos de uma relação homem/mulher. Sua gênese é produto de uma determinada configuração familiar, portanto, possuem laços a

10 O acolhimento institucional, trata-se de medida excepcional prescrita no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Lei 8.069/90), devendo constituir-se provisoriamente enquanto são garantidas as condições necessárias para o retorno da criança e/ou adolescentes à família de origem ou, na impossibilidade disto, colocação em família substituta (BRASIL, 1990).

11 O Estatuto da Criança e do Adolescente delimita a infância como o período até doze anos incompletos e a adolescência entre doze e dezoito anos de idade (BRASIL, 1990), tendo sido esta definição adotada no presente trabalho.

serem pesquisados e desvelados” (p. 65). Sobre o posicionamento da autora, temos nossas ponderações: não negamos o caráter biológico ou o parentesco culturalmente inscrito na família, entretanto, questionamos, para além dele, o viés naturalizado, generalizado e ideológico que a envolve e nos faz crer que a família está presente física, material e emocionalmente na vida de todos.

Ademais, em muitos casos, como vimos e veremos nesse estudo, mesmo pesquisados e desvelados a existência dos familiares, por inúmeros motivos, os vínculos não são estabelecidos, sendo os laços consanguíneos, muitas vezes, fios condutores de violência. Portanto, ao contrário do que aponta o Estatuto da Família, sobre a defesa de uma família nuclear burguesa, lembremos do Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) publicado em 2006, o qual preconiza a família como aquela que se estabelece pela consanguinidade, mas a ultrapassa colocando os laços de aliança e afinidade como espaços familiares que devem ser reconhecidos.

Cabe reconhecermos que muitas crianças e adolescentes não têm lembranças de sua família de origem e/ou conviveram pouco com ela e, apesar de, em nossa sociedade, comumente, os cuidados biológicos serem atribuídos a essa instituição, para muitos destes são as entidades de acolhimento as responsáveis por esse aparato (DANTAS, 2014). Tais sujeitos permanecem na instituição no transcurso dos processos judiciais que culminam, algumas vezes, no retorno ao convívio com a família de origem (natural ou extensa), e outras, na perda do poder familiar; neste último caso, continuam acolhidos enquanto aguardam uma possível adoção.

Para que possamos visualizar essa realidade em termos concretos, vejamos alguns dados: Conforme informações dispostas no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), até junho de 2016 no Brasil, existiam 41.427 crianças e adolescentes em acolhimento institucional e 6.405 cadastrados e esperando adoção¹². Diante destes números e, para além deles, é possível observar que a família não é universal e presente na vida de todos de forma igualitária. Embora idealmente isso seja algo posto, é relevante considerar que além das variadas configurações de família existentes, há também, o que estamos chamando de vivências de “vazios de família”, que são demasiadamente significativas e ao mesmo tempo ignoradas e invisibilizadas pela sociedade como um todo.

Podemos pensar a família como um espaço onde geralmente:

[...] se ouvem as primeiras falas com as quais se constrói a autoimagem e a imagem do mundo exterior. É onde se aprende a falar e, por meio da linguagem, a ordenar e dar sentido às experiências vividas. A família, seja como for composta, vivida e organizada, é o filtro através do qual se começa a ver e a significar o mundo. Este processo que se inicia ao nascer prolonga-se ao longo de toda a vida, a partir de diferentes lugares que se ocupa na família (SARTI, 1999, p. 100).

12 Dados dispostos no Conselho Nacional de Justiça, disponível em: <http://www.cnj.jus.br/cnca/publico/>. Acesso em: 13 Jun. 2016.

No caso dos “vazios de família”, estes aspectos são preenchidos por instituições. De maneira paradoxal, Luz (2013) nos esclarece que o lócus institucional é o lugar calcado em um conjunto de normas de conduta, regras de organização dos comportamentos; é espaço de hierarquias, técnica e poder burocrático; da ordem, que garante a estrutura e a disciplina e assegura as relações sociais. A autora acrescenta que os agentes institucionais são, antes de tudo, técnicos, porta-vozes de uma racionalidade de atuação que é, fundamentalmente, “neutra” e “científica”. Nos dormitórios, nos horários de comer, banhar-se ou brincar, esses meninos e meninas devem seguir a disciplina que se estabelece nesse espaço (BERNAL, 2004).

No cotidiano da instituição imperam rigores nos horários do acordar ao dormir, uma rotatividade de funcionários e acolhidos, é onde comportamentos e posturas são impostas sem muita flexibilidade. Em contrapartida, não podemos esquecer que esse espaço institucional é composto por relações humanas, e estas são contraditórias, complexas e inusitadas e, mesmo em um contexto circundo de tecnicismos podem se gestar sentimentos, emoções e afetividade “[...] que ora dão o tom, ora são negligenciados como parte do processo” (RUSSO, 2006, p. 226-227). Em outras palavras: mesmo em se tratando de contextos institucionais, com sua frieza, burocracia e racionalidade característica, podem surgir relações que remetem a ideia de família, se nos atentarmos para ela sobre o prisma das relações de afetividade.

Quando estudamos a categoria família, percebemos que ela é de fato muito abrangente e abarca um emaranhado de sentidos e interpretações. Pode significar:

[...] uma unidade familiar extensa, com pais, avós, primos, irmãos e irmãs e agregados, vivendo (ou não) sob o mesmo teto. Pode ser também uma família nuclear, da qual só participam os pais e os filhos. Pode ser um grupo de pessoas unidas por fortes laços de amizade, forjados na convivência e na solidariedade (FAVARO, 2007, p. 39).

Em linhas gerais, a família é um ambiente em que muitos sujeitos iniciam seu processo de socialização e constroem redes iniciais de sociabilidade; podendo se estabelecer como local de proteção e referência para crianças e adolescentes, logo, como relevante no seu desenvolvimento social, afetivo e emocional. Torna-se importante ponderarmos que no processo de socializar a criança e/ou adolescente, não podemos desconsiderar outras instituições sociais que direta ou indiretamente participam de diferentes momentos de sua vida, tais como creches ou jardins de infância, instituições médicas e, até pouco tempo atrás, clínicas psiquiátricas (SEGALLEN, 1999).

Outro elemento a ser refletido é que a família nem sempre é espaço de socialização, seja pela inexistência dessas relações em situações de violência¹³ ou da própria família enquanto partícipe na vida dos sujeitos (DANTAS, 2014). Ademais, dada a importância

13 Como forma de ilustração, pensemos o cárcere privado, o qual se constitui em um ato violento de cerceamento de liberdade e socialização de muitas crianças e adolescentes. Conforme dados do Disque 100, essa violação de direitos atingiu um total de 822 casos no Brasil em 2014; 782 em 2015 e 527 casos em 2016. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/disque100/balanco>. Acesso em: 29. Dez. 2016.

que a sociedade lhe atribui, mesmo quando ausente na trajetória de vida das pessoas, ainda assim é algo relevante e desejado, mesmo que se personifique em um plano ideal.

- Own tia, eu rezo quase todo dia pedindo uma família. Rezo assim como vou rezar agora (fecha os olhos): *Senhor, por tudo que é mais sagrado, por todo amor e carinho que o Senhor tem por mim, me dê uma família, uma família boa. Own Deus que tudo pode, eu não aguento mais essa vida, preciso de uma família, se o Senhor me ama faz isso por mim.* E vou rezando tia, quase todo dia, tô pedindo já faz muito tempo, tantos ano, mas parece que não tem jeito (Luíz, 13 anos).

A leitura desse depoimento, bem como a fala que serve de título para esse item, nos fazem refletir sobre a necessidade desses adolescentes saírem do acolhimento e se inserirem em um espaço familiar, percebe-se na oração a urgência de um desejo que vem sendo construído em anos de acolhimento institucional. Diante desse relato e dos anteriores, percebe-se que embora exista uma abrangência do que seria a família – da ampliação de parentela, e todos os aspectos que a englobam – ainda existem crianças e adolescentes acolhidos que foram retirados do convívio com ela (nuclear e extensa) diante da violação de direitos sofrida e que, sequer recebem visitas na instituição. O trecho abaixo evidencia essa realidade:

- A minha família num tá nem aí pra mim! Num quer saber se eu tô vivo ou se eu tô morto! Num visita a pessoa, num liga pra saber se tô bem, num pergunta como eu tô aqui, liga nem pra dizer nada, nem pra falar nada. É cheia de desculpa, num me quer perto deles. Sou sozinho nessa vida, ninguém tem consideração por mim (Luíz, 13 anos).

Em observância ao fragmento, apreendemos uma desresponsabilização da família por seus membros, pois embora o conceito de família tenha se ampliado, e a própria responsabilidade de crianças e adolescentes se estendido para comunidade e sociedade, ainda persiste na sociedade a ideia de que os filhos são de incumbência exclusiva dos pais e, mais precisamente das mães. Ainda persiste uma ideia individualista, que pode ser expressa pelo seguinte provérbio: “Quem pariu Mateus, que balance”.

Luíz ainda nos acrescenta o seguinte: “Tia, eu sou um miserável nessa vida, um rejeitado, sem ninguém, sou um nada. Minha família deve tá achando é bom eu aqui, tá livre né? Livre de problema”. No caso deste adolescente, os seus pais já são falecidos¹⁴ e, apesar de possuir tios, tias, irmãos, irmã, primos e primas, avô e avó, em um período de aproximadamente dois anos acolhido na casa de passagem, não recebeu visitas destes familiares e/ou ligações que expressem interesse, preocupação e/ou atenção para com ele.

Segalen (1999, p. 20) também faz destaques importantes sobre família, para ela trata-se de “[...] um fenômeno polissêmico: designa tanto os indivíduos ligados pelo sangue e aliança como a instituição que rege esses laços”. Paralelamente, é também “o lugar de produção de normas e valores que são transmitidos aos seus membros por

14 Sua mãe faleceu quando Luíz ainda era um bebê decorrente de agressões físicas perpetradas pelo pai do mesmo e, este foi assassinado por apedrejamento de populares no ano de 2013, quando tentou abusar sexualmente de uma criança.

meio de um cotidiano regulado por acordos e pactos que funcionam como uma ‘antessala’ de entendimento de concepções sociais” (HOLANDA, 2008, p. 71). Diante das análises expostas, convém acrescentarmos que a família não é o único lócus com essa função, pois no caso daqueles que não convivem com ela, as instituições de acolhimento são responsáveis por suprir tais lacunas.

Com efeito, para Peres (2001, p. 226), “o modelo desejado de família é aquele em que existe amor dos pais e dos membros entre si”. Deste modo, a maior expectativa é de que a família seja lugar de:

[...] cuidados, proteção, aprendizado dos afetos, construção de idealidades e vínculos relacionais de pertencimento, capazes de promover melhor qualidade de vida de seus membros e efetiva inclusão social na comunidade e sociedade em que vivem (CARVALHO, 2002, p. 15).

Para visualizarmos essas expectativas, vejamos alguns depoimentos:

- Assim, eu creio que a família é aquela que tá presente nos momentos que a gente precisar, tá ali sempre ajudando, dá força, reclama quando estiver errado, tudo bem. Sempre acompanhando, principalmente o carinho, o amor junto e união com certeza. Eu imagino uma família bem estruturada, unida, é claro... que tenha carinho, amor e atenção entre todos (Arielle, 17 anos).

- Quando eu penso em família, não sei muito o que pensar. Família é família. Família num é pra ter briga não. Família é pra morar na casa da mãe e do pai né? Tia, família deve ser feliz (Guilherme, 13 anos)

Nas falas dos adolescentes, a instituição familiar é vislumbrada de maneira positiva, incólume, sem conflitos, desigualdades ou discordâncias; esse mundo familiar, a partir do qual o imaginário social gira em torno, não deixa lugar para contradições, trata-se de um espaço de plena satisfação humana. Para Arielle e Guilherme a família está ligada a um universo idílico, algo que está no âmbito dos seus desejos e, portanto, aparece sem máculas, embora eles já tenham vivido em família e vivenciado sua face mais dura. Eles remetem a um dever ser presente na sociedade, apontam para aquilo que a família deveria representar, mas que não coaduna com suas vivências particulares. As figuras adiante corroboram na sinalização desses ideais no âmbito da família:



Figura 2 – Representação de família para Arielle (17 anos)

Fonte: Palavras escolhidas e escritas pela adolescente em oficina realizada no dia 20 de novembro de 2015 na Casa de Passagem Nossa Gente em Mossoró-RN.

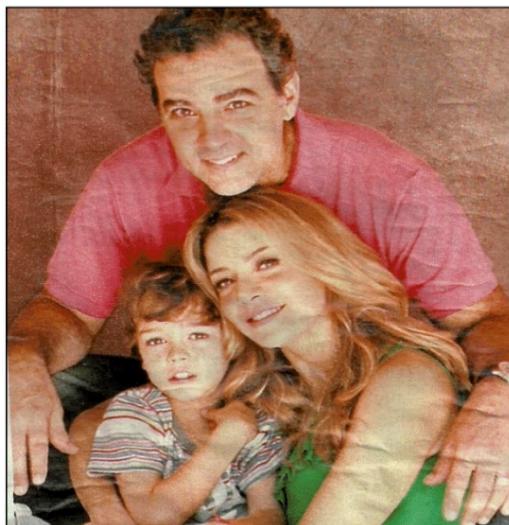


Figura 3 – Representação de família para Luíz (13 anos)

Fonte: Imagem escolhida pelo adolescente em oficina realizada no dia 05 de janeiro de 2016 na Casa de Passagem Nossa Gente em Mossoró-RN

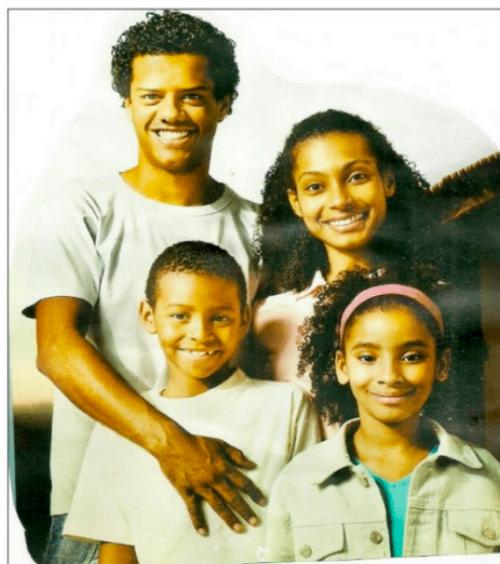


Figura 4 – Representação de família para Geovana (16 anos)

Fonte: Imagem escolhida pela adolescente em oficina realizada no dia 05 de janeiro de 2016 na Casa de Passagem Nossa Gente em Mossoró-RN

Por meio da análise das figuras 2, 3 e 4, observam-se elementos na família que foram sendo cristalizados socialmente, tais como: a união, a paz relacional, o diálogo e a felicidade constantes; são referenciais simbólicos que circundam o universo da família. Apesar dos desejos, aos quais os adolescentes fazem referência, Carvalho (2002, p.15) reconhece que tais “[...] expectativas são possibilidades e não garantias. A família vive num dado contexto que pode ser fortalecedor ou esfacelador de suas possibilidades e potencialidades”. Para tanto, se formos além, perceberemos que os desejos de felicidade que esses adolescentes almejam são escamoteados por ilusões, tornando essas expectativas impossíveis de serem alcançadas, tal qual eles esperam. A ideia de felicidade em família que esses meninos e meninas carregam dentro de si esbarram em condições de sobrevivência objetivas na

sociedade capitalista que fortalece situações de desigualdades sociais pautadas na classe, gênero, “raça”/etnia, bem como na ideia de família completamente boa, feliz e harmônica e que não existe na realidade.

Consideramos então oportuno destacar, que nesse mesmo espaço considerado privilegiado para o desenvolvimento dos laços afetivos e emocionais, a violência, os abusos, e diversas violações de direitos também podem se instalar; “[...] pode ser um lugar de exploração, solidão e profunda desigualdade” (GIDDENS, 2005, p. 153). Um segundo elemento que necessita ser considerado é que os adolescentes, se reportam a uma família idealizada que não corresponde aquela que eles vivenciaram ou vivenciam. Vejamos abaixo:

- Meu pai era um safado, um sem vergonha mermo. Espancava eu e meu irmão. Tia, você acha que minha mãe morreu por quê? Você acha que minha mãe morreu por que, tia? Minha mãe morreu por conta dele. Ela era viciada em bebida, mas até quando ela não queria beber ele ia lá no bar e trazia bebida pra ela. Agora tá aí, mãe e pai morto. Eu sou um ser humano, mereço sofrer tanto assim não. Ninguém merece sofrer assim, tia. Eu já sofri muito nessa vida, o bom disso é que a gente aprende. Aprende a viver (Luíz, 13 anos).

- E uma das primeiras coisa principais que eu acho... assim que aconteceu de errado na minha família é a falta de atenção e também nunca, nunca, nunca deve acontecer abandono. Nunca deve acontecer abandono entre os familiares, nenhum abandonar o outro como aconteceu comigo. Eu tenho inveja das pessoas que tem família, que são felizes. Até hoje tenho, num vou mentir. Eu acho bonito nessas família que eles são muito, muito unido. E eu vejo assim o jeito de cada um agir com o outro entendeu? Principalmente da mãe, com o pai, com os filho. Eu queria ter tido tudo isso (Arielle, 17 anos).

Os depoimentos expostos trazem à tona a família real, aquela que violou seus direitos e se contrapõe com o universo familiar idealizado. No primeiro fragmento, Luíz nos chama atenção para sua dimensão humana e, na mesma perspectiva, denota a indignação frente as situações vivenciadas. No segundo, Arielle expressa enxergar uma felicidade nos outros que não consegue vislumbrar em sua vida diante da ausência de atenção, apoio e/ou carinho, do abandono por seus familiares.

As falas em destaque nos permitem pensar o quão difícil é para esses meninos e meninas romperem com uma visão idílica de família, pensá-la dessa forma nos parece ser um bálsamo diante das vivências relatadas. Perante o clichê: “[...] e foram felizes para sempre”, premissa que compõe os contos de fadas e o ideário coletivo, a sociedade apreende e reforça a ideia de que o “lar doce lar” é sempre harmônico e imutável. Como notado nos depoimentos, essas relações familiares imaginadas/desejadas não correspondem à realidade, bem como a própria vivência da felicidade se distancia daquela assentada nos romances e contos de fada (DANTAS, 2014).

Como destaca Yunes *et al* (2001, p. 53), o desejo de possuir uma família ideal, “[...] muitas vezes faz com que as crianças e adolescentes neguem a que possuem, ou seja, aquela que é vivida e real [...]”, principalmente no caso desses sujeitos que estão nas

instituições, isolados de um universo familiar que possam chamar de seu. Nessa linha, o autor Snyders (1984) também nos ajuda a compreender esse universo de idealização que se afasta do cotidiano concreto:

Quanto mais vivemos a nossa vida como fracasso e decepção, o mundo como um dado caótico que escapa à nossa compreensão, e a sociedade como uma selva – mais nos esforçamos por criar um “outro mundo”, mais sonhamos com que ele seja definido pelas características precisamente opostas, embalamo-nos na esperança de conseguir um êxito, pelo menos nesse pequeno “outro mundo”, e retiramos para lá como para um oásis (p. 174).

As experiências familiares que esses adolescentes vivenciam/vivenciaram são perpassadas pela violação de direitos e, é justamente por essa, entre tantas outras razões, que alguns são encaminhados, ainda que de forma transitória, para instituições de acolhimento, “já que se acredita que ali eles poderão receber os cuidados que a família, momentânea ou permanentemente, não pode oferecer-lhes” (DANTAS, 2014, p. 24). É importante salientar que esses cuidados se expressam no âmbito do bem estar físico e moral, mas não necessariamente possuem o caráter afetivo e, talvez essa seja a principal lacuna desses espaços:

- Eu sinto falta de amor de família. Aqui na casa de passagem eu me sinto amado por algumas pessoas, mas é diferente, tá na família é melhor. Família é família, aqui né lugar de gente não... Porque assim tia, na família tem o que viver e aqui né viver não (Guilherme, 13 anos).

A instituição carrega em sua metodologia um campo de atuação que prima pela objetividade, racionalidade, burocracia, é lugar de trabalho, desse modo, por vezes o afeto se faz presente, mas não é algo que compõe suas obrigações. É claro que as coisas não são dicotômicas e exatamente dessa forma, pois no trabalho e nas instituições também existe afeto e subjetividades, bem como nos lares há desafetos e objetividade também. Entretanto, a forma dual de pensarmos a sociedade faz com que reflitamos dessa maneira e, romper com isso é complicado. Posto isso, Guilherme externaliza no relato a necessidade do amor familiar, pois embora reconheça ter esse sentimento dentro da instituição, o considera diferenciado do que deseja de fato. Para ele e, para os demais que encontram-se acolhidos, o *lócus* familiar talvez seja a maior conquista, aspecto que inclusive, um deles nos enfatiza:

- Tia, você pense aí nas riqueza maior desse mundo, carro chique, montão de dinheiro tia. Pensou? Eu num me importo com nada disso. A maior riqueza era eu ter minha mãe aqui comigo. Era ter uma família. Olha tia se me dissessem assim: *Você escolha entre tá milionário, sair desse abrigo cheio de dinheiro ou uma família humilde*. Advinha o que eu ia querer, tia? Sabe o que eu ia querer? Eu ia querer uma família humilde, bem pobrezinha, porque era uma família, tia. Dinheiro nenhum compra isso (Fica cabisbaixo, chora) (Luíz, 13 anos).

Quando fazemos a leitura da fala de Luíz, averiguamos que mais do que a ausência de dinheiro, o estar ou ter uma família é o aspecto que importa e é valorizado pelo adolescente. Assim como analisa Peres (2001), a despeito da pobreza ou da falta de conforto vivido nas

famílias reais, são elas ainda que representam a segurança emocional dos sujeitos.

Torna-se então necessário acentuarmos, que muitas ou inúmeras famílias brasileiras encontram-se situadas num contexto de desigualdade, pobreza e vulnerabilidade¹⁵ (SARTI, 2011). Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil a totalidade das pessoas que vivem na extrema pobreza passou de 10.081.225, em 2012, para 10.452.383 em 2014. A proporção de extremamente pobres subiu de 5,29% para 5,50%¹⁶. Convém mencionar que, no ano de 2014, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), constatou que em Mossoró-RN 2.325 famílias viviam sem nenhuma renda mensal, expostas ao desemprego agudizado, e 12.358 pessoas viviam com um ¼ do salário mínimo¹⁷. Os trechos que seguem nos expõem tal contexto:

- Tia, muitas vez a gente passava fome, na rua num tinha o que comer. Quando tinha, a gente comia era farinha com ovo (Guilherme, 13 anos).

- Eu num gostava da minha casa. Nós passava fome, muita, muita fome lá... nós tudinho. Nós ia pra escola porque lá tinha merenda. Nós pedia nas casa pra poder comer. Passava uns... uns dia sem comer nadinha. Já até desmaiei, tive ataque por causa disso (Geovana, 16 anos).

Esses relatos são característicos da realidade dessas famílias que sofrem os rebatimentos da violência estrutural; uma das molas propulsoras da sociabilidade do capital e potencializa outras violências, ao ponto em que torna os sujeitos mais vulneráveis a outras violações de seus direitos fundamentais. Trata-se daquela que se desenvolve “entre as classes sociais, inerente ao modo de produção das sociedades desiguais” (GUERRA, 2001, p. 31); uma violação de direitos que lhes nega condições básicas de sobrevivência, como habitação, alimentação e saúde. Isso acontece porque essa sociabilidade, com sua inerente contradição, atravanca e sufoca as possibilidades de superação normativa/formal dos direitos, que acabam não sendo vivenciados na concretude de todos os sujeitos. Conforme Santos (2007, p. 34): “o tempo é de regressão dos direitos e de evidências de barbárie”.

De acordo com Valente (2013) a violência estrutural

[...] se expressa na precarização da vida de pessoas que margeiam o processo produtivo e passam ao largo da riqueza dele advinda. Mascarada pela ilusão jurídica da igualdade e da liberdade, a violência estrutural é a outra face da mesma moeda da violência organizada pelo Estado, que desse modo se revela, historicamente, como gestor da pobreza e garantidor do capital (p.122).

Destarte, o Estado corrobora com a restrição do acesso das famílias aos direitos básicos que lhe possibilitariam uma vida digna, acarretando o aprofundamento do abismo

15 Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 02 Nov. 2015.

16 De acordo com Osório (2015, p. 09): “A linha de pobreza é o critério que delimita os pobres do restante da população. No Brasil, embora já existissem critérios de elegibilidade baseados em renda para acessar políticas públicas focalizadas, somente no lançamento do Plano Brasil Sem Miséria (BSM), em junho de 2011, houve a definição de uma linha de pobreza extrema, R\$ 70/mês. Em junho de 2014, o Governo Federal reajustou o valor da linha de pobreza extrema do BSM para R\$ 77/mês. Como a inflação entre junho de 2011 e junho de 2014 foi superior a 10%, os R\$ 77 correspondem a R\$ 64,71 em junho de 2011”.

17 Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/>. Acesso em: 15 mar. 2016.

correspondente a desigualdade social. Esses mecanismos propiciam o engendramento de uma truculenta violência estrutural, que tal como o Estado não é neutra ou natural.

Essa violência vinda do “alto” é histórica e socialmente determinada e (re)produzida; é fortalecida pelo poder econômico, político e social desigual do capitalismo; possui finalidades específicas e público determinado: tem cor, “raça”/etnia, classe, gênero, geração; sustenta um quadro de exploração de uns para enriquecimento e bem-estar de outros. Precisamos ter clareza de que como Chauí (2006) nos assinala, a nossa sociedade é autoritária, vertical, hierarquizada e transforma todas as diferenças em desigualdades, naturalizando-as como intangíveis e necessárias.

Em consonância com Romagnoli e Rena (2011), as famílias pobres têm sua existência atravessada por situações adversas sobre as quais não têm controle ou contam com irrisórios recursos materiais e simbólicos para fazer frente a tal realidade. As autoras salientam que essas famílias ou estão fora do mercado de trabalho ou incluídas no neste de maneira informal, com pouca ou nenhuma instrução – ensino fundamental incompleto na melhor das hipóteses – e com uma longa história de problemas crônicos de saúde. Em sua maioria são chefiadas por mulheres que possuem, em média, três a quatro filhos, de pelo menos dois progenitores diferentes. Habitam em moradias irregulares, em vilas ou favelas com pouca ou nenhuma infraestrutura de saneamento básico (casas sem banheiro ou rede de esgoto, estrutura hidráulica caótica) e espaços muito reduzidos onde o grupo se distribui em dois ou três cômodos (ROMAGNOLI; RENA, 2011).

Essa realidade é percebida na Casa de Passagem no universo dos adolescentes participantes, a medida em que estes são oriundos de famílias de quatro a oito pessoas com uma renda mensal que, em sua totalidade, não ultrapassa um salário mínimo. É mister destacar que dentre elas, algumas não possuem rendimento algum e em outras, a subsistência encontra-se atrelada apenas aos benefícios sociais. No que tange as condições de saúde dessas famílias e dos próprios adolescentes, percebemos situações bastante complexas de transtornos mentais, alcoolismo e drogadição. Em relação à habitação, verificamos os seguintes elementos: algumas famílias encontram-se em situação de rua, não possuindo residência fixa; aquelas que possuem moradia residem em locais de precárias condições de acesso aos direitos sociais básicos, sendo, em sua maioria, em favelas no município.

O depoimento da adolescente Geovana, ajuda a refletir sobre essa conjuntura:

- A gente morava num barraco, de ripa e de barro, bem pequenininho. Num tinha banheiro, tinha nada. Era ruim, era ruim essa vida, ficava no sol quente, nas calçada, voltava pra casa de noite, o povo ficava dizendo que nós fedia, tinha sovaqueira, que era tudo fedido, o povo ficava falando. A gente pedia comida, ganhava comida pronta e sem ser pronta, ia nos restaurante, ali na delegacia, no centro a gente também ia. Nós andava tudo sujo, quando tomava banho era no chafariz da favela, sem shampoo, sem sabonete, só com sabão mermo (16 anos).

Desse modo, percebemos que tais famílias tinham muitas dificuldades de satisfazer suas necessidades básicas, o que se torna mais complexo devido à redução dos serviços das políticas sociais públicas¹⁸. Apreendemos que a efetivação dos direitos perpassa os princípios e a concretização dessas garantias, cuja lógica excludente e fragmentária atinge de maneira diversa os distintos segmentos sociais (NEPEDH, 2002).

Segundo Pereira (2000), tem-se em quase todo o mundo, o desmonte das políticas de garantias sociais básicas, cujas principais implicações estão direcionadas aos cortes de programas sociais à população pobre, à diminuição dos benefícios da seguridade social e à criminalização da pobreza¹⁹ com o incentivo às práticas tradicionais de clientelismo, à filantropia social e empresarial, à solidariedade informal e ao assistencialismo, revestidos de práticas alternativas e inovadoras para uma realidade de pobreza. Esses aspectos estão conectados com o seguinte fato: “o capitalismo, não só não consegue universalizar direitos econômico-sociais, como passa a necessitar que entrem em retrocesso” (TRINDADE, 2010, p. 312).

A sociedade capitalista é o solo nascente das desigualdades sociais, porém é relevante pensarmos que apesar de sofrerem os rebatimentos da violência estrutural, nem todas as famílias com escassez de recursos materiais ou por contingência destes necessariamente violam os direitos de seus filhos, expondo-os voluntariamente a riscos pessoais ou sociais. Não podemos negar que a maioria das violações ganha visibilidade nessa camada populacional, remetendo a uma culpabilização da pobreza, que por ser um processo ideológico, ganha visibilidade porque interessa aos dominantes. Do mesmo modo, existe uma maior fragilidade desses sujeitos, no sentido de que eles têm a *priori* seus direitos violados como pudemos ver nos depoimentos anteriormente expostos.

Em contrapartida, embora em nosso país ocorra um processo histórico e nada velado de criminalização da pobreza, esta condição, individualmente, não produz elementos suficientes para explicar todas as violações dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes existentes na sociedade, ou aqui colocadas pelos participantes da pesquisa, tampouco, o sujeito pobre traz em si o germe da irresponsabilidade e da baderna, como ideologicamente a história nos faz crer (FALEIROS, 2009; RIZZINI; RIZZINI, 2004).

Vimos no decorrer dessas discussões que a família caminha na linha tênue entre o que é e, a maneira em que a sociedade com seus ditames, deseja que ela se enquadre. Muitas famílias no Brasil vivem em contexto de pobreza e fragilidade social em que seus direitos fundamentais são negados e violados pelo Estado. Ao mesmo tempo, também apreende-se que sobre essa temática não podemos nos permitir capturar por discursos conservadores ou tradicionalistas, devemos ir além dos modelos sociais para apreender a

18 É importante refletir que a defesa dos direitos pressupõe afirmar a primazia do Estado –enquanto instância fundamental à sua universalização -na condução das políticas públicas, o respeito ao pacto federativo, estimulando a descentralização e da democratização das políticas sociais no atendimento às necessidades das maiorias (IAMAMOTO, 2001).

19 Chauí (1982) exemplifica algumas frases costumeiramente ouvidas que denotam essa criminalização da pobreza: “[...] o pobre que é pobre porque não trabalha, ou setrabalha porque não poupa; a favelada mãe irresponsável que não dispensou os cuidados de higiene e de alimentação [...]” (p. 19) dentre outras.

complexidade que lhe é inerente.

Face ao exposto, no próximo subitem tentaremos discutir as contradições que cercam a família a partir dos relatos dos adolescentes, pensando-a sob um viés de perdas de referenciais, identidade, lócus de sentimentos de não-pertencimento, negação/violação de direitos essenciais desses sujeitos, como é o caso da violência intrafamiliar. Entender o sentido da violência no âmbito da família nos possibilita construir um olhar mais atento sobre os parâmetros socioculturais em que essa instituição está assentada. A partir das situações vivenciadas por esses adolescentes é possível compreender a família como ela de fato é; romper e/ou ressignificar idealizações que giram em torno dela e, nesse sentido, desnaturalizar o seu universo.

“SÓ EU SEI O QUE VIVI E SOFRI”: QUANDO A VIOLAÇÃO DE DIREITOS ACONTECE

Como visto no item anterior, geralmente, a família acaba sendo refletida sob uma ótica romântica²⁰; isenta de contradições, conflitos ou discordâncias nas relações estabelecidas entre seus membros, mesmo para aqueles que vivenciaram sua face mais perversa e aquilo a que chamamos de “vazios de família”. Observemos a figura abaixo:



Figura 5 – Representação dos desejos de família para Luíz (13 anos)

Fonte: Imagem escolhida pelo adolescente em oficina realizada no dia 05 de janeiro de 2016 na Casa de Passagem Nossa Gente em Mossoró-RN

²⁰ Conforme nos explica Albaurre (2008), o Romantismo é um movimento literário e artístico que configura um estilo de vida e de arte predominante na Civilização Ocidental, no período compreendido, aproximadamente, entre a segunda metade do século XVIII e a primeira do século XIX. Destarte, esse movimento passa a designar o que agrada à imaginação, o que desperta o sonho e a comoção da alma, tem por características o sentimentalismo, a emoção, a idealização e também a subjetividade na interpretação da realidade. Conforme Ghiraldelli Jr. (2011), o Romantismo cultiva a predominância dos sentimentos sobre inteligência estrita, seria o desempenho do coração como antessala da razão. Assim, quando afirmamos que a família é visualizada com lentes românticas, entendemos que essa instituição social acaba sendo percebida como lócus de sentimentos unicamente positivos e harmônicos; sob um viés idealizado, desconsidera-se a sua face real; olha-se a família como um mundo perfeito, um porto absolutamente seguro

Prevalece no imaginário coletivo o modelo perfeito de família: unidade nuclear, uma mesa farta, todos felizes, sorridentes, unidos, saudáveis, todos se ajudam, a mãe cuida dos filhos, as crianças são quietas, comportadas e não questionam os adultos. Trata-se da “família margarina”²¹, aquela que escamoteia um conteúdo muito distinto da embalagem, que sequer existe na realidade concreta. Segundo Monteiro e Cardoso (2001), esse discurso ilusório da sociedade tem como correspondente no espaço doméstico, a metáfora de uma pressuposta harmonia e felicidade familiar, mas que muitas vezes se contradiz com a realidade vivida pelos sujeitos, como podemos observar nos fragmentos seguintes:

- Minha mãe briga direto comigo, fica atazanando meu juízo e, logo cedo me acorda mandando eu ir pra rua e sair de dentro de casa. Ela gasta o dinheiro todinho com bebida e num dá nada a mim (Bernardo, 16 anos).

- Tinha briga demais, tia. Olhe, na casa da minha avó era uma zoada direto, tudo era uma discussão, brigava comigo, com meu irmão tudo. Gosto disso não (Guilherme, 13 anos).

Não obstante, normalmente os laços familiares “[...] estão carregados de fortes emoções [...]” (GIDDENS, 2005, p. 167) e os conflitos, brigas e discussões são elementos inerentes às relações humanas. Face a essa realidade e em congruência com as falas dos adolescentes, observa-se que há socialmente “um padrão a ser seguido em relação à família que, na grande maioria dos casos, contrasta com aquilo que ela é de fato” (DANTAS, 2014, p. 60).

A padronização que se espraia no imaginário é, como a vista anteriormente: da felicidade e amor constantes, harmonia e união relacional, a unidade enquanto um núcleo em solo heteronormativo²². Todavia, o real possui uma dinamicidade que acaba se distanciando desses padrões e estabelecendo sua dimensão concreta: a felicidade e o amor, quando existem, coabitam com momentos de tristeza e atritos; o espaço familiar pode ser palco de violências e violações. Outrossim, não esqueçamos que nossa sociedade abriga vários desenhos de família, com múltiplas formas de relacionar-se; fato que nos impede de enxergá-la sob uma única lente ou engessá-la em um conceito universal.

Conforme nos esclarece Kaloustian (2002), o fato da família ser um lugar privilegiado para convivência, cuidado e proteção, não significa que não haja conflitos em seu interior. O autor acrescenta que a maneira de lidar com esses conflitos pode se efetivar em modelos autoritários e intolerantes nos quais predominam relações opressoras e de silenciamento

21 A expressão “família margarina” apresenta uma ideia presente no imaginário popular dos brasileiros: de que as unidades familiares representadas nos comerciais deste tipo de produto são e sempre serão felizes, propagando assim uma família idealizada que sedistancia da realidade concreta. Ressaltamos que esta felicidade presente nas propagandas de margarina não é exclusividade dos anúncios deste gênero de produtos, mas também está associada a diversos outros objetos e serviços por aí divulgados. Justamente por existir uma repetição excessiva do que seria o ideal de felicidade nos comerciais de margarina, é que o público brasileiro acabou criando essa associação (ATAIDE, 2013)

22 Por heteronormatividade, entende-se a reprodução de práticas e códigos heterossexuais, sustentada pelo casamento monogâmico, amor romântico, fidelidade conjugal, constituição de família (esquema pai-mãe-filho(a)s) (FOSTER, 2001, p. 19). Nesse sentido, cumpre refletirmos que: “A norma não precisa dizer de si, ela é a identidade suposta, presumida; e isso a torna, de algum modo, praticamente invisível [ou óbvia]. Será, pois, a identidade que foge à norma, que se diferencia do padrão, que se torna marcada. Ela escapa ou contraria aquilo que é esperado, ela se desvia do modelo (LOURO, 2000, p. 68)

dos mais frágeis, como ilustrado nos relatos expressos anteriormente.

Do mesmo modo, também pode se afirmar democraticamente com base no respeito, entendimento, pela linguagem e conversa. Nesse sentido, percebamos que a família é lugar de hierarquias, portanto de autoridade e poder que podem dar lugar a processos democráticos e respeitosos ou a autoritarismos e abusos. A família não é, por si só, um espaço de diálogo, mas pode ser alicerce de aprendizados democráticos. As relações entre adultos e crianças remetem as relações existentes na sociedade mais ampla, comportam lutas, resistências e se transmutam de acordo com as mudanças ocorridas na forma de percebermos homens, mulheres, crianças, adolescentes, idosos etc.

Posto isso, é preciso pensarmos que, como analisa Snyder (1984), dentro da “[...] família as relações não podem ser muito mais democráticas que na vida cotidiana” (p. 201), haja vista que não podemos isolá-la do contexto social, ela é sede de hierarquias e mecanismos de poder que se calcam em assimetrias de idade, na definição de lugares e papéis no âmbito relacional; nela, se assenta uma obediência que não pode e nem deve ser questionada.

Nessa perspectiva, concordamos com Holanda (2008, p. 74), quando destaca que “a existência de um grupo absolutamente harmonioso é empiricamente irreal e inexistente, independente do processo da vida social”. Ou ainda como Simmel (1983) observa: Um grupo categoricamente centrípeto e harmonioso, uma ‘união’ pura não só é irreal, como não poderia mostrar um processo de vida verdadeiro. A constatação dos autores pode ser visualizada na descrição abaixo:

- Uma desavença, uma briga, uma confusão, sempre vai ter em algum momento na família né? Nenhum ser humano é perfeito (Arielle, 17 anos).

Como Arielle ressalta, as brigas, confusões, desavenças, sempre irão existir nas relações familiares, segundo ela o ser humano é em si imperfeito, como seus relacionamentos também o são. Para além disso, podemos apontar a existência de uma dialética da própria vida em que contradições, diferenças e antagonismos fazem parte dos processos, relações e instituições construídas pelos sujeitos.

Assim, as contradições e conflitos são inerentes e necessários as relações humanas para que estas possam se transformar, o impasse é que as famílias que esses sujeitos são oriundos encontram-se permeadas por fortes relações de poder que oprimem e violentam seus membros. Trata-se de um conflito que destrói vínculos, portanto, os próprios laços familiares, ao invés de reforça-los e transforma-los, por isso se apresenta como algo negativo para esses adolescentes.

O entendimento de conflito em Simmel (1983) assinala elementos importantes que nos dão subsídio para a compreensão das relações familiares. Segundo o autor, o conflito nem sempre é algo negativo, ele encontra-se concatenado à interação social, princípio elementar para a socialização entre os sujeitos, estreitamento das relações, intensificação

da unidade²³, coesão grupal e resolução de contrastes e divergências existentes. Desta primeira, cabe refletirmos que a vivência conflitiva na esfera familiar é algo real/existente, sobretudo quando coexistem choques geracionais entre pais e filhos, avós e netos, por exemplo. O autor ainda nos adverte que o conflito familiar é peculiar e, portanto não pode ser comparado a outros conflitos, haja vista se dar com base em uma unidade orgânica, engendrada em milhares de conexões internas e externas. Isso nos permite concluir que, por ser inerentemente humana, a família não se constitui incólume de momentos turbulentos, e, por vezes, violentos.

De acordo com Simmel (1983), o conflito pode dicotomizar-se em duas faces que se distanciam e se integram paralelamente: tanto pode desencadear um processo de coesão do grupo como acarretar em seu rompimento. As situações de conflito quando desembocam no rompimento, geralmente, deixam de representar relações de sociação para se estabelecer em ações de negação da condição do outro oponente; quando a violência acontece deixa de ser um conflito socializador para romper e neutralizar essa unidade grupal. Os conflitos, portanto, no âmbito da família, possuem dimensões dialéticas: tanto podem se constituir em mecanismos de formação/construção como de cisão/destruição das relações.

Conforme assevera Giddens (2005):

As relações familiares – entre marido e mulher, pais e filhos, irmãos e irmãs, ou entre parentes distantes – podem ser ternas e gratificantes. Mas também podem conter as mais acentuadas tensões, levando as pessoas ao desespero ou preenchendo-as com uma profunda sensação de culpa ou ansiedade. Essa face da família não corresponde às imagens de rósea harmonia largamente difundidas na TV e na mídia em geral. A violência doméstica e o abuso de crianças são dois aspectos mais perturbadores (p. 166)

O conceito imagético de família enquanto ambiente harmônico, cheio de paz e amor é um ideal muito forte em nossa sociedade, porém como o próprio autor ressalta, essa instituição também pode ser violadora de direitos e protagonista de violências entre seus membros. E nessa direção, para compreendermos, mesmo minimamente, torna-se imprescindível desconstruir esse olhar divinizado/sacralizado sobre ela “e dissolver a ideia de naturalidade e a aura de pureza que a envolve” (HOLANDA, 2008, p. 71).

A partir disso, para assimilarmos a magnitude dessas violências no interior das relações familiares, é importante entendermos inicialmente o fenômeno da violência, o qual para Chauí (2006):

[...] consiste no ato físico, psíquico, moral ou político pelo qual um sujeito é tratado como coisa ou objeto. A violência é a brutalidade que transgride o humano dos humanos e que, usando a força, viola a subjetividade (pessoal, individual, social), reduzindo-a à condição de coisa (p. 123).

Quando procuramos no dicionário o significado da palavra “coisa” temos como resultado: “1: Objeto ou ser inanimado; o que existe ou pode existir” (FERREIRA, 2014, p. 23 De acordo com Simmel: “Designa-se como “unidade” o consenso e concórdia dos indivíduos em interação, em oposição as suas discórdias, separações e desarmonias. Mas também se chama “unidade” ao total do grupo-síntese de pessoas, energias e formas, ou seja, a totalidade última desse grupo, uma totalidade que abrange tanto as relações estritamente unitárias de fala e as relações duais” (2011, p. 572).

469); é desse modo, algo desprovido de sentimentos, desejos e valores. Diante desse ponto de vista podemos vislumbrar que a violência carrega em seu âmago um poder arbitrário/abusivo que acaba por desqualificar a condição de sujeito das pessoas, cujas relações são ancoradas em objetificação/coisificação e opressão de alguns mais frágeis e vulneráveis. “Ela é fundamentalmente desigual, pois, para que ocorra, um indivíduo ou grupo precisa se sobrepôr em força, poder e/ou autoridade sobre outro indivíduo ou grupo” (RUSSO *et al*, 2014a, p. 163). É portanto, como destaca Chauí (2006, p. 122): “o ato desmedido que trata um humano como irracional, escravo, instrumento, mudo e passivo”.

Embora todos os sujeitos sejam detentores de direitos e a violência seja um fenômeno universal²⁴, crianças e adolescentes constituem o nosso eixo de preocupações para o desenvolvimento desse estudo, ao ponto em que estes fazem jus a uma atenção particular, por serem, de acordo com o ECA, pessoas em fase de “peculiar desenvolvimento”, visto não haver ainda física, psíquica e intelectualmente, um desenvolvimento completo. Nas situações de violência esses sujeitos são, potencialmente, as maiores e mais vulneráveis vítimas, predominando um enorme desequilíbrio de forças, tendo “[...] sua etimologia privilegiada na família, espaço que, no imaginário está ligado ao cuidado, à proteção e à garantia de direitos” (RUSSO *et al*, 2014b, p. 67).

É interessante notar que a violência é construída em torno das relações de poder estabelecidas do mais forte sobre o mais fraco. A família é vista como sagrada, sem mácula e, paralelamente, crianças e adolescentes são pensados como propriedade/objeto de posse dos adultos. Segundo Snyders (1984), a família designa “o poder absoluto em miniatura” (p. 129). Nas relações familiares, adultos e crianças/adolescentes estabelecem uma relação na qual, geralmente, as diferenças são transformadas em desigualdades. Nelas, o adulto fala em lugar desses sujeitos, em geral, privados de seus próprios desejos e alocados como coisa, em um sistema onde a palavra é amordaçada (SNYDERS, 1984).

- Meu tio me batia muito, muito mesmo. Ele chegava a bater, que duas vezes eu cheguei a desmaiar de tanto que ele bateu, de tanto que ele batia em mim. Ele batia principalmente na região da cabeça. Muitas vezes ele batia de soco, de soco mesmo, mão fechada mesmo, tinha pena não, nem dó nem piedade. Sofro muito lembrando de quando meu tio me batia... batia de vassoura, de chicote, daqueles negoço de dar em cavalo...sabe o que é? Aqueles ...ligeira o nome parece. Do mesmo jeito que ele fazia com os filhos dele quando era criança, e eu via também, e nunca imaginei de acontecer comigo, dele fazer comigo, até que chegou o momento. Ele batia assim ... mais quando eu fazia coisa errada, mas as coisa errada a maioria era besteira, tendeu? Aí tinha vez também que, pra você ver, meu pai como tem o vício, quando ele não tinha dinheiro pra fazer alguma coisa, sabe como é viciado né? Ia lá pegava dinheiro do meu tio. Aí quem leva a culpa? Era eu, aí vinha descontar em mim, eu que levava nome de ladrona, disse e daquilo e apanhava que só. É um absurdo isso, só adulto tem vez, e eu adolescente num sou nada, sempre sou culpada das coisa. Os momentos que me marcam é aqueles em que não acreditavam em mim e eu passava por mentirosa. Eu estava certa mas sempre passava por errada, diziam que eu estava mentindo, que eu era uma mentirosa, a ladrona, a sem futuro de tudo. Sempre era a culpada (Arielle, 17 anos).

24 A universalidade da violência é aqui reconhecida, pois como fenômeno, ela pode ser perpetrada independente de classe, gênero, orientação sexual, religião, cor, “raça”/etnia ou geração, atingindo crianças e adolescentes, jovens, idosos, ricos e pobres, homens e mulheres, negros e brancos, pessoas heterossexuais e homossexuais

Os fatos expressos no depoimento, coadunam com a cultura adultocêntrica, para a qual o adulto, independente do grau de responsabilidade ou parentesco, é compreendido como o elemento central e mais relevante nas relações sociais e, portanto, como detentor de poder. Como Arielle nos apresenta, só os adultos parecem ter vez, enquanto ela é culpada das próprias violências sofridas. Em conformidade com a ordem natural(izada) das coisas, não é cabível discutir tal norma, uma vez que o adulto muitas vezes não apresenta argumentos de ordem racional, mas argumentos de poder e de autoridade (SAFIOTTI, 2007). O adulto, julga-se chamado a desempenhar em relação a crianças e adolescentes,

[...] o papel de modelo, de padrão: quanto a ele, já atingiu a maturidade intelectual e é capaz de ver a realidade tal como ela é; atingiu a maturidade emocional e é capaz de dominar os seus sentimentos; e também a maturidade profissional, sem esquecer a maturidade sexual. O adulto então descansa e compraz-se na sua perfeição; é um ser acabado (SNYDERS, 1984, p. 134).

Dentro da família, o adulto é a divindade todo-poderosa e perfeita, dita regras e fabrica uma cadeia violenta de poder. Snyders (1984) também nos faz debruçar sobre a seguinte reflexão: Em quais condições será possível que as relações entre criança/adolescente-adultos não sejam o decalque da hierarquia dominadores-dominados? Trata-se de uma possibilidade impensável quando vivemos numa sociedade onde essa hierarquia existe, e “[...] de uma maneira ou de outra, participamos dela, em que muitos de nós tiramos proveito dela” (p. 227).

“A sociedade brasileira calcada numa concepção e divisão fortemente verticalizadas, ainda reproduz a relação mando-obediência” (NEPEDH, 2002, p. 58). Para Snyders (1984), a imbricação da família com as relações sociais nunca deixa de existir, ela não pode escapar das pressões e imposições da sociedade, nessa linha, as contradições e embates sociais são também experimentados dentro dela, mesmo de maneira particular. A família enquanto componente dessa realidade, muitas vezes, promove, no âmbito de suas relações, um elo de dominação, neste crianças e adolescentes são pensados e tratados como objetos “sem voz ou vez”²⁵. Onde está o viés sagrado, a proteção inquestionável em um espaço onde pais violentam e oprimem seus filhos? Tal como nossa sociedade, a família é um lugar de profunda desigualdade.

Essa violência que ocorre no cerne das relações familiares, pode ser pensada de duas maneiras: doméstica e intrafamiliar. A primeira, como o próprio nome expressa, ocorre no *locus* doméstico e; a segunda, por sua vez, se manifesta nas relações com as pessoas que convivem com a vítima, independente de ocorrência dentro ou fora de casa (FALEIROS; FALEIROS, 2008). Utilizaremos no âmbito de nosso debate a expressão

²⁵ Mesmo não sendo este objeto de discussão no nosso estudo, cumpre ressaltar sobre a questão de que, em algumas relações familiares, pode ocorrer o inverso: as crianças são o centro de tudo e, os sujeitos que promovem o circuito de dominação em concernência aos adultos, são apenas elas as que possuem voz. Supomos que, nestas situações, ocorre o que Ariès (2006) chama de “paparicação”, ou seja, a criança, pela sua ingenuidade, gentileza e graça, é tida como a fonte de distração e de relaxamento para o adulto. Em muitos casos, o elemento amor aparece como justificativa no intuito de colocar a infância num pedestal e, com isso, acarretam-se consequências que fogem do controle adulto, pois este muitas vezes torna-se refém da forma como crianças e adolescentes são educadas.

violência intrafamiliar, por nos contemplar teoricamente diante de sua abrangência. Esta, pode então ser caracterizada como:

[...] todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que – sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima – implica de um lado numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratadas como sujeitos de direitos em condição peculiar de desenvolvimento (GUERRA, 2001, p. 32-33).

É, portanto, aquela perpetrada por pessoas com quem as vítimas possuem vínculos, sejam familiares ou afetivos; comporta uma desigualdade de poder do responsável, que nega e viola sua dignidade e condição humana, trata-se de um “[...] processo de apropriação e dominação não só do destino, do discernimento e da decisão livre destes, mas de sua pessoa enquanto outro” (FALEIROS, 1998, p. 10). Abarca, dessa forma, vivências destoantes da família idealizada retratada no subitem anterior.

Segundo Giddens (2005), muitas violências produzidas/reproduzidas na família são toleradas e até mesmo aprovadas, sendo também comumente corroboradas por parte de outros. Podemos então concordar com o autor, quando este afirma que “o lar é de fato, o lugar mais perigoso da sociedade moderna” (p. 167). Segundo ele, estatisticamente falando, existe mais possibilidades de uma pessoa de idade e sexo variados ser objeto de ataque físico no lar do que em uma rua à noite. Para o autor não é de se abismar que a família seja considerada a instituição mais violenta de nossa sociedade, excetuando-se o exército em tempos de guerrilha (GIDDENS, 2005).

Embora a discussão de Giddens (2005) esteja embasada no contexto da Europa, podemos associá-la ao Brasil. Segundo dados do Disque-Denúncia Nacional da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), no ano de 2014²⁶, ocorreram 91 mil denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes no país. Deste número 65% dos agressores eram pertencentes ao grupo familiar e, em 72% das vezes o local da violência foi a casa da vítima ou do agressor. Ademais, o órgão destaca que conforme dados baseados nos atendimentos realizados por 83% dos conselhos tutelares brasileiros e, partindo de um levantamento do Sistema de Informações para a Infância e Juventude, de 2009 à 2014 foram registrados 229 mil casos de violações de direitos, destes 119 mil os responsáveis foram os pais e, em 10 mil casos revela-se que os padrastos, madrastas e pessoas com responsabilidade legal sobre crianças e adolescentes possuem envolvimento. Conforme o órgão, no ano de 2016 foram denunciados 3367 casos de violência contra crianças e adolescentes tendo por local a rua; 3.590 na casa da vítima e, 19.537 na residência do suspeito.

Com isso, precisamos refletir sobre a dicotomia estabelecida entre a rua e a casa, duas faces de uma mesma moeda, espaços de uma mesma sociedade: a rua, expressão do público, é tida como espaço de criminalidade, insegurança, medo, já a casa, lugar da

26 Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/disque100/disque-direitos-humanos>. Acesso em 30 Nov. 2016

família, do privado, é pensada como um espaço de proteção, segurança, apoio, amor. Diferentemente da rua, lugar do grito e do movimento, a violência dentro de casa é cercada de silêncio pois, em grande parte das vezes, ela é desconhecida, acontece de maneira taciturna e velada, violentando e negando direitos de crianças e adolescentes no Brasil e no mundo; em outras situações o conhecimento dos fatos é respondido de maneira adultocêntrica com base no consentimento. Embora as violações de direitos sejam realidade constante em vários contextos familiares, as paredes e muros que a circundam ainda são enormes.



Figura 6 – Representação das vivências de família para Geovana (16 anos)

Fonte: Imagem escolhida pela adolescente em oficina realizada no dia 05 de janeiro de 2016 na Casa de Passagem Nossa Gente em Mossoró-RN

A imagem traz elementos presentes e marcantes nas relações familiares da adolescente. Por meio dela, pelas observações e depoimentos que escutamos no desenrolar de nossa pesquisa, entendemos que a família é perigosa porque violenta, machuca, domina, silencia, acorrenta, provoca medo, oprime, se apropria do outro. Perigosa porque esconde em seu âmago, relações abusivas e desiguais. Todos os sujeitos participantes de nossa pesquisa foram vítimas de relações familiares perigosas. O que essa informação representa? Que esses adolescentes foram traídos por pessoas em quem confiavam, por aqueles que esperavam protegê-los dos perigos externos. Ao contrário do que pressupunha, suas famílias foram ensinando concretamente ao longo de suas trajetórias, que as ameaças podem estar mais próximas do que imaginavam.

Outrossim, quando estudamos essa violência também não podemos desconsiderar os papéis sociais historicamente atribuídos dentro da esfera familiar. Strey (2007) salienta que o marido exerce uma posição de dominação e determinação dentro da família e, por conseguinte sobre sua mulher e filhos. Como ressalta Lessa (2012, p. 34): “A violência que adentra a relação entre homens e mulheres não poderia ficar de fora da relação dos pais

com seus filhos”. A figura que segue, obtida por meio das oficinas com os adolescentes nos aponta para esse contexto:



Figura 7 – Representação das vivências de família para Geovana (16 anos)

Fonte: Imagem escolhida pela adolescente em oficina realizada no dia 05 de janeiro de 2016 na Casa de Passagem Nossa Gente em Mossoró-RN

A adolescente que escolheu essa imagem no momento das oficinas, ressalta que o seu pai batia muito em sua mãe e por conseguinte, ambos violentavam todos os filhos fossem eles crianças ou adolescentes. A violência doméstica²⁷, como expressa na figura 8, é realidade abrangente em nosso país. Conforme dados da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), a partir de balanço dos relatos recebidos pelo Ligue 180 no ano de 2015, do total de atendimentos, 63.090 foram relatos de violência – o que corresponde a um relato a cada 7 minutos no Brasil (BRASIL, 2015).

A atmosfera de medo e violência pairava em suas vivências, como podemos vislumbrar mais nitidamente no relato abaixo:

- A mãe da gente só tem desprezo pela gente. Meu pai fazia tudo de ruim com ela e com a gente e ela apoiava ele, ele mandava nós pra fora do barraco e não deixava nós entrar. Ela culpava a gente por tudo, nunca deu carinho. Pra completar ela pegava umas agulha e ficava furando a gente, pegava colher quente e colocava na gente, Quando era pequena ela balançava a gente na rede com muita raiva, e fazia uma zoada sabe? Aí os vizinho escutava e perguntava o que era, era a cabeça da gente batendo na parede. Ela não tava nem aí com isso, nunca teve nem aí com a gente (Geovana, 16 anos).

A fala de Geovana pode nos direcionar a duas perspectivas de análise. Por meio dela podemos refletir sobre as ideias de Safiotti (2007), para quem pode ocorrer no universo familiar o fenômeno denominado de “Síndrome do Pequeno Poder”, por meio do qual ocorre uma reprodução de atos violentos por aqueles que a sofrem e que atinge principalmente os membros mais frágeis da família, como as crianças e adolescentes. Essa síndrome se estabelece quando o sujeito dominado em outros âmbitos da vida social “[...] consciente de

²⁷ No caso da violência contra a mulher, o termo ‘doméstico(a)’ é mais utilizado, tendo em vista que esta, em geral ocorre dentro de casa.

seu diminuto poder, de seu não poder, trata de ampliá-lo ou cria-lo na relação interpessoal que estabelece, efêmera ou duradouramente, com outra pessoa” (p. 19). Paralelamente, por meio da descrição da adolescente, também podemos pensar sobre a possibilidade da figura materna realmente não dar a importância aos seus filhos, não os amar e, desse modo, os violentasse como parte de um cotidiano opressor e truculento.

Destarte, as desigualdades no universo familiar estão presentes e se assentam nas conjunturas de dominação, por exemplo: o marido violenta/oprime a mulher, a mulher violenta/oprime os filhos, filhos e filhas brigam entre si e a violência, muitas vezes, acaba tornando-se um mecanismo válido e cíclico para resolução de problemas.

Como enfatizamos anteriormente, trabalharemos nesse estudo somente a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes, esta que pode se manifestar em várias expressões, em múltiplas faces de negação e violação de direitos e, em geral tipifica-se como física, negligência, sexual e psicológica. A partir de agora dialogaremos sobre elas.

Podemos pensar a violência física como aquela que se expressa nas agressões contra o corpo das vítimas, deixando marcas perceptíveis ou não²⁸. Segundo Faleiros e Faleiros (2008), ela configura-se em diferentes graus, cuja severidade e gravidade podem ser avaliadas pela intensidade da força física utilizada pelo agressor, pelo grau de sofrimento da vítima, pela gravidade dos ferimentos ocasionados, pela frequência com que é aplicada e também pelas sequelas físicas e psicológicas que provoca.

Oliveira (2007), então, nos aponta que as lesões decorrentes dessa violência podem ser as mais diversas possíveis, tais como: escoriações, lacerações, vergões, equimoses, hematomas, queimaduras, cortes, fraturas, cicatrizes de ferimentos anteriores, dentre outras, sendo as lesões mais encontradas as de pele, principalmente os hematomas, as equimoses, marcas de dedos e queimaduras.

Nas relações familiares, a violência física é tida como método educativo fortemente legitimado socialmente. Vivemos em “[...] uma sociedade que banalizou a violência, atrelada a uma cultura que mantém a agressão física como forma de disciplina e socialização (NECA, 2010, p. 52), do mesmo modo, “[...] segundo essa pedagogia da violência que domina a sociedade brasileira, criança que não obedece ao adulto, não só pode, mas deve ser espancada” (AZEVEDO; GUERRA, 2007, p. 20).

- Meu pai ele é aquele cara bem paciente, parece aquelas bola de encher, vai enchendo, enchendo... e avisava ainda: *Você num faça isso, você num faça aquilo, se você fizer isso você vai apanhar*. As vez eu escutava mas outras eu passava do limite. Ele ia lá e batia e dizia: *Isso aqui é pelo seu erro, eu pedi pra você não fazer, pedi pra você parar e você não parou ... então, vamos agora corrigir seu erro*. Aí ele batia, dava umas chineladinha, uns tapinha e pronto, passava. Depois eu teimava de novo (Risos) (Arielle, 17 anos).

Essa aceitação cultural da violência física como mecanismo pedagógico, está expressa, como bem lembra Giddens (2005) “[...] no velho ditado: ‘bato em casa para ele

28 Conforme Gil (1978) (*apud* GUERRA, 2001) nos adverte: a conceituação de violência física é complexa pois nem sempre pode ser distinto um comportamento acidental de um intencional. Ele enfatiza que em variados momentos a intencionalidade e a acidentalidade encontram-se imbrincados mesmo que de forma inconsciente.

não apanhar na rua’, ‘o filho é meu’” (p. 167), ou ainda no seguinte: “quem come do meu feijão experimenta do meu cinturão”. Frases como essas são rotineiramente ouvidas, são um reflexo social da ideia que converte crianças e adolescentes em objetos e, denotam o poder do adulto sancionado no cerne dessas relações sejam elas privadas ou não.

- Quando eu morava com minha mãe, ela me batia, daí fui morar com minha tia. Só que minha tia me batia de cinta, às vez com fio de luz e, também já tentou me enforcar. E o marido dela, disse que se eu for pra lá ele me mata. Tenho medo de voltar pra lá (Layane, 15 anos).

- Minha mãe já me ameaçou com um facão ... chegou até a cortar um pouco meu dedo com o outro lado dele (Bernardo, 16 anos)

- Eu fugi de casa porque meu padrasto bate muito em mim, de corda e de cinto (Manoela, 14 anos).

- Ele [pai] batia tanto na gente, de corda molhada, de cinturão (Luíz, 13 anos).

Tomando por base as falas outrora explicitadas, visualizamos diferentes instrumentos e formas de agressão que atentam não apenas contra a integridade física, mas contra a dignidade humana desses adolescentes. Comumente, essa violência é perpassada pelo medo, pelo terror, e o que é propagado como maneira de impor a autoridade ou respeito materializa-se na opressão violenta desses sujeitos.

- Minha mãe me batia, já me queimou com cigarro umas duas vez já. Da primeira vez que eu vim pra cá pro abrigo sabe? Ela me queimou com cigarro e me botou pro lado de fora com minhas roupa tudinha. Ela já butou meu tio pra ir atrás de mim ... ele veio com facão pra cima de mim. O facão encostou ainda, nas minhas costa...foi ele e ela. Minha mãe já tentou jogar um copo de vidro na minha cabeça quando eu tava dormindo. Quando eu virei assim e vi aquele negoço? Mas ainda pegou aqui ó... (mostra as marcas) (Bernardo, 16 anos).

- Ele [pai] batia na gente, batia demais. Ele andava dentro de casa com um facão na mão, de lá pra cá, de lá pra cá. A gente dormia com um olho aberto e o outro fechado. Ele ficava com um facão de noite, ameaçando, com faca, foice. Ele queria bater de foice, de corda, pau, pedra, jogava isso na gente. Ele ameaçava. Batia em nós tudim. A gente não ia pra escola porque ele não deixava, dizia assim: *vocês não vão pra escola não, vão pedir comê na rua e se não trouxer vão levar peia*. E não era peia pouca não, era de pau, pedra, corda. Quando ele chegava eu me tremia de medo, ele era violento. Dizia que ia matar nós tudinho e enterrar no quintal, ia fazer um cemitério com nós tudinho e ia ficar olhando. Eu me enterrava na areia com meu irmão, com minha irmã... pra meu pai não achar a gente. Ele batia muito na gente e em mãe também. A gente se escondia lá nos mato, corria muito. Teve um dia que ele jogou uma telha lá de longe pra bater em mim, bateu aqui em cima do olho, na sobrancelha [mostra a cicatriz]. Outra vez ele pegou esse pau sabe? Essas ripa grande? Esses pau grosso de colocar nos telhado e lascou na minha cabeça, sangrou muito. O SAMU me levou e ele foi preso. Os dias que sofri mais foi quando ele jogou a telha em mim e o caibo bem grande, tive que ir pro hospital aí colocaram um negoço de afastamento, ele num podia chegar perto da gente. Mas mãe dizia que a culpa era minha dele tá preso, trouxe ele de novo pra dentro de casa (Geovana, 16 anos)

Uma primeira leitura desses depoimentos nos faz associá-los a um livro/filme de terror: que assusta, atemoriza e provoca medo ao leitor/telespectador. Porém não se trata

de ficção, estamos dialogando com pessoas reais que trazem em suas falas o terror vivido e sentido nos corpos e mentes. A violência física foi utilizada, nos casos mencionados anteriormente, de forma gratuita e aberta, revelando a arbitrariedade no uso do poder dos adultos contra esses adolescentes que, como observado, desde a infância sofrem os rebatimentos de uma cultura que não os reconhece como sujeitos. Nos parece que eles vivenciam uma cultura da violência, ou seja, a violência é perpetrada como a única forma possível de se relacionar entre si, se estabelece como a forma de se comunicar.

Para uma maior compreensão, Giddens (2005) exemplifica algo interessante, o autor nos acorda para o fato de que no local de trabalho e demais ambientes públicos é regra que ninguém pode bater em outra pessoa, por mais desagradável e irritante que ela possa ser, tal preceito não se enquadra no interior da família. Mas quando o assunto é criança e adolescente a norma é estabelecida, pois os filhos não podem bater nos pais; na sociedade adultocêntrica na qual vivemos, esses sujeitos só têm autorização para serem complacentes com os adultos.

Os trechos abaixo lançam luz para outro ponto de análise: nesse processo de violência que adentra o cerne familiar, ocorre, geralmente, uma responsabilização das vítimas, e o discurso culpabilizador acaba sendo internalizado por elas.

- Tia, mas minha mãe me batia, dava em mim ... porque eu era ruim, dava trabalho a ela (Diogo, 13 anos).

- Minha vó me batia as vez, eu num me importava não, é que eu era traquino demais, respondia ela, pegava as coisa dela... (Bernardo, 16 anos)

Como observado, o sentimento de culpa, quando se trata da violência, é quase sempre conexo à uma inversão de papéis, pois quem se sente responsável, geralmente, é a própria vítima. Os relatos dos dois adolescentes são atravessados pela justificação das violências perpetradas contra eles, que acabam absorvendo a responsabilidade pelas agressões sofridas. Para além disso, no relato seguinte Arielle, demonstra sentir-se responsável, inclusive, pelo próprio afastamento familiar:

- Eu me sinto um pouco, um pouco culpada por tá longe da minha família. Porque uma das razão pra minha família se afastar de mim né? Foi assim ... de todas as besteira que eu fiz no começo da adolescência. Eu brigava muito com minha família, discutia com eles (17 anos).

Saffioti (2007) nos mostra que os sujeitos desenvolvem esse sentimento, na medida em que se veem muito mais como corresponsáveis do que como vitimizados. Isso ocorre porque nas relações familiares, o adulto detém a verdade universal e indiscutível, e as crianças e adolescentes, contraditoriamente, são quase sempre acusadas de provocarem os atos de violência aos quais foram acometidos. Portanto, apreende-se que nossa sociedade não apenas aceita como também naturaliza e responsabiliza as crianças e adolescentes pela violência praticada contra elas no âmbito da família (MOTTA, 2003).

Outra face da violência intrafamiliar é a negligência que consiste na omissão dos

cuidados necessários ao desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes.

Há, no entanto, muitas formas e graus de negligência, como por exemplo: o abandono (forma extrema); crianças não registradas; pais que não reconhecem sua paternidade; crianças 'deixadas/entregues/dadas sem papel passado' a familiares, conhecidos ou mesmo desconhecidos; crianças 'pingue-pongue', que circulam de "mão em mão" e que "não são de ninguém"; crianças e adolescentes que assumem responsabilidades de adultos (cuidam de si próprios e/ou de irmãos pequenos, assumem todas as tarefas domésticas, contribuem com a renda familiar e/ou se sustentam através da mendicância, trabalho infantil, prostituição); meninos e meninas de rua, sem controle ou proteção e expostos à violência familiar ou comunitária (FALEIROS; FALEIROS, 2008, p. 34).

Diante dessas premissas, percebe-se que a negligência, acaba submetendo crianças e adolescentes a diversas privações, sejam elas materiais, afetivas, educacionais, dentre outras e, trazem diversas consequências negativas para as vítimas. Vejamos os depoimentos que seguem:

- Minha mãe num deixava eu ir pra aula. Perdi um ano. Eu tinha que arrumar a casa de manhã e trabalhar quebrando as castanha de tarde (Lucélia, 14 anos).
- Minha tia num queria que eu fosse pra escola. Ela queria que eu ficasse fazendo as coisa em casa pra ela ir pra rua (Layane, 15 anos)
- Ela [mãe] me deixava no muro com meu irmão e ia trabalhar. Se a gente quisesse comer que entrasse dentro de casa quando ela saísse, ou fugisse e pedisse aos vizinho (Diogo, 13 anos).
- Aí quando eu fugia eu ia lá pro posto, e ela [mãe] sabia que no posto o povo dava de comer aqueles negoço? Ela dizia assim: você vá pra rua, fica aqui gastando comer a toa. Aí eu não comia lá não, eu ia pro posto comer (Bernardo, 16 anos).
- Ela [mãe] deixava eu e meu irmão em casa sozinho. Ia pra rua se drogar. A gente vivia sozinho, cozinhava, lavava até roupa pra aquela desgraçada e ela faz isso comigo. Eu sei muito bem me virar sozinho. Tinha vez tia que a gente ficava trancado, ela amarrava a gente numa cama e saía. Isso num se faz com ninguém não. Gostava disso não. Ela me machucava (Guilherme, 13 anos).
- Eu dormi na chuva já, eu sei dormi na chuva. Já dormi nas calçada do povo, dormia eu, meu irmão, minha irmã e minha mãe, era tão perigoso. A gente dormia porque meu pai ficava bêbado e num deixava a gente dento do barraco. Mas a gente tinha que ficar na rua. Um dia tava um povo passando, era um povo perigoso, fiquei com medo (Geovana, 16 anos).
- Minha mãe me abandonou desde pequena. Fui criada pela minha vó e depois que ela morreu eu fui morar com meu pai e meu tio. Desde os 7 anos que eu bebia e também fumava (Arielle, 17 anos).

Nos relatos apresentados, são expostas algumas formas de negligência. Visualiza-se a privação da educação dos sujeitos, sendo exigidas deles a execução dos afazeres domésticos, o trabalho em locais insalubres e perigosos ou ainda a vivência de situações de mendicância, trazendo riscos às suas vidas. Em outros casos, percebe-se a negação intencional da alimentação e da própria segurança e o conforto da moradia.

Posteriormente, temos uma situação em que os familiares permitiam, sem preocupação com o fato, legitimavam uma criança ao consumo de álcool e cigarro, acarretando em danos para sua saúde; o depoimento, portanto, aponta indiferença, descaso e naturalização de uma prática tida como errada até mesmo para adultos. Os universos retratados são distintos, mas se entrelaçam em uma contradição e situação: crianças e adolescentes têm seus direitos violados por aqueles que deveriam protegê-los, perigos internos e externos atravessam suas vivências.

Importante observar que essas violências têm início na infância dos meninos e meninas participantes e se estendem até sua adolescência, tornando-se cada vez mais graves. Ao mesmo tempo, o acolhimento aparece para eles como uma nova chance, uma possibilidade de viver dignamente e com direitos, entretanto, mesmo que alguns percebam dessa forma, ainda há a situação de abandono familiar que aparece mais fortemente, os vazios de família.

Também não podemos desconsiderar que os adultos estão inseridos em situação de drogadição e/ou ausência de direitos e acabam (re)produzindo violência contra esses sujeitos que encontram-se sob sua responsabilidade: negam a eles alimentação, educação, saúde, habitação e dignidade. A rua, na maioria desses casos, aparece como uma saída, uma fuga, é como se as crianças e adolescentes tivessem ou fossem responsáveis pela sua própria sobrevivência; tidos como um fardo, são entregues à própria sorte.

Vejamos outro caso que também nos direciona para essa realidade:

- Minha mãe não... Não... Não... me deixava se sentir bem na casa dela. Mandava eu cedim saí logo de casa, 5 hora. Aí eu saía, chegava 7 da noite, ela dizia que tava cedo, mandava eu voltar, eu ficava andano sozim no mei da rua. Naquele dia tia, que eu levei aquele tiro, sabe? eu cheguei em casa com ferimento ainda, sangrando tia, eu tava sangrando, sabe o que ela fez? Mandou eu vim sozinho pro alto. Era 12 hora da noite, ela mandou eu descer pro alto. Aí eu dormi na casa do meu primo, senão eu tinha dormido no mei da rua. Minha mãe nunca deu valor a mim não. Eu andava todo sujo tia, aquele negoço assim? Por causa que minha mãe num dava as coisa a mim não. Ela me botou pra fora por mais de mês tia. No dia que ela me botou pra fora... minhas coisa lá fora, ela botou um punhado de gelo dento das minha roupa. Ela num me procurava não. Quem denunciou foi o posto, o posto imperial. Pode ir lá perguntar. Eu dormia também na promotoria, quem dava de comer a mim foi o segurança, dava aquele negoço, cuscuz a mim tia. O que mais me deixou triste quando eu tava com minha mãe, foi quando ela me botou pra fora um bocado de dia. Eu ficava sujo, dormia no posto, vivia sujo tia [lágrimas]. Se você for ali naquela rua, tem um bocado de prova tia. Pergunta assim: como é que é a vida dele aqui? Eu dormia ali na oficina, que eu trabalhava. Eu dormia dento da oficina, o conselho tutelar foi até lá ver. O menino pagava uns 65 conto por mim sabe? aí eu comprava só roupa e comê pra mim. Eu ficava só com metade do dinheiro, dizia ao dono que era porque eu já dormia lá na oficina (Bernardo, 16 anos).

A leitura deste depoimento nos faz perceber a amplitude dessa violência, quando a função protetiva não se efetiva por parte da família e, ao contrário, expõe crianças e adolescentes a situações de perigo. O adolescente ilustra no seu depoimento várias faces da negligência: a omissão no vestuário, na higiene, na alimentação, na saúde, na proteção, na valorização humana. Como o menino mesmo ressalta em um determinado momento da

fala, ele caminhava sozinho nas ruas, e nos parece que não somente nelas, mas em sua trajetória de vida.

As vivências de violência de Bernardo têm início na infância, pois com aproximadamente 7 anos de idade sua mãe o entregava para uma Organização Não Governamental (ONG) de abrigamento e negociava o tempo de sua permanência no local, enfatizando não desejar ficar com ele. O menino nos explica que sua mãe nunca o quis perto, que o preferia longe, pois sua presença trazia gastos e preocupações desnecessárias, que a mãe o entregou àquele abrigo e o expulsava de casa pois não o amava. A rua então acabou tornando-se uma constante em sua vida.

O tiro que o menino faz referência é decorrente da periculosidade que a rua muitas vezes representa para esses sujeitos. Conforme Damatta (1997), a rua é lugar do movimento, da fluidez, da individualização, da luta; é uma zona onde cada um deve zelar por si, é um lócus perigoso. Na sistemática da rua, crianças e adolescentes são alvos fáceis, ficam expostos a inúmeros perigos, medos, angústias, incertezas; dentro dos códigos que nela imperam, a vida vale pouco ou quase nada. Nesse espaço, é comum violação e violência se conjugarem.

Assim, a luta pela sobrevivência nesse ambiente demanda atitudes nem sempre concernentes com os valores socialmente desejados, crianças e adolescentes vivenciam diversas situações arriscadas, sem, em geral, possuir, condições físicas, tampouco psicológicas para isso (DANTAS, 2014).

A rua constitui uma ocasião propícia para o relacionamento da criança sozinha, sem afeto, com alguém que aparentemente lhe oferece 'proteção', segurança, em troca de cobertura para furtos, tráfico de drogas e prostituição. [...] veem-se assim obrigados pelas circunstâncias a colaborar com o crime organizado (AZEVEDO; GUERRA, 2007, p. 30-31).

Segundo relatos do próprio Bernardo, em consequência da violência vivenciada, ele acabou tendo que entregar drogas para garantir sua subsistência nas ruas, sendo vítima de cinco tentativas de homicídio. Segundo o mesmo, nunca chegou a usar substâncias psicoativas, se entristece e se envergonha de estar envolvido nesse universo, mas ao mesmo tempo reconhece a necessidade dessas atitudes para sobreviver, pois como ele mesmo nos questiona: “Como seria tia, se eu não fizesse isso? Tinha que fazer, era o jeito ... [lágrimas], minha mãe num tá nem aí pra mim não”. Com isso, acreditamos que a violência se efetiva por meio de uma teia contínua de relações e imbricações, ela desencadeia uma sistemática onde o descaso com uma pequena violência acarreta seu crescimento e acometimento de outras cada vez maiores e graves. Trata-se de “[...] uma verdadeira reação em cadeia dos poderes que se entrecruzam [...]” (CHAUÍ, 2006, p. 146) e se difundem nos contextos relacionais humanos e sociais.

Um elemento que nos salta aos olhos nos depoimentos analisados, é a prevalência da figura da mãe como maior violadora de direitos de crianças e adolescentes, e essa

constatação inclusive coaduna com dados nacionais²⁹. Em consonância com os dados do Disque 100 referente a 2016, entre os agressores detectados na pesquisa, a mãe destaca-se como principal, perfazendo 42,15% das denúncias de violência perpetrada, seguida do pai (17,93 %) e posteriormente dos não informados (14,63%).

Um fato que não pode ser desconsiderado é que nossa sociedade é fundamentalmente patriarcal, ou seja, calca-se em um regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens, como um tipo hierárquico de relação que tem base material e, atravessa todos os espaços sociais (SAFFIOTI, 2004); deste modo, compreende ser obrigação exclusiva da mãe e/ou sujeito feminino o cuidado dos filhos. Nos últimos anos, por sua vez, o papel da mulher na família vem sendo, paulatinamente, alterado com base no movimento feminista e sua visibilidade a temas como o questionamento da sexualidade heteronormativa, lutas pelo direito ao aborto, a defesa da maternidade como opção, enfim, aspectos que publicizam as relações do mundo doméstico e familiar (GURGEL, 2010).

Com isso, não estamos retirando-lhe a responsabilidade nas situações de violência relatadas ou negando tais ocorrências, mas apenas estabelecendo uma análise sobre a situação da mãe/mulher na família, a qual está mais próxima fisicamente e é quem mais convive com esses sujeitos, seja responsabilizando-se pelo cuidado afetivo e educacional, seja garantindo sua sobrevivência. Como a mãe aparece nos dados como a principal responsável, prontamente, as pessoas em geral também a culpam pelas ausências, carências e necessidades desses sujeitos, ao passo em que o pai ou outros membros da família e, até mesmo a sociedade como um todo, são praticamente invisibilizados e isentos de culpabilidade. Esses aspectos estão relacionados ao individualismo, a ausência da ideia de coletivo, a competição exacerbada, a separação entre família e comunidade; imbricam-se, portanto, a alguns valores presentes nessa sociedade que reforçam a responsabilidade desses sujeitos como sendo somente dos pais ou da mãe.

Nessa linha, Faleiros e Faleiros (2008) salientam que “a negligência é um tipo de relação entre adultos e crianças ou adolescentes, baseada na omissão, na rejeição, no descaso, na indiferença, no descompromisso, no desinteresse, na negação da existência” (p. 34). Os autores ainda enfatizam que as consequências físicas, psicológicas e sociais da negligência sofrida por esses sujeitos são extremamente graves, pois se configuram como ausência ou vazio de afeto, de reconhecimento, de valorização, de socialização, de direitos, enfim, negação de um pleno e saudável desenvolvimento. As vivências expostas anteriormente acabam endossando essa constatação, visto que são histórias calcadas em múltiplas ausências: de afeto, cuidado, atenção, e principalmente de respeito a suas existências.

29 A pesquisa intitulada: “Sobre o (In)dizível: violência intrafamiliar no município de Mossoró” cujo lócus foi o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) em 2013, reafirma esses dados em nível local, ao elucidar que as mães aparecem como as principais agressoras de crianças e adolescentes nas violências: física (40%), negligência (31,58%) e psicológica, com (21,05%). Do mesmo modo, conforme dados de 2013-2014, na pesquisa intitulada “Da denúncia a ação: o disque 100 e a violência contra Crianças e adolescentes em Mossoró-RN, atesta, como sendo elas as violadoras em 111, dos 273 casos, o que corresponde a 40,67% do total de denúncias recebidas pelo Disque 100 no município.

Sobre essa modalidade de violência, precisamos destacar que quando a família não provê as necessidades desses sujeitos devido a dificuldades econômicas, o agente negligenciador é o Estado, que não providencia condições básicas de subsistência para aqueles que necessitam desse suporte; trata-se então de uma violência estrutural, como abordamos no item anterior. Como assinala Chauí (1982), é importante dissociarmos a violência em dois aspectos fundamentais: vertical exercida de cima para baixo sobre a sociedade e outra horizontal que se ergue no interior das relações sociais. Destarte, a desresponsabilização dos pais só poderá ser considerada como uma negligência “quando tal falha não é o resultado das condições de vida além do seu controle” (AZEVEDO; GUERRA, 2007, p. 177), isto é, quando o Estado não é o principal agente violador. É relevante elucidarmos que esse não é o caso das violências relatadas pelos adolescentes entrevistados, pois embora suas condições de vida sejam complexas, não podemos entendê-las como único determinante para as várias formas em que suas famílias os oprimiram, negaram e violaram seus direitos.

Outra violência no âmbito familiar que ocorre com bastante frequência é a sexual, esta conforme Cunha (2004), consiste:

[...] numa relação adultocêntrica, desigual e hierárquica de poder onde o adulto (pais/responsáveis) domina a criança, se apropriando e anulando sua vontade, tratando-a, não como um sujeito de direitos, mas sim como um objeto que lhe traz prazer e alívio sexual (p. 19).

Assenta-se dessa maneira, no uso arbitrário de poder e na coisificação de crianças e adolescentes, por meio da utilização e violação de sua sexualidade. Para refletirmos sobre essa violência, analisaremos os trechos abaixo:

- Minha mãe e meu padrasto tão preso. É que quando minha irmãzinha tinha três anos, meu padrasto abusava dela. Aí pra ninguém perceber o que ele fazia, minha mãe jogou água quente nas parte dela. Ela morreu com 9 anos, num aguentou...[silêncio] (Layane, 15 anos).

- Eu já fui abusada umas duas vez já ... Uma vez até me drogaram antes (Beatriz, 14 anos).

Como podemos identificar nesses relatos, a violência sexual viola “[...] em vários aspectos, a sexualidade, a corporeidade, a saúde física e emocional de crianças e adolescentes [...]” (RUSSO *et al*, 2014b, p. 228). Esses sujeitos, são forçados ou induzidos a fazer parte de relações violentas em consequência de estarem em situação desigual de poder. Os adolescentes trazem em seus depoimentos a fragilidade diante dos adultos, o medo, a incapacidade de defesa e a dificuldade de saída da teia de violência na qual estão envolvidos.

Em um dos relatos nos é apontada a conivência da figura materna com os atos do companheiro, a mesma tenta velar os fatos produzindo mais violência contra a filha, que, como apontado anteriormente, na época do ocorrido tinha apenas três anos³⁰ de

30 Informação dada por Layane em outro momento da pesquisa.

idade; criança que diante de sua vulnerabilidade e agressões sofridas vem a óbito algum tempo depois. De maneira geral, as falas anteriores assinalam uma dimensão corriqueira e banalizada da violência sexual, as adolescentes abordam o assunto de maneira naturalizada, como se essas situações não fossem estranhas ao seu cotidiano.

- Quando tinha uns 13 anos, eu bebi tanto que desmaiei. Acordei um pouco tonta sabe? Tava uns vizinho, e até meu tio alisando meu corpo, num sei se me abusaram ou não (Arielle, 17 anos).

- Ele [padrasto] pegava assim em mim [mostra a região dos seios] (Manoela, 14 anos).

- A gente tudo pequeno via meu pai e minha mãe fazendo sexo, eles fazia na frente da gente. A gente ficava nas rede em cima e eles lá embaixo. A gente via tudo. E quando eles terminava de fazer, meu pai ainda tentava pegar minha irmã, mas ela fugia (Geovana, 16 anos).

O primeiro elemento que nos chama atenção e que necessita ser problematizado, trata-se do quesito gênero, dada a prevalência das vítimas de violência sexual como sendo do sexo feminino, fato que coaduna com dados nacionais disponibilizados pelo Disque 100. Segundo o órgão, no ano de 2011, o número de casos contra esse público atingiu um percentual de 75,72%; em 2012 atestou-se 72,85%, em 2013 foram 72,12% e em 2014 observou-se 68,71% de vítimas do sexo feminino. Por meio desses dados, percebemos que apesar de tratar-se de um fenômeno universal, a violência estabelece também uma demarcação sexista e cultural desse tipo de abuso.

Com base nas falas das adolescentes sobre as carícias de adultos (seja estes familiares ou não) em seus corpos, ou exibição de atos sexuais, podemos destacar que, em contraposição ao senso comum, o abuso sexual não se restringe a concretização do ato sexual propriamente dito ou até mesmo ao contato físico, mas, são múltiplas as formas utilizadas pelos agressores para vitimizar esses sujeitos sexualmente.

Conforme Maio e Vasconcelos (2010) a palavra abuso deriva de *abusus*, forjada por *ab*, prefixo que significa tanto privação, afastamento, como excesso e intensidade, e por *usu*, que designa o aproveitamento de algo conforme o seu destino. Nesse sentido, essa violência se revela também no plano da linguagem e das representações e não somente do ato físico em si (BARROS, 2008). Em contrapartida, é preciso enfatizar que não há por parte dessas meninas o entendimento do abuso sofrido – os toques, as carícias, o alisar ou a visualização de relações sexuais, são para elas somente atitudes invasivas e incômodas – elas não as apreendem como ações abusivas a sua sexualidade.

É importante salientarmos que a violência sexual ganha uma complexidade maior quando se constitui em exploração sexual, nos casos em que as vítimas são usadas não apenas para obtenção de prazer sexual do agressor, mas também para garantia de lucros ou ganhos materiais, promovendo assim o mercado do corpo e sexualidade de crianças e adolescentes. Ocorre assim um processo exploração, “[...] na medida em que, em lugar de estarem desenvolvendo uma atividade prazerosa para si próprios, atuam para causar

prazer a um adulto, com prejuízo inclusive de sua própria saúde mental” (SAFFIOTI, 2007, p. 49). Vejamos o trecho abaixo:

- Eu já morei naquelas casa de fazer programa. Mas a dona não dava nada a gente, ficava tudo pra ela (Beatriz, 14 anos).

Compreendemos a exploração sexual de crianças e adolescentes como uma relação de poder e mercantilização do sexo, que objetiva a aquisição de proveitos financeiros por adultos, causando danos biopsicossociais aos explorados, que são pessoas em processo peculiar de desenvolvimento. Implica o envolvimento de crianças e adolescentes em práticas sexuais, coercitivas ou persuasivas, o que configura uma transgressão legal, e a violação de direitos a liberdade individuais desses sujeitos (LEAL, 1998).

Segundo Faleiros (1998), as pessoas vitimizadas pela exploração, mesmo obtendo algum dinheiro, perdem a autonomia, o direito sobre si, a decisão sobre seu corpo e seu destino, com consequências sobre seu equilíbrio psicossocial, saúde e educação, seus corpos tornam-se valores de uso e de troca comercial. Na vivência descrita pela menina, a exploração sexual ganha dimensões ainda mais difíceis e complexas, porque ela sequer recebia uma recompensa monetária, objetivo fundante da prática de prostituição.

É importante refletirmos, como nos diz Barros (2008) na trajetória dessas crianças e adolescentes explorados sexualmente, a qual está fortemente marcada pela violência intrafamiliar. Os registros em diário de campo assinalam que a Beatriz era constantemente violentada fisicamente, psicologicamente, era negligenciada e, fugiu de casa após uma tentativa de abuso por parte do pai. Já havia sido acolhida institucionalmente inúmeras vezes em distintos estados do país, ela viajava de carona com caminhoneiros e, permanecia exposta a inúmeras violações. Segundo ela a família não a queria perto; então a rua ou “a casa de fazer programa”, como a mesma intitula, representaram em diversas ocasiões sua válvula de escape.

Percebe-se essas violências não como excludentes, mas sim cumulativas (FALEIROS; FALEIROS, 2008) ao ponto em que na maioria das vezes se imbricam umas nas outras. Outrossim, as violências as quais a menina encontrava-se submetida, por assim dizer, eram na realidade a saída da violência intrafamiliar, em um desenho cíclico e sem fim de violência.

- A violência é diferente do que o povo pensa. O povo pensa que você bater naquela pessoa ela vai melhorar, ela num vai fazer mais coisa errada. Muito engano, porque quanto mais você bate, mais você machuca aquela pessoa, mais ela fica com ódio, com raiva, e daí o que ela faz? Ela também vai praticar violência por causa de toda essa raiva. Não faça comigo o que eu não quer que eu faça com você. Se violência resolvesse problema, de tanto que já me bateram, me machucaram, me maltrataram na vida, eu era uma grande aprendiz. Eu já sofri muitas violências na vida, muitas. Violências verbais né? Aconteceu a violência sexual e física, psicológica também...o abandono. Tudo que já passei, tudo que já fizeram comigo deixaram isso em mim, não dá pra esquecer tudo que já aconteceu. Choro muito lembrando (Arielle, 17 anos).

Como estamos observando, a violência produzida/reproduzida no interior das relações

familiares, comumente deixa marcas e registros concretos nos corpos das vítimas. No caso dos participantes de nossa pesquisa, foi possível observar várias cicatrizes produzidas por queimaduras de cigarros e por objetos cortantes – vidro, telha, foice, facão – na região da cabeça, nos braços e pernas, algumas mais perceptíveis, outras nem tanto.

Muitas vezes cabisbaixos e com expressão de tristeza, os adolescentes nos expunham tais registros e pareciam querer nos provar a realidade dos machucados e fatos relatados, mostrar que estavam nos falando a verdade. Acreditamos que essa necessidade de expor as marcas das violências sofridas, tenha a ver com o fato de, habitualmente, esses sujeitos não terem voz, necessidade e opinião consideradas ou são levadas a sério pelos adultos; foi a forma que encontraram de dar veracidade e visibilidade aos momentos difíceis vivenciados.

Em contrapartida, além desses registros vistos a “olho nu”, existem marcas invisíveis, tão ou mais intensas, como é o caso da violência psicológica. Vejamos mais um relato:

- Nunca penso em pai não. Ele já me ameaçou uma duas vez já. Quando minha mãe ligava pra ele pra pedir o dinheiro da pensão, ele dizia que ia mandar os cara atrás deu. Me ameaçou umas duas vez. Ele já mandou a polícia atrás de mim umas duas vez já. Ele sempre soube que era meu pai, mas quando eu ia no bar atrás dele ... ele dizia que num era meu pai não, com vergonha deu, por causa que eu andava todo sujo tia, aquele negócio assim? (Bernardo, 16 anos).

- Quando eu fiquei com minha tia eu ficava sendo humilhado. Eles já criava meu oto irmão daí o marido dela ficava dizendo assim: *ficar com esses dois menino aqui, já tenho meus filho, ainda tem que dar de comer a esses oto*. Eu ficava quietinho no meu canto escutando aquilo, é triste. Aí assim, eu fiz boneco lá, dei trabalho pra me devolverem pras aldeias. Eu ficava sendo humilhado daquele jeito. Tia eu quero muito uma família, mas não queria aquilo, não queria ficar escutando tudo aquilo (Luíz, 13 anos).

No primeiro caso exposto, é possível vislumbrarmos a recusa da figura paterna em se fazer presente na vida do filho, o qual com grande angústia relata um sentimento de insignificância perante o pai: procurá-lo e não ser recebido, querer falar e não ser ouvido, tentar contato, subsídio e como saldo receber ameaças contra a sua vida. No segundo, percebemos a tristeza do garoto ao relatar essas vivências familiares, pela recusa e resistência das pessoas em acolhê-lo e também humilhação diante das palavras ouvidas. Como Luíz nos diz, mesmo desejando muito fazer parte de uma família, não aguentou permanecer ali, não aguentou conviver escutando verbalizações tão duras.

Com base nestes depoimentos, destacamos que esses adolescentes também eram vítimas de violência psicológica, “[...] também designada como tortura psicológica ocorre quando um adulto constantemente deprecia a criança, bloqueia seus esforços de auto aceitação, causando-lhe grande sofrimento mental” (GUERRA, 2001, p. 33). Segundo a autora, a violência psicológica quase sempre perpassa as demais violências intrafamiliares, inclusive se faz presente em todos os relatos vistos anteriormente: no medo, na vergonha, no terror, no silêncio, no sofrimento psíquico, nas lágrimas, na incompreensão das violências sofridas, trazendo rebatimentos para o desenvolvimento da infância e adolescência.

Portanto, embora a tortura psicológica se efetive por meio de gritos, agressões verbais, ausência de atenção e carinho, as muralhas que a circundam ainda são gigantescas. Desta maneira, Russo *et al* (2014a) acentuam que muitos são os silêncios que rodeiam e compõem a violência psicológica intrafamiliar, uma vez que por não deixar marcas visíveis ela é ainda mais tolerada socialmente e, parece ganhar atenção apenas quando acompanhada de outras violações tidas pela nossa sociedade como mais “graves” ou “sérias”. E a compreensão de violências mais graves ou sérias que outras é demasiadamente complexa, “[...] na medida em que se sabe que os pequenos danos de hoje podem se converter em grandes danos amanhã e quiçá em morte” (AZEVEDO; GUERRA, 2007, p. 38).

Após as discussões empreendidas é possível atentar para a não apreensão de nossa sociedade sobre sua/nossa responsabilidade sobre crianças e adolescentes; não prevalece o entendimento de que além da família, a sociedade e o Estado possuem sua carga de responsabilidade na negação dos direitos de crianças e adolescentes³¹. Caso contrário não existiria o assentimento naturalizado de adolescentes dormindo e se alimentando nas ruas ou sendo exploradas sexualmente. Esses elementos estão expressos de forma agudizada na fala do adolescente abaixo:

- Tia ... sabe quem foi que errou comigo? Quem errou comigo foi todo mundo. Quem errou comigo, foi essa sociedade toda. Sabe o que aprendi? Que nessa vida é cada um por si, sou um abandonado, pela família, por todo mundo. Eu acho que vim nesse mundo só pra sofrer (Luíz, 13 anos).

Como nos acorda Heller (1985, p. 20) "O indivíduo é sempre, simultaneamente, ser particular e genérico", isto é, particular, enquanto indivíduo e, genérico por ser do gênero humano, produto de relações sociais. Luíz nos chama atenção para esses aspectos, pois mesmo sendo um ser singular, porque único e particular, ele se percebe como fazendo parte do mundo, da sociedade, portanto como ser humano genérico e, percebe que essa sociedade em que insere-se, a família a qual é oriundo, não o querem por perto e sequer se preocupam com a sua existência.

Como estamos observando, os valores das sociedades primitivas, apesar de longínquas, conforme destacamos no item anterior, para as quais: “a vida de uma criança era protegida por todos” “criar os filhos era uma tarefa tão coletiva como qualquer outra”, parecem ter se transmutado para o seu oposto: “a vida de uma criança é violada/invisibilizada por todos”, “criar os filhos é uma tarefa individual como qualquer outra”. Essas mudanças são resultado de processos que individualizam, privatizam e especializam a sociedade, em um movimento constante, tudo é individualizado, inclusive, cuidar das crianças/adolescentes deixa de ser tarefa comunitária para ser incumbência única da família, mais especificamente dos pais e em maior grau, da mãe.

Tudo isso provoca alternâncias na própria forma da sociedade se comportar em

31 Assim como prescreve o Artigo 4º do ECA: “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

relação a elas. Não estamos, com essa correlação, enaltecendo um determinado contexto social em detrimento de outro, apenas fazendo um paradoxo que pode nos direcionar ao entendimento de alguns valores familiares e sociais que se alternam, metamorfoseiam-se consoante as peculiaridades históricas e culturais de cada época e organização social.

Em síntese, vimos no transcorrer do texto que os sujeitos de nossa pesquisa vivenciaram várias nuances da violência alicerçadas no silenciamento, na opressão, na desvalorização, no cerceamento do “ser e existir” no mundo com dignidade. Trazem em seus depoimentos as marcas visíveis e invisíveis de suas trajetórias, as marcas concebidas em seus universos familiares, externo a eles, a partir e apesar deles.

Diante da presença dos relatos expostos nesse item, é possível vislumbrar a violência no âmbito familiar como uma experiência que marca física e psicologicamente quem a sofre e afeta a vida de crianças e adolescentes tanto em suas relações familiares, como sociais e pessoais (BORGES, 2001). De tal modo, tendo como referência essas vivências, podemos retirar o véu universalizado, perfeito, imaculado a qual reveste a família. Paralelamente, as relações estabelecidas em seu interior não necessariamente são, mas podem ser perpassadas por incontáveis violações de direitos, pela coisificação e objetificação de sujeitos, estes acorrentados em um elo de dominação que machuca, oprime e, em muitos casos, não deixa espaço para instauração do amor familiar, elemento tido socialmente como inerente às famílias.

No próximo capítulo procuraremos fazer uma breve discussão sobre o amor e sua inserção no interior das relações familiares, compreendendo esse sentimento como humano, construído no âmbito relacional e interligado a história, cultura e sociedade. Pensaremos o amor enquanto uma categoria e não como um sentimento individual o qual pode ser vivenciado/experimentado de forma diferenciada por cada sujeito. Portanto, o apreendemos como algo que não é inato ou incondicional, pois enquanto construção pode não se estabelecer no universo familiar, como em muitos casos de fato não ocorre, tal qual pudemos ver nos exemplos explicitados anteriormente. Posto isso, procuramos trazer os posicionamentos dos adolescentes acolhidos sobre a presença ou a ausência desse sentimento em seus mundos familiares particulares.

**"AMOR É AQUILO QUANDO A PESSOA GOSTA DA
GENTE, AQUILO QUE VEM DE DENTRO":**

a construção do amor nas relações familiares



“AMOR É AQUILO QUANDO A PESSOA GOSTA DA GENTE, AQUILO QUE VEM DE DENTRO”: A CONSTRUÇÃO DO AMOR NAS RELAÇÕES FAMILIARES

“Ainda que eu falasse a língua dos homens
e falasse a língua dos anjos, sem amor eu nada seria; [...]

É um não querer mais que bem querer

É solitário andar por entre a gente”

(Legião Urbana – Monte Castelo)

O objetivo deste capítulo é apresentar aspectos teóricos e conceituais da categoria amor, bem como tentar desmistificá-la como inata, natural e incondicional nas relações familiares. Diante disso, compreendemos que ele não pode ser uniformizado e/ou universalizado, também não existiu desde sempre e, sequer teve ou tem condições objetivas e subjetivas de se instaurar em determinados contextos da mesma forma como em outros; se constrói, desconstrói e reconstrói em congruência com as expectativas/ditames do momento a qual pertence. Convém destacarmos, sobre os caminhos nesse estudo, pois pensaremos o amor como uma categoria e não como um sentimento individual a ser vivenciado/experimentado de forma diferenciada por cada sujeito; o compreendemos como algo construído e desse modo interligado a história, cultura e sociedade. Desejamos abarcar essa polissemia de ideias em articulação com a apreensão dos adolescentes acolhidos sobre o amor e sua conexão com as relações familiares

“O AMOR É ALGO PLANTADO” NA CULTURA, HISTÓRIA E SOCIEDADE

O amor, geralmente, é aquele assunto que atíça os diálogos e transita por vários lugares, seja entre colegas no ambiente de trabalho, ou entre amigos na mesa de um bar ou em qualquer outro ambiente público ou privado. É algo tão comum nos livros, filmes, redes sociais e imagens de hoje, que se torna complicado recuarmos o suficiente para o compreendermos como elemento pertencente a história, a sociedade e a cultura. Trata-se de um tema não consensual, singular e, ao mesmo tempo plural, algo detentor de um magnetismo tão forte, que quanto mais nos aproximamos de seu conhecimento, mais ele nos atrai na busca de apreendê-lo.

Ah! O amor... esse milagre de encantamento, espécie de suntuoso presente que atravessa os séculos. Espécie de maravilhamento sobre o qual somente os artistas, e talvez os amantes, possam nos dizer alguma coisa. Feito de encontros inesperados ou de acasos favoráveis, ele é como um choque violento que eletriza, cega, encanta. Deixamos perdidos [...] se traduz na descoberta de um ser que passa a ser o único bem, a pátria, enfim, o centro de tudo! (DEL PRIORE, 2005, p. 03).

É partindo talvez apenas dessa visão de amor, como produtor de encantamento, do inexprimível, a qual a *priori*, o tenhamos em mente como algo irrelevante no campo da construção do conhecimento, ou não possamos discuti-lo de maneira científica. Isso acontece quando o compreendemos restritamente sob o viés emocional, sentimental, subjetivo ou artístico. Em contrapartida, é preciso pensarmos o amor de maneira ampla e, não apenas como um sentimento que paira acima ou fora da vida social, mas como uma força que pode criar e agir sobre ela (TORRES, 2004), bem como sofrer influências dela e, de uma forma ou de outra, rebater diretamente no campo relacional dos sujeitos. Como nos afirma Pacheco (2013), a área das emoções, dos sentimentos, expressa formas de comportamentos interpessoais e padrões de conduta, isto é, a emoção tem um papel central na construção do mundo, ela expressa a própria cultura e contexto no qual os sujeitos se inserem, tem por isso relevância no campo do desvelamento de realidades.

Para tanto, não é possível pensar o amor unicamente e ou/puramente como uma emoção, pois, ele também nutre-se da razão em uma sociedade cuja racionalidade atinge todos os processos, inclusive os sentimentos, os quais não estão fora dela, por isso também são calculados, pesados e medidos. A primeira vista essa racionalidade estaria em um polo oposto ao amor, porém essa seria uma visão romântica que não considera a concretude da vida social, suas contradições e complexidade. Deste modo, ao contrário do que se poderia pensar, essa racionalização, não necessariamente contamina o amor, mas faz com que ele seja vivido de acordo com as condições sociais, econômicas, culturais e históricas de uma dada época, basta pensarmos, por exemplo, que nem sempre o amor pelos filhos foi do jeito que é, ou que ele hoje está relacionado ao oferecer algo, no caso dos pais, o sustento, o carinho, a dignidade, as condições de sobrevivência.

Quando associamos esses elementos aos adolescentes estudados, percebemos que eles não se consideram amados, em muitos momentos, porque não recebem o básico, sofrem vários tipos de violência que, nesse contexto, estaria no polo oposto do amor, não a racionalidade como se poderia pensar a *priori*. Ao mesmo tempo, o amor também se encaixa numa matriz de necessidades, esperanças, medos e expectativas (SOLOMON, 1992). Concomitante a essa ponderação, também se faz necessário pensar o caráter relacional, dinâmico e dialético que o envolve, pois dissocia-se de uma dimensão mais ampla, isto é, da sociedade em que se estabelece.

Importante refletirmos sobre amor de maneira ampla, tê-lo enquanto “[...] um mediador de relações sociais que se transformam cotidianamente e cujas modificações repercutem diretamente nas representações e vivências que o cercam” (RUSSO, 2011,

p. 123). Veremos então, no âmbito desse subcapítulo, o amor sendo pensado como um dos elementos propulsores e engendradores das sociedades e relações – especialmente familiares – as quais o envolvem no conjunto de suas contradições e transformações.

Diante disso, suscita-se uma questão: o amor seria capaz de responder a violência que esses meninos e meninas encontram-se submetidos? Sobre esse questionamento, é interessante refletirmos que sozinho nenhum aspecto tem condições de fazê-lo, mas sem dúvida, o amor ou a ausência dele, constitui uma das faces desse processo; é um elemento importante pois demonstra que nem sempre o sofrimento está ligado a violência física ou estrutural, por exemplo, mas está relacionado a forças sociais e históricas que constroem e reforçam sentimentos.

Como forma de ilustração, lembremos das sociedades tradicionais, nas quais não se sentia falta do amor de pai ou de mãe, aliás, amar era somente dar as condições para sobrevivência. Nossos antepassados possuíam a consciência da contingência e fragilidade do amor, o associavam a passividade (perda da razão), enfraquecimento e efemeridade; “[...] esse sentimento não tinha a posição nem a importância que hoje lhe são conferidas” (BADINTER, 1985, p. 49). Assim, a imagem negativa do amor impedia que ele constituísse prioritariamente o laço de união familiar. Atualmente, por sua vez, em uma sociedade racionalizada, quando tudo é trocado por dinheiro e os bens materiais parecem dar o tom da vida, o amor aparece como algo importante, ansioso e procurado por trazer sentido a realidade.

Segundo Costa (1998):

O amor é uma crença emocional e, como toda crença, pode ser mantida, alterada, dispensada, trocada, melhorada, piorada ou abolida. O amor foi inventado como o fogo, a roda, o casamento, a medicina, o fabrico do pão, a arte erótica chinesa, o computador, o cuidado com o próximo, as heresias, a democracia, o nazismo, os deuses e as diversas imagens do universo. Nenhum de seus constituintes afetivos, cognitivos ou conativos é fixo por natureza. Tudo pode ser recriado, se acharmos que assim deve ser, em função do que julgarmos melhor para todos e cada um de nós (p. 12).

Desejamos, dessa forma, debater o amor, tal como a família, como categoria histórica, social e cultural que, por ser e estar em constante construção, possui movimento e dinamicidade: pode ser valorizado ou desconsiderado, central ou periférico, crescer ou decrescer em força e intensidade. Quando historicizado, é reposicionado como um fenômeno que pode se encaminhar para o pior ou para o melhor segundo nossas iniciativas (COSTA, 1998), já que como nos diz Konder (2007), o amor possui uma elasticidade impressionante.

Nas palavras dos adolescentes:

- É difícil falar de amor... Tão difícil dizer o que ele é de verdade, não consigo explicar (Guilherme, 13 anos).

- Amor... amor... amor. Tia... como a gente pode explicar o amor? Não sei. É complicado (Luíz, 13 anos)

- Falar de amor? Agora você me pegou, tia... é muito difícil de se dizer o que é. Num tem nem como te dizer... é complicado (Bernardo, 16 anos)

Quando questionados sobre amor, os adolescentes demonstram dificuldade em se expressar, em relatar suas apreensões acerca do termo. No momento das entrevistas refletiram bastante, se interrogaram sobre o assunto, repetiram baixinho a pergunta, porém para eles trata-se de um campo tão complexo que não deixa brechas para definições. Isso acontece porque o amor é capcioso e “[...] por sua força, não se deixa inserir pacificamente na trama dos conceitos” (KONDER, 2007, p. 17), é difícil explica-lo, defini-lo, não é algo que possa ser enquadrado em significados fechados e acabados, o amor é um múltiplo de muitas faces.

Conforme Costa (1998):

Desde sempre se escreveu, falou e dissertou sobre o amor. Todos somos capazes de o reconhecer, todos o procuramos; no entanto, tentar defini-lo é uma tarefa difícil, porque as palavras são insuficientes para alcançar a sua grandeza, o seu mistério, a sua beleza (p.16)

O amor foi, desde muito tempo, poetizado, cantado e sonhado por muitas pessoas, todavia como vimos, também é tido como algo inefável, de conceituação imprecisa e incógnita, que parece estar distante e inverso a razão; talvez “ainda não passa de ilustre desconhecido” (ALMEIDA, 2004, p. 17). Tema convenhamos muito amplo e, imerso em um mosaico de significações, o amor é algo que compõe o cotidiano, as emoções e imagens que nos cercam. Pensadores épicos, defensores das mais variadas concepções de mundo se renderam ao fascínio do amor e, debateram suas ideias a respeito¹ (SCHOEFLIN, 2004).

Segundo Rossi (2013), o amor possui uma gama de significações gravitantes em seu torno, e variam contemplando aspectos religiosos concernentes a solidariedade e compaixão com o próximo; sexuais que enfatizam o desejo e a sensualidade, dentre outros. Para cada uma de suas faces, existe um conjunto de posturas e orientações específicas e históricas as quais lhe dão sustentação. Se pensarmos, por exemplo, em nossa sociedade veremos que no relacionamento amoroso entre casais, a prática sexual é legítima e essencial, já no caso do amor entre irmãos ou de pais com filhos, tal prática é repudiada (ROSSI, 2013). Como estamos observando, o amor é algo muito abrangente e diante de sua dinamicidade,

¹ Quando o assunto é amor, vários são os estudiosos (COSTA, 1998; KONDER, 2007; SCHOEFLIN, 2004; GHIRALDELLI JR, 2011; GIDDENS, 2005) fomentadores do debate, e tentam pensar o seu significado, buscando dar conta de todos os aspectos a ele envolventes. Isso acontece haja vista a multiplicidade de expressões as quais o amor pode manifestar, visto não ser algo unívoco mas misto. Em contrapartida, para os propósitos de nosso debate, não temos a intenção de contemplar tais variedades, temos o intuito apenas de discutir essa categoria de maneira breve e objetiva, para firmar bases mais sólidas ao entendimento do amor familiar, tema do nosso próximo subcapítulo

pode revestir várias relações e, em cada uma delas, exigir atitudes distintas e expressões particulares.

Sua acepção como análoga ao Bom, ao Belo e Verdadeiro, por exemplo, advém do Ocidente e, mais especificamente da Grécia antiga. A maioria dos especialistas, filósofos, historiadores, antropólogos e sociólogos, concorda em ver *O banquete*, de Platão, como a grande fonte desse mito amoroso: o amor que inspira o puro, eterno, ideal, aquele pertencente ao mundo espiritual, convive com o amor corporal, sexual, material, efêmero, é ineliminável e, às vezes, irresistível (COSTA, 1998; KONDER, 2007; SCHOEFLIN, 2004; GHIRALDELLI JR, 2011). Seria, portanto, um sentimento único, inconfundível, universal e intrínseco à natureza humana.

A ideia contemporânea de amor dá seus primeiros passos com o pensamento grego, o qual pressupõe três tipos de amor: *Eros*, *Philia* e *Ágape/Caritas*. *Eros* tem sua gênese no pensamento platônico e assimila-se ao amor romântico, este, talvez seja, o mais próximo deste conhecido atualmente: está ligado à falta, ou seja, ao sofrimento, aquele amor que busca ser alcançado, atingido. Já o *amor Philia* se aproxima ao pensamento de Aristóteles e relaciona-se a um desejo de partilhar da companhia do outro, principalmente se for por meio da virtude, é querer o bem de outrem. Por último, o amor *Ágape* ou *Caritas*, está mais próximo da acepção *Philia*, atrela-se ao bem do outro, muito próximo ao humanismo cristão: gostar de alguém seria amar esta pessoa incondicionalmente e só lhe fazer e desejar o bem (COSTA, 1998; KONDER, 2007; SCHOEFLIN, 2004; GHIRALDELLI JR, 2011).

Como estamos observando, o amor foi sempre protagonista de muitas histórias, de muitas acepções em todas as latitudes, porém nos tempos modernos, com a consolidação do capitalismo e as transformações por ele acarretadas, sua dimensão romântica veio imperar, contornando e direcionando nosso imaginário contemporâneo, o amor “[...] democratizou-se tornando-se história que pode acontecer a qualquer um” (TORRES, 2004, p. 15). O amor romântico coroa esse império da liberdade individual, com o culto e devoção do outro (GHIRALDELLI JR, 2011): é a busca de um outro idealizado, fantasiado, imaginado e, por isso mesmo, inatingível.

Mas esse moderno romantismo não construiu essa perspectiva amorosa do vácuo, apenas concedeu o colorido especial e o adornou idilicamente, ele se instaura e se solidifica face a privatização das relações, ao fortalecimento do indivíduo, a individualização afetiva, ao desmembramento com a comunidade, a intimidade burguesa (TORRES, 2004). O amor na forma predominante, incidiu e incide transformações internas nas famílias e estas trazem enquanto corolário, rebatimentos externos, fato que nos confirma a imbricação latente entre o micro e o macrosocial.

Para Costa (1998) o amor romântico só pode existir em sociedades como a nossa, onde o sujeito tende a se afastar da rede mais ampla, enaltecendo a importância da privacidade. Em conformidade com Russo (2006), a individualização dos sentimentos

e emoções significou uma forte cisão com a ideia de comunidade. Segundo a autora, antes os sentimentos pessoais só eram importantes se remetidos ao grupo, às dores, às alegrias e às necessidades da coletividade, o que dificilmente ocorre nos dias atuais. O eu moderno, estruturado sobre a noção de indivíduo automatizado, utiliza o amor como forma de compensação para dar sentido à sua própria existência, reforçando o sentimento de pertencimento.

Não precisamos ir muito longe na história para percebermos as transformações do amor e das formas de expressá-lo. Todavia, podemos nos permitir questionar: a vida amorosa de hoje, a relação do casal ou entre pais e filhos, mães e filhos, não difere daquela vivenciada por nossos avós? Responderíamos de maneira afirmativa, sem pestanejar. No Brasil, por exemplo, desde a década de 1970 várias foram as transformações ocorridas no campo dos costumes e da vida privada, as quais não nos deixam dúvidas quanto ao assunto. A pílula e os debates sobre o aborto, o feminismo e os movimentos sociais, o ingresso da mulher no mercado de trabalho, a progressão das uniões livres, os corpos nus expostos na mídia e na propaganda, enfim, a liberdade da palavra e do olhar mudaram a vida das pessoas e sua maneira de ver e vivenciar o amor (DEL PRIORE, 2005).

Diante de todas essas transmutações, brevemente, podemos situar três principais elementos analíticos que sustentam a crença dominante sobre o amor: 1) é um sentimento universal e natural, presente em todas as épocas e culturas; 2) é um sentimento surdo à "voz da razão" e irrefreável pela força da vontade humana e 3) é a condição máxima de felicidade a que podemos aspirar (COSTA, 1998). Vejamos cada uma afirmação de forma isolada.

Segundo Costa (1998), a ideia sobre todas as culturas e sociedades conhecidas possuírem testemunhos da presença do amor, é o subsídio embasador do véu de universalidade e naturalidade que o reveste, como se fosse um dom concedido gratuitamente pela mãe natureza: amaríamos porque ela assim nos exige, nos impõe. Ao afirmar o amor como sentimento natural e universal, acabamos negando sua base histórico-cultural e, portanto, o colocamos em um patamar de preexistência e independência de desejos e escolhas racionais.

Da mesma maneira que as famílias mudam seus contornos, redesenham novos laços (como exemplo, podemos citar as monoparentais, reconstituídas, homoafetivas, dentre outras), o amor e as formas de manifestação das relações afetivas, apresentam metamorfoses e desenvolvem especificidades de acordo com o momento histórico, cultural e social na qual se inserem; dialeticamente são transponíveis no tempo e espaço. Nessa perspectiva, integra as determinações mais gerais dos contextos nos quais se situa, está em constante processo de mudanças, expressando no seu interior a dinâmica social e, concomitantemente provoca novas alterações nas relações existentes. Assim como a família, o amor é produto e produtor social pois afeta e é afetado pelo mundo em que se insere.

Tal realidade nos assinala esse sentimento no emaranhado de suas diversas manifestações; não pode ser uniformizado, universalizado ou naturalizado, também não existiu desde sempre e, sequer teve condições objetivas e subjetivas de se instaurar em determinados contextos. É algo que se constrói, desconstrói e reconstrói em concernência com as expectativas/ditames temporais, “não é algo pronto e embalado para ser consumido” (SOLOMON, 1992, p. 16). Assim como o próprio título nos ilustra: “O amor é plantado”, na história e no âmbito relacional dos sujeitos. Para ser flor, para nascer o amor, se faz necessário plantar sementes, regá-las todos os dias e, ainda dessa forma, corre-se o risco de não vê-lo florescer, aspecto que veremos com mais profundidade no subcapítulo seguinte.

No que refere-se ao discurso de espontaneidade do amor, quando assim o consideramos, logo o acentuamos como involuntário, incontrolável e irracional, acabamos caucionando o seu entendimento enquanto “[...] um pedaço sentimental do destino ao qual estamos entregues, sem chances de reação” (COSTA, 1998, p. 17). Nessa linha, o evocamos como inevitável ao ser humano pois inibe e exclui qualquer ato da razão, parece que a voz do coração é aquela que nos ecoa com mais força, deixando inaudível qualquer som do intelecto.

Na apreensão de Russo (2006) o amor que quer ser desinteressado e despretenhioso, acaba não se sustentando e nem cumprindo suas promessas. Vivenciamos um espaço e forma modernos de se vivenciar o amor, ele racionaliza, se solidifica em contextos de individualismo, distanciamento entre os sujeitos, isolamentos, assentado numa sociedade capitalista truculenta e desafiadora.

Costa (1998) destaca a racionalidade como algo presente nas relações amorosas, para ele: “Amar é deixar-se levar pelo impulso passional incoercível mas sabendo "quem" ou "o que" pode e deve ser eleito como objeto de amor” (p. 17). Sem desconsiderar, contudo, o contexto sociocultural que o sujeito se estabelece, precisamos pensar o amor sendo detentor de uma seletividade como qualquer outra emoção ou sentimento movimentador das relações sociais. Ele também produz hierarquias, elenca critérios que exaltam ou menosprezam, face as particularidades individuais e sociais inerentes a esse ato de amar, pois “como todo ideal, o amor tem endereços nobres e salas de espera vip. Não circula a esmo num vácuo de intenções e propósitos” (COSTA, 1998, p. 18).

O terceiro ponto circundante ao amor é o ideal de felicidade que parece lhe ser inerente. As figuras abaixo nos apontam para essa realidade:



Figura 8 – Representação do amor para Geovana (16 anos)

Fonte: Imagem escolhida pela adolescente em oficina realizada no dia 20 de novembro de 2015 na Casa de Passagem Nossa Gente em Mossoró-RN



Figura 9 – Representação do amor para Luíz (13 anos)

Fonte: Imagem escolhida pelo adolescente em oficina realizada no dia 20 de novembro de 2015 na Casa de Passagem Nossa Gente em Mossoró-RN.

Durante a oficina, os adolescentes foram incitados a refletir sobre essa temática e, como visto nas figuras 8 e 9, acabaram escolhendo imagens que revelam pessoas alegres, com sorrisos estampados nos rostos, denotando divertimento e alegria. Paralelamente, as gravuras também mostram a felicidade relacionada ao estar com o outro, refletem a amizade e as brincadeiras de criança, uma infância rodeada de prazer, algo que talvez esteja distante da realidade deles. Logo felicidade e amor parecem ser um par correlato:

- Amor é trazer alegria, amor é quando faz a gente feliz, quando a gente se sente bem, isso é amor (Geovana, 16 anos).

Na fala de Geovana conseguimos apenas extrair aspectos positivos do amor: ele é visto pela adolescente como algo relativo a alegria e bonança, elementos que corroboram com as imagens anteriormente expostas. Conforme Costa (1998), o amor deixou de ser um meio de acesso à felicidade para contornar-se em seu atributo essencial. Em outras palavras, deixou de ser passaporte para felicidade e passou a ser a viagem paradisíaca com a qual as pessoas desejam ser contempladas. Del Priore (2005) nos aponta que vivemos tempos de valorização extrema do amor, envoltos em uma visão *hollywoodiana* da afetividade. Com base em uma maciça doutrinação – via cinema, novelas, músicas, jornais

e anúncios publicitários – segundo a qual o amor é aquela chave que abre as portas do paraíso na terra. Conforme Costa (1998)

Privados de outros ideais afetivamente importantes, voltamo-nos para o amor como quem espera a arca de Noé. Só que o Dilúvio chegou antes da arca. O amor se tornou a última razão do sujeito, justamente quando seu universo moral de origem não pôde mais garantir-lhe o poder ideal de outrora. Cercado de violência, competição, frivolidade, superfluidade, egoísmo desenfreado e indiferença, o amor ergueu-se como uma fronteira ou uma trincheira entre o sujeito moral e a barbárie do mercado (p. 21).

O autor sinaliza que as transformações concernentes ao interesse pela vida pública, praticamente reduzida a questões de mercado, provocaram um considerável retraimento dos indivíduos para a vida privada, acarretando numa exaltação das expectativas amorosas. Vivemos em uma sociedade capitalista assentada na violação dos direitos dos sujeitos, na mercantilização de tudo, de todos e se solidifica na concentração de riquezas nas mãos de uns em detrimento do massacre humano (de ser, ter, existir) de tantos; um cenário produtor/reprodutor de desigualdades, no qual se escamoteia as opressões, massacra e liquidifica pessoas.

Convivemos uns com os outros em uma sociedade constituída de relações assimétricas, desiguais, competitivas, violentas, detentora de um arsenal mercadológico transformador das dimensões da vida social em vivências de troca e lucro. Segundo Konder (2007) nossa sociedade impõe às ideias, às imagens, aos sentimentos em geral, critérios quantificadores, dão o caráter mensurável da movimentação das mercadorias, com seus preços, cifras, tradução em dinheiro aos campos relacionais. O próprio amor passa a ser medido, avaliado em números, quando comumente ouvimos: “- Se você fosse classificar de 0 a 10 o quanto gosta dele(a), quanto seria? E a pessoa responde, de acordo com o que pensa, mensurando aquilo que, a *priori* seria imensurável (o sentimento) – 8, por exemplo ou 10, essas expressões, muitas vezes, compõem o nosso cotidiano.

Trata-se de uma sociedade hipócrita e individualista onde tudo é quantificado e vendido a quilo, espaço no qual “Pensar em mim mesmo’ é o grito de guerra do ego contra o mundo” (IASI, 2007, p. 37). O individualismo se faz presente nessa sociedade e acaba por silenciar a dimensão coletiva e impulsionar o eco do grito do “eu” como mais relevante quando comparado ao outro; do “eu” como único fardo a ser carregado. Ao mesmo tempo, verifica-se que em um contexto de desigualdade, as relações humanas estão imbuídas pela apropriação e coisificação dos sujeitos, em uma lógica de restrição da liberdade e dignidade. “Aspira-se a um mundo justo, solidário e humano, mas parece que estes valores se tornam cada vez mais distantes” (TONET, 2002, p. 01).

Segundo D’Incao (2015), é então neste contexto que o amor vai sendo tomado como essencial e geral e, ao mesmo tempo, como algo transcendente, porquanto a realidade é automatizada, individualizada e, por sua vez, antagônica ao outro, ao coletivo e comunitário. Em uma vida voltada para o indivíduo sem laços comunitários, o amor parece prometer o infinito. Acreditamos que, os sentimentos amorosos, mesmo de maneira idealizada,

aparecem como um bálsamo frente a todo esse cenário (D'INCAO, 2015). Ou como nos diz Beck-Gernsheim (*apud* GIDDENS, 2005), o amor é uma força poderosa, obedece a regras e inscreve suas mensagens nas expectativas, ansiedades e padrões de comportamento das pessoas em cada contexto; nesse mundo oscilante ele passou a ser uma nova fonte de fé.

Atualmente, o amor seria essa tentativa de afastamento dos mecanismos opressores externos, do egocentrismo dos outros, das ofensas que o mundo engendra; seria “[...] a grande solução de que dispomos para enfrentar o isolamento, o racionalismo, o egoísmo, a competitividade e o individualismo exacerbado experimentado na era moderna” (RUSSO, 2011, p. 122). Desse modo,

Todos os apelos para a existência de um mundo melhor têm-no como sustentáculo. Ele é a justificativa para todas as coisas; é como se sua reafirmação colocasse em xeque os elementos negativos da vida social, trazendo consigo uma gama de valores considerados positivos. De forma geral, os sentimentos positivos e o amor mais especificamente parecem conceder significado a um mundo percebido como desumano, frio e insensível (RUSSO, 2006, p. 241).

O amor tornou-se, ao longo dos séculos, surpreendentemente pensado como onipotente, é algo que tudo pode; onipresente, permeia todos os lugares e espaços e, onisciente, parece explicar e justificar a totalidade. Segundo Costa (1998), acabamos pensando-o como algo grandioso, mágico, capaz de vencer todos e o próprio mundo, o associamos a uma força extra-humana e extramundana. Para Pacheco (2013), trata-se de uma perspectiva universalista igualitária sustentada no individualismo ocidental e, acrescentamos: capitalista. A autora acrescenta que diante de tal matriz, as relações sociais são tomadas como se fossem a-históricas e transcendentais. A imagem abaixo, nos faz essa alusão:

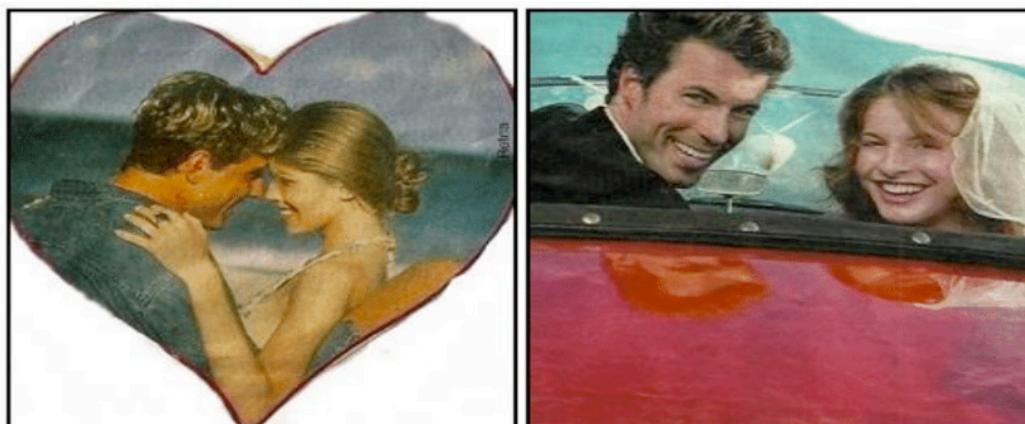


Figura 10 – Representação do amor para Geovana (16 anos)

Fonte: Imagens escolhidas pela adolescente em oficina realizada no dia 20 de novembro de 2015 na Casa de Passagem Nossa Gente em Mossoró-RN.

Ao analisarmos a figura 10, nota-se a noção romântica do amor. Percebemos a ideia de que saber amar, nessa sociedade, é sentir e se reconhecer nas imagens e sons dos sentimentos heroicos presentes nos enredos amorosos da televisão, livros e revistas. As situações expressas por esses meios tendem a construir o ideário de que, a despeito das diferenças (sejam elas sociais, morais ou individuais) os personagens foram feitos um para o outro e, no final, enfrentam e superam algum empecilho contra sua união para enfim serem recompensados pelo lindo final feliz (ROSSI, 2013).

Outrossim, remetem também a felicidade, a casais heterossexuais, bonitos, jovens e aparentemente bem sucedidos, aspectos que acabam sendo impostos como algo necessário e sinônimo do paradigma “do ser feliz” em nossa sociedade. Para além disso, a família parece ser formada pelo amor, ele precisa na centralidade dela e dar o tom das relações entre o casal, pais e filhos, irmãos e irmãs, tios e tias, avôs e avós e desses personagens com as crianças. Se assim não o for, o que sentimos não é verdadeiro e sim um singelo reflexo do que sentiremos quando ele, genuinamente, nos tocar, nos contemplar com sua presença (COSTA, 1998). Com isso, nega-se a contradição e a possibilidade de conflitos, que, embora não seja de fato, aparece como antônimo do amor e desse modelo ideal.

- Eu quero sentir aquele amor bom, tia... aquele amor de verdade, um amor sincero ... um amor bom ... um amor verdadeiro sabe? (Luíz, 13 anos).

Esse amor de verdade que Luíz faz referência em sua fala pode ser explicado pelo romantismo, seria aquele sentimento único e absoluto, inconfundível quando sentido, universal. O adolescente faz referência a idealização de amor bom e verdadeiro, traz essas adjetivações como aspectos positivos que se imbricam e forjam o seu caráter eterno, o amor “para sempre”. Nessa linha, particularmente acreditamos que esse imaginário é circundado de idealizações e projetos impossíveis de serem realizados, visto estarem espelhados em histórias ficcionais.

Solomon (1992) também pondera que o dito amor "verdadeiro" não pode existir se, a expressão faz questão de denotar uma forma de relação ou afeição na qual eclipsa todas as outras possíveis. Um casamento duradouro não é mais verdadeiro que uma série de relações tumultuadas; um casal com filhos não é mais natural que um sem filhos ou com filhos adotivos, um casal heterossexual não expressa amor mais verdadeiro que um homossexual. Posto isso, queremos dizer com esses exemplos que o amor se reinventa, não pode ser padronizado, uniformizado em uma concepção ou um modelo certo de vivência, ele possui muitas faces e jeitos distintos de se expressar, sem que nenhuma possa ser pontificada como verdadeira ou falsa forma de amar.

Também aprendemos socialmente a crer que amar é uma tarefa simples e ao alcance de qualquer pessoa e o sentimento do insucesso amoroso é, por isso mesmo, acompanhado de culpa, baixa da autoestima, mas, dificilmente de revolta contra o sentimento amoroso.

Poucos são ainda capazes de questionar essa "universalidade" e "bondade" do amor culturalmente ofertado como insubstituível e, sem o qual não temos chances de atingir a felicidade (COSTA, 1998). A fala abaixo, apesar de simples, sinaliza aspectos importantes:

- Se eu tivesse amor era bom, ia ser tudo diferente (Bernardo, 16 anos).

O primeiro aspecto a ser destacado na fala do adolescente Bernardo, é a ausência do amor em sua trajetória e, paralelamente o seu ideário sobre a presença desse valor trazer mudanças positivas para sua vida. O amor foi sendo percebido como algo isento de contradições e conflitos, tido como um campo pleno nas relações sociais, desejado e aclamado como o pódio ou veículo da felicidade humana. Comumente, aquele desconhecedor das vicissitudes do amor, é percebido como aquele que “não viveu a vida” (GHIRALDELLI JR, 2011). Todavia, o amor nem sempre se estabelece em todos os espaços, nem preenche todos os vazios existenciais. Esse mar de flores, assim como ele é vislumbrado, também arranha e machuca, seja quando presente ou ausente no âmbito relacional. Entender o amor talvez seja mergulhar no entranho jogo de bem-me-quer e mau-me-quer. Seria o amor mais idealizado/imaginado do que concreto?

Por outro lado, Bernardo está certo, se ele tivesse tido amor no âmbito familiar, tudo seria diferente. Com isso, não queremos significar que seria um mar de rosas ou vivências sem conflitos mas, provavelmente, ele não teria sofrido as violências e violações que sofreu, teria sido protegido, talvez não experimentaria vazios de afetos e de famílias, seus problemas estariam em um outro patamar, até porque as violações e violências sofridas são imputadas ao não amor, a ausência dele em sua vida.

É muito difícil imaginar, nessa sociedade, outras formas de realização pessoal numa cultura onde o amor romântico dominou os espaços e se tornou sinônimo de praticamente tudo que entendemos por felicidade individual: alegria emocional socialmente aceita e recomendada, segurança afetiva, parceria confidente e confiável, consideração pelo outro, ajuda mútua, solidariedade ilimitada, partilha de ideais sentimentais fortemente aprovados e admirados, como a constituição da família e a educação de filhos com base na solicitude, ternura, carinho e compreensão (COSTA, 1998). Destarte, sem uma crítica sobre essas idealizações, temos irrisórias chances de construção de um amor mais libertário, mais humano, livre de amarras ideológicas que o mascaram como palco de perfectibilidade e divindade. Assim como nos diz Solomon (1992), não se trata de rejeitar idealizações e os detalhes do amor cotidianos, mas sim de entendê-los, observando-os de uma forma mais ampla.

Como vimos no âmbito do texto, para além de uma palavra, o amor comporta um conjunto de valores e sentidos variados a depender do ângulo de quem o expressa e da ótica daquele que o interpreta, pois como nos esclarece Russo (2011): “A noção de amor não é estática, como não o são também as experiências e percepções dos homens e mulheres em relação a ele” (p. 123). Apesar de ser individual, ele não pode ser uniformizado,

universalizado, naturalizado, ou ainda pensado a parte de um contexto histórico-social e cultural, pois é nesse solo que o amor se gesta e se constrói enquanto tal.

Ademais, esse sentimento é plural e se apresenta de forma diversa entre homens e mulheres, entre mulheres, homens, irmãos, pais e filhos, mães e filhos, amigos e muitos outros, cada relação afetiva se expressa socialmente de modo particular, tendo assim a coexistência de várias maneiras de despontá-lo no cotidiano. As múltiplas faces e roupagens do amor, ou melhor, dos amores, são aqui reconhecidas.

Em contrapartida é sua face familiar – mais especificamente entre pais e filhos, mães e filhos – a que nos interessa nesse estudo, é nos debruçando na análise dessa forma de amor que buscaremos desnaturalizar e desobscurecer aquilo, para nós, aparentemente natural e habitual, tentaremos “[...] romper com velhas receitas, com fórmulas banais e com os clichês que se lhe impõem os costumes, as leis e as rotinas sociais” (DEL PRIORE, 2005, p. 03). No subcapítulo seguinte, tentaremos construir a categoria amor familiar, refletindo sobre este, particularmente, nas relações familiares e os significados atribuídos pelos adolescentes acolhidos sobre a presença ou ausência desse sentimento em suas trajetórias.

“AMOR É BOM, [...] MAS É QUE MINHA FAMÍLIA NÃO QUER DÁ”: QUANDO O AMOR ESTÁ AUSENTE

A sociedade, ao longo do tempo, conduziu e nos conduz a usar o termo amor, disciplinando de maneira generalizada e regrada o jeito certo de amar. Fomos socialmente levados a criar muitas expectativas que tentam encaixar ou determinar, os lugares e comportamentos de cada um dos sujeitos nas macro e micro relações sociais. A família não fica imune a esses ditames, o amor quando adentra o seu universo também encontra-se imerso em um conjunto de julgamentos e ideias preconcebidas.

- A família tem que ser aquela, gostando dos filho, amando e cuidando dos filho, esse negócio assim sabe? (Guilherme, 13 anos).

A fala de Guilherme se relaciona ao fato de, na contemporaneidade, o amor ser pensado como um sentimento incorporado à família, tido como basilar para essa instituição social, tanto nas relações do casal formador como entre os vínculos de parentesco: pais e filhos, irmãos e irmãs. Para muitos estudiosos o amor romântico passou a ocupar um papel central nas relações familiares atuais. Trata-se de um ideal tão forte que na nossa sociabilidade nos repugnamos e negamos a pensar que em vários contextos históricos, amor e família não se constituíram um par correlato.

D’Incao (1989) sinaliza esse tipo de enfoque, pois aponta a qualidade e inerência dos sentimentos como sendo relevante para a definição e compreensão do grupo social família, o que levou, inclusive, a certa descaracterização das configurações do passado

como sendo 'sem amor' e, por essa razão vistas como sociedades ruins. Para compreender o passado é necessário perceber os seus valores por eles mesmos, precisamos estar despidos de nossas relações e exigências sociais. “É necessário resistir à tentação de vê-lo como tendo sido os tempos ruins (em confronto com o presente) e de orientar a pesquisa no sentido de perceber como as coisas melhoram” (D’INCAO, 1989, p. 70).

É preciso deixarmos claro que o amor familiar trata-se de uma construção social, histórica e cultural que ancora-se também em mudanças econômicas, políticas e psicossociais (D’INCAO, 1989, DEL PRIORE, 2005), e portanto nem sempre se constituiu como fundante ou fundamentalmente importante, pois o amor não é universal. Ariés (2006) destaca que até meados do século XV, a família,

[...] não tinha função afetiva. Isso não quer dizer que o amor estivesse sempre ausente [...]. Mas (e é isso o que importa), o sentimento entre os cônjuges, entre os pais e os filhos, não era necessário à existência nem ao equilíbrio da família: se ele existisse, tanto melhor (p. 10).

Esses estudos têm revelado, dentre outros aspectos, que os conceitos de amor, maternidade, paternidade, como nós os concebemos hoje, são uma criação social; nos tempos passados as pessoas estavam menos interessadas nesse tipo de emoção na família e, mais ainda, a infância não era tão valorizada como nos tempos atuais.

Vejamos as figuras que seguem:



Figura 11 – Representação do amor familiar Luíz (13 anos)

Fonte: Imagem escolhida pelo adolescente em oficina realizada no dia 20 de novembro de 2015 na Casa de Passagem Nossa Gente em Mossoró-RN.

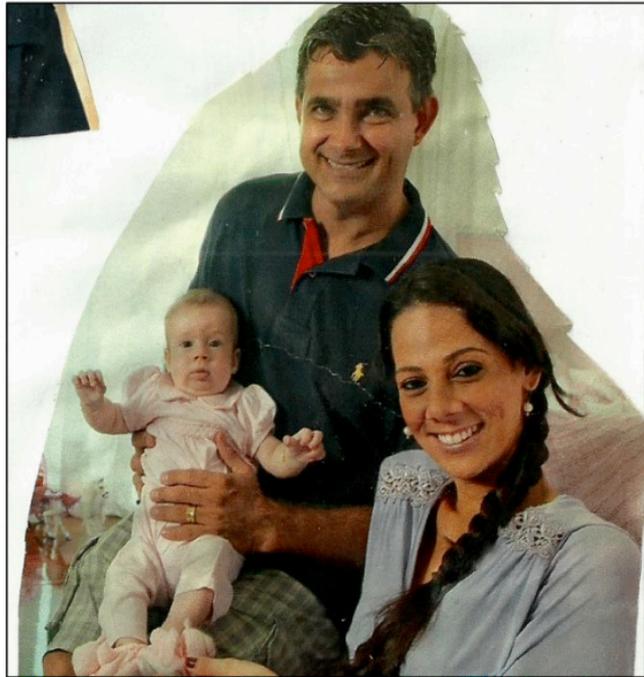


Figura 12 – Representação do amor familiar para Geovana (16 anos)

Fonte: Imagem escolhida pela adolescente em oficina realizada no dia 20 de novembro de 2015 na Casa de Passagem Nossa Gente em Mossoró-RN

Em observância as figuras 11 e 12, precisamos refletir sobre a posição das crianças ser em tudo isso algo paradoxal, pois nossas atitudes e proteção em relação a elas mudaram radicalmente ao longo de algumas gerações. Valorizamos mais as crianças em parte porque elas tornaram-se mais raras, e em parte porque a decisão de ter filhos é contemporaneamente muito diferente se comparado com as gerações anteriores (SNYDERS, 1984). Na família tradicional, os filhos já foram vantagem econômica, porém hoje nos países ocidentais, um filho, ao contrário, representa um grande encargo financeiro para seus pais (ARIÈS, 2006).

A infância atual, possivelmente é marcada por resquícios daquela a qual antecedeu no passado, mas sobre sua valorização enfatizamos que, por um lado, os filhos podem representar para a família no futuro, uma vida melhor, ascensão social, ou seja, eles são vistos, em alguns momentos, como um investimento. Paralelamente, também existe um corte de classe fortemente vincado; a histórica e concreta diferença entre “os possuidores” e “os não possuidores” é apenas um agravo na vida de crianças em todo mundo. Aquelas, com alto poder aquisitivo, não estão imunes a violência, porém é possível dizer que estão inseridos em contexto de educação, saúde e habitação de qualidade, uma face oposta daqueles em situação de pobreza, contextualizados, muitas vezes, em trabalho infantil, em contextos habitacionais e de subsistência precários. A classe é, desse modo, aspecto definidor do lugar e “não lugar” da infância e também adolescência.

Ariés (2006) salienta ainda que apenas no final do século XVII e início do século XVIII “a família tornou-se o lugar de uma afeição necessária entre os cônjuges e entre os pais e filhos, algo que ela não era antes” (p.11). Conforme Giddens, naquele período os “padrões de interação pais-filhos foram substancialmente alterados, em todas as classes” (1993, p. 53). Diante desses aspectos, fica claro que o amor de cada indivíduo é delineado em conformidade à sua época, cultura e grupo social. Tais referências instrumentalizam as expressões do amor. Convém dizer que as pulsões individuais só podem se realizar tomando formas próprias de determinada cultura; só podem ser perceptíveis por meio da palavra e das imagens que essa cultura oferece (TRIGO, 1989).

Um exemplo ilustrativo da complexidade da temática centra-se na análise dos significados dos termos “amor” e “felicidade” na nossa cultura ocidental e de como estes sofrem variações de sentido em outras sociedades e culturas. Pacheco (2013), exemplifica que, para os habitantes de Samoa, o termo *alofa* tem vários significados; refere-se a amor, caridade e simpatia, ou ainda, pode referir-se a “love” no sentido do uso habitual da língua inglesa; e, o termo *amae* para os japoneses tem um significado emocional muito particular. Com isso, queremos destacar os significados que expressam diferentes sentimentos; em determinados contextos podem exprimir sentidos semelhantes e diferentes em outros, ou então, nem sequer existir, como é o caso do vocábulo saudade pouco comum na maioria das línguas, mas possui um sentido e um significado peculiar na nossa.

Singly (2003) então nos assinala que as transformações, no âmbito familiar, são resultado de uma transformação na vida privada, iniciada desde a metade do século XVIII, época na qual o amor entre os cônjuges e entre pais e filhos torna-se possível enquanto valor social. Com esses apontamentos, queremos destacar que o sentimento amoroso é apresentado como indefinido e variável demais para servir sempre de alicerce a um grupo de longa duração como pretende ser a família.

A passagem para o mundo moderno, se observa tanto com a escolha pessoal no casamento, quanto pela oposição entre o homem e a comunidade por meio da ascensão da família burguesa, com a adoção de atitudes de privacidade e domesticidade.

Assistimos assim, nesse período, a um novo mundo familiar no contexto urbano civilizado brasileiro: o mundo burguês que não tem laços com a comunidade e nem com os diferentes. Neste mundo, a família constitui um mundo em si mesmo. [...] Agora, nessa nova realidade que atinge também as relações entre a família e a sociedade, as pessoas precisam aprender [...] a ter o sentimento correto sobre essas relações amorosas. Aprender a diferença entre elas. As emoções comuns são controladas, civilizadas. Quando isto ocorre, a sensibilidade burguesa está instituída (D’INCAO, 2013, p. 91-92).

Outra forma de vida cotidiana então invade o espaço social, tendendo pouco a pouco, em todas as classes sociais, a concentrar suas manifestações privadas. Deste modo, é preciso enfatizar que a vida privada não é uma realidade natural, dada desde a origem dos tempos: é uma realidade histórica, construída de diversas formas e por sociedades determinadas. Conforme Prost (2009), não há uma vida privada de limites eternos, mas

um recorte variável da atividade humana entre a esfera privada e a pública, sendo ambas peculiares e, paralelamente, indissociáveis. Nesse sentido, podemos falar de uma “privatização” da família e dos sentimentos que a ela passam a ser concernentes.

A família muda seus enfoques, transmuta seus sentidos. Já não é, ou não é apenas, uma unidade econômica, a cuja reprodução tudo deve ser sacrificado, ela tende a tornar-se o que nunca havia sido: um refúgio onde se escapa dos olhares de fora, lugar de afetividade onde se estabelecem relações de sentimento entre o casal e os filhos (ARIÈS, 2009). À primeira vista, a evolução da família é simples: ela perdeu suas funções “públicas” e passou a ter funções “privadas” (PROST, 2009) e, simultaneamente, as ideologias sobre o amor tornam-se cada vez mais impregnadas de características individualistas e personalistas.

Dentro da família, o amor acaba sendo retratado positivamente e carregado de idealizações e expectativas, torna-se ponte de determinados sentimentos. Os recortes dos adolescentes abaixo nos mostram essa realidade:



Figura 13 – Representação do amor familiar para Arielle (17 anos)

Fonte: Palavras escolhidas e escritas pela adolescente em oficina realizada no dia 20 de novembro de 2015 na Casa de Passagem Nossa Gente em Mossoró-RN.



Figura 14 – Representação do amor familiar para Luíz (13 anos)

Fonte: Imagem construída pelo adolescente em oficina realizada no dia 20 de novembro de 2015 na Casa de Passagem Nossa Gente em Mossoró-RN.



Figura 15 – Representação do amor familiar para Geovana (16 anos)

Fonte: Imagem construída pela adolescente em oficina realizada no dia 20 de novembro de 2015 na Casa de Passagem Nossa Gente em Mossoró-RN.

Quando nos debruçamos na análise dessas figuras, percebemos os vários os aspectos componentes do amor para os adolescentes: o diálogo, a atenção, o carinho, a garantia de seus direitos, a proteção, as visitas, os cuidados, a harmonia, a amizade, dentre outros. Todos esses elementos, relacionam-se com o que hoje se espera dos pais em relação aos filhos e, com a visão idílica a qual anteriormente nos referimos. O relato abaixo, realça essas particularidades:

- Meu pai, eu sinto amor... nunca disse isso a ele, mas sinto... vou chorar (lágrimas). Assim, no momento que eu era criança né, na minha infância? Ele cuidava, conversava muito comigo, ele queria ver ... eu assim....me ver bem... assim sucedida né? Bem de vida, casada, com filho, com uma família. Quem sabe até junto a ele. Me ajudava, me dava amor, me dava carinho, sempre que eu tava triste ele vinha, me abraçava, me beijava e assim ... por mais...que ...Eu sei ele tem muitos defeito, principalmente o do vício né? Do alcoolismo que ele tem até hoje, que ele não cuida de mim né? Mas ele em momento algum num foi aquele pai bruto, nunca veio com segundas intenção, pra cima de mim, por mais que ele estivesse bêbado. Nunca veio com segundas intenção, entendeu? Se ele não tivesse bêbado ele me ajudava, se pudesse me ajudava, me dava presente, me dava as coisas: "ah tô precisando disso, pegue vá comprar isso e aquilo". Entendeu? Ele tava ali, ele me compreendia, ele tava ali pra me ajudar, ele tava ali do meu lado, e assim até um certo momento eu me sentia segura perto dele. E eu me lembro muito, quando ele ia assim pra praça eu andava com ele pegado na mão e ia ... andando... ali ... ixi... Eu me sentia a pessoa mais feliz, naquele momento (Arielle, 16 anos).

Em observância ao relato de Arielle, percebemos que o amor, quando sentido, geralmente, não aparece sozinho, para contemplá-lo consta mencionar um conjunto de sentimentos, emoções, atitudes a ele característicos e circundantes; são todos esses elementos que lhes dão forma, o contornam e delimitam seus espaços e conteúdo. Como elucidada Barros (2004):

[...] o amor tem muitos nomes quase sinónimos: amizade, simpatia, empatia, compaixão, altruísmo, ternura, carinho, bondade, afeição, estima, mansidão, benevolência, acolhimento, gratuidade, generosidade, partilha, dom, comunhão, comunicação, união, respeito, serviço, oblação, admiração, paciência, perdão, tolerância [...] (p. 15).

Ele como é considerado socialmente um signo de plenitude, universalidade, promete paraísos e preenchimento dos vazios existenciais. Diante da ausência de um sentimento de família, da inexistência dela em suas vidas na sua forma idealizada, por não se encontrarem dentro dela, ou não serem bem vindos nela, terem sofrido violência ou muitas outras situações, ou por sua idealização não corresponder a realidade concreta vivenciada por eles, esses adolescentes, vazios de família, entendem que o amor familiar deve se expressar por algumas características:

- Amor de família... eu acho que é querer tá perto, dá carinho, dá conselho. Eu fico com vergonha quando falo disso (Geovana, 16 anos).

- Amor (risos). Amor eu acho que representa união. É... companheirismo. Gostar daquela pessoa. Num sei... acho que cuidar. Eu creio que amor de família seja a mesma coisa que amor (Arielle, 17 anos).

- Amar é abraçar, se importar, perguntar se já comeu, uma família bem unida (Luíz, 13 anos).

- Amar é tratar bem tia, ficar perto da gente, cuidando, se importando. Família tem que ser assim, tem que amar de verdade (Bernardo, 16 anos).

No momento das entrevistas, foi perceptível o rubor, a vergonha, os risos e também o desconcerto dos adolescentes em falar sobre o assunto. Nesse sentido, podemos extrair dos relatos que o amor para assim o ser, deve estar em coesão com atitudes de cuidado, carinho e atenção, bem como o ideário da família como o solo do verdadeiro amor; um contraponto de suas relações familiares. Outrossim, notamos que pela própria particularidade de suas vivências, a ideia de estar perto, do companheirismo, da união entre os familiares é algo que fundamenta e, para eles, prova a existência do amor.

Quem nunca fez referência a uma família unida? O que perpassa esse ideário é a premissa da existência de uma família ideal, uma unidade de aspectos positivos – unida, feliz, harmônica, amorosa, sem conflitos –, aquela retratada nos comerciais de margarina, como nos referimos no primeiro capítulo, idealizada e inexistente. Aquela à qual o Estatuto da Família faz referência e enaltece como algo merecedor de resgate, tendo em seu escopo conteúdos morais, conservadores, discriminatórios, com forte criminalização de desenhos familiares que não se encaixem no modelo padrão.

Com base nos significados de amor atribuídos pelos adolescentes, tanto nas imagens como nas falas, observa-se a prevalência do elemento romântico como preponderante. De acordo com Giddens (1993), no amor romântico “O outro”, parece preencher um vazio que o indivíduo sequer reconhece e este vazio tem diretamente a ver com a auto identidade: em certo sentido, o indivíduo fragmentado torna-se inteiro. O outro é território de suas perspectivas e idealização. E no caso daqueles que estão distantes de suas famílias, esses vazios de família, seriam também vazios de amor?



Figura 16 – Representação da ausência de amor familiar para Luíz (13 anos)

Fonte: Imagem construída pelo adolescente em oficina realizada no dia 20 de novembro de 2015 na Casa de Passagem Nossa Gente em Mossoró-RN.



Figura 17 – Representação da ausência de amor familiar para Arielle

Fonte: Palavras escolhidas e escritas pela adolescente em oficina realizada no dia 20 de novembro de 2015 na Casa de Passagem Nossa Gente em Mossoró-RN.

De maneira mais prevalente, notamos nas imagens 16 e 17, a presença da violência como um elemento antagônico ao amor. Se lembrarmos das vivências desses meninos e meninas, sucintamente expostas no capítulo anterior, veremos que são perpassadas por violações de seus direitos e atos violentos: suas famílias, utilizando-se de um poder arbitrário e assimétrico, perpetram agressões que desencadeiam marcas físicas, sexuais e psicológicas, sendo os machucados, o desprezo e a tristeza pontos constituintes desse processo, uma dura realidade como sinaliza Luíz. Em contrapartida, existe em nossos resultados, um relato intrigante e interessante sobre a temática, nos faz indagar sobre a linha tênue existente entre amor e violência:

Quando eu tava com minha mãe e meu irmão era muito bom não, por causa que ela... ela ficava querendo bater em mim às vezes. Ela também botava eu pra pedir esmola... essas coisas. E eu fui pro NIAC² por que ela fumava droga, e aí quando ela ia pro canto, ela dizia pra eu ir mais ela e eu não queria ir, ela queria bater em mim por causa disso. Desde que me conheço por gente que ela usa droga, se ela não tinha dinheiro pra comprar ela ia pedir esmola na rua pra poder trocar em droga e pedra de crack... Tanto que não sei se ela ama a gente, fazer tudo isso com a gente né? Mas tia, mesmo depois

2 Núcleo Integral de Apoio à Criança – Instituição de acolhimento para crianças de 0 a 12 anos incompletos em Mossoró-RN. É componente da Política de Assistência Social e se enquadra na Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

de tudo que ela fez com a gente, mesmo que ela me batesse todo dia, mesmo que me furasse todo dia, me desse foçada, facãozada, tia, que ela me machucasse todo dia mas dissesse que ia sair dessas droga, que ia me querer eu ficava com ela tia. Eu amo minha mãe, ela é minha mãe, meu sonho é morar com ela, ver ela bem (Guilherme, 13 anos).

Guilherme, conviveu em sua infância com a sua mãe imersa em situação de drogadição, vivenciou em seu cotidiano várias faces opressoras e violentas, não tem certeza da existência de amor por parte da figura materna, dúvida reforçada pelos quase 8 anos de acolhimento institucional. Mediante sua fala, nos questionamos: o amor pode ser alimentado pela violência? Como ocupam o mesmo espaço? Se o amor é representativo de emoções e sentimentos positivos – mesmo idealmente – (harmonia, carinho, alegria, prazer) e, a violência de sentimentos negativos (inferioridade, humilhação, tristeza, dores), pode o amor manifestar-se onde campeiam relações violentas? Como combinar dor e amor já que como vimos são elementos opostos? De fato, não teremos respostas para todos esses questionamentos. Porém, nos parece certo que as vivências de violência e o próprio acolhimento institucional refletem profundamente no modo como esses adolescentes pensam, representam e projetam sua ideia de família e mais especialmente delineiam a figura materna.

De outro modo, no fundo, no relato do adolescente, a mãe aparece como vítima das drogas, se ela saísse dessa condição tudo poderia mudar e seria a chance dele vivenciar um espaço familiar. Além disso, os atos que entendemos como violentos, são para Guilherme uma função e expressão legítima de família, pois reiterando discussões do capítulo anterior, em nossa sociedade, aos pais, é consentido bater nos filhos e, em geral isso é feito, “para o bem deles”, “para serem pessoas boas”, “para não sofrerem tanto da vida”. Por isso, se a mãe batesse nele, mesmo com todos esses instrumentos, isso seria algo absolutamente normal, diante da naturalização e banalização da violência.

Quando se está longe e as ausências familiares são uma constante, também não se tem a dimensão da dor sentida, pois o tempo passou, e com ele, a lembrança que mais dói é o vazio, o abandono, a falta da mãe e da família em sua vida. Cumpre frisar que isso se desencadeia em uma sociedade na qual se sacraliza essas duas figuras, tidas como ícones da bondade, amor e divindade.

Nesse sentido, outro aspecto importante em nossa pesquisa e nos chama atenção, é o abandono maternal, evidenciado na figura 17 e justificado no depoimento de Arielle:

- Minha mãe ficou na maternidade quando eu nasci né? Num sei se foi no mesmo dia ou foi no outro dia, aí meus avós me pegaram na maternidade, com minhas bolsa, pegaram eu e me levaro. E uma coisa que me magoou muito, principalmente da parte dos meus avó, é essa situação que eu vou te contar agora. Eles me pegaram e saíram de porta em porta... me oferecendo... como se eu fosse... como se eu fosse uma mercadoria. Tendeu? Até chegarem na porta da minha avó que me criou, a paterna, e ofereceram: - *Olha essa é a filha do seu filho, a gente não vai ter condições de ficar com ela, nem muito menos a mãe dela.* E nessa época o meu pai estava preso. E daí minha avó teve uma conversa muito séria com eles e disse: - *Eu vou ficar, porque se vocês não tem corações, coração... eu tenho, porque ela tem o meu sangue, ela é filha do meu filho e a*

partir do momento que ela ficar comigo, ela vai ser a minha filha, eu só espero uma coisa, que vocês nunca... voltem... pra levar ela de volta pra vocês... porque isso vai ser uma burrada muito grande. E assim todo mundo da minha cidade sabe dessa minha história, porque viram a minha situação. E até... eu penso assim, do jeito que aconteceu comigo, não aconteceu totalmente, mas aconteceu com meu irmão, né? Ele é filho do meu pai também. Meu irmão também é abandonado, mas só que... vamos dizer... entre aspas ele, no caso né? Se deu bem, ele tem a família dele, ele é mais novo né? Mas eu digo assim, ele tem uma mãe, né? Que tá com ele até hoje... adotou ele, tem irmão de criação, tem a vida dele... [silêncio]... Ele é feliz. Porque eu em alguns sentidos sou feliz, mas em outros não. Por tudo que eu já passei não consigo ter essa felicidade, não consigo ser feliz como quem tem família (17 anos).

No momento da entrevista, Arielle demonstrou a indignação em relação ao abandono perpetrado por sua mãe. Ao sentir-se mercadoria, se reconhece como descartável, um produto negociável, sem valor algum para aqueles que a tornam objeto de comércio. Paralelamente, quando se atenta para a trajetória do seu irmão, sinaliza que, o mesmo, apesar da ausência do pai, possui uma família a qual o acolheu e, principalmente, tem uma mãe em sua vida. Parafraseando a adolescente, o irmão foi alguém que ‘se deu bem na vida’ e conseguiu a almejada felicidade de família.

Socialmente falando, o abandono paterno torna-se menos impactante se comparado com o materno. Isso acontece, talvez, porque sobre a atitude masculina nunca “[...] até hoje, erigiu o amor paterno em lei universal da natureza” (BADINTER, 1985, 114). Conforme Badinter (1985) nossa sociedade não consegue conceber a ideia da mãe, da mulher abandonando seus filhos, tal atitude a torna “desnaturada”. “Ora, a palavra ‘desnaturado’ tem vários sentidos. Se definimos a natureza em termos da ‘norma’, a mulher desnaturada será uma anormal, isto é, uma doente ou um monstro” (BADINTER, 1985, p. 190).

É complexo reconhecer que o nascimento de um bebê não traz só euforia e plenitude; seus berros, a dependência absoluta por parte do adulto, a urgência em mamar estão muito distantes de provocar as mesmas reações e sensações (DEL PRIORE, 2013). As mães podem viver essa experiência como uma fonte de prazer e amor, mas também podem associá-la a um fardo que podem ou não desejar carregar. A complexidade desse fenômeno, centra-se naquilo ideologicamente posto, em que,

Uma mãe é o espírito do sacrifício, o devotamento completo [...] Musa, presença segura, tranquilizante, a mãe não é somente inspiradora de poesia. É a própria poesia. Uma mulher que dá a luz com dores, uma mulher que segura seu filhinho pela mão, não é uma mulher como as outras (SERRURIER, 1993, p. 17).

De fato, quando adentramos o universo familiar, o amor materno é um eixo peculiar, uma face da família de complexa dessacralização, “[...] Continua difícil questionar o amor materno, e a mãe permanece, em nosso inconsciente coletivo, identificada a Maria, símbolo do indefectível amor oblato” (BADINTER, 1985, p. 09). Segundo Fonseca (2006), certa tradição ibérica católica, ligada ao culto de Nossa Senhora, provavelmente deixou sua marca no Brasil.

Em consonância com Stasevskas (1999), quando a Igreja começa a fazer associações

entre as mães mundanas e a mãe de Deus e, incentiva o culto às Nossas Senhoras, também impulsiona a maternidade logo a donzela case, algo que redimiria a prática sexual e promoveria o crescimento familiar. A mulher então deveria casar-se, engravidar rapidamente, com fins de purificação de seu corpo de uma devassidão carnal referente ao ato sexual praticado de forma mecânica: “Doravante, ela se afastava de Eva e aproximava-se de Maria, a mulher que pariu virgem o salvador do mundo” (ARAÚJO, 1997, p. 52). “Afim, para sair da degradação a que se condenara Eva, só caindo em seu extremo oposto: Maria – uma mãe que reabilita a imagem feminina e propicia a salvação das mulheres” (LIMA, 2011, p. 27).

Del Priore (2009) aponta a comunhão entre o desejo institucional da Igreja e Estado em domesticar a mulher no papel da mãe, fomentou o estereótipo da santa-mãezinha, aquela figura caricatamente piedosa, provedora, dedicada e assexuada foi se construindo no imaginário brasileiro desde o período colonial e não mais o abandonou. A autora assinala que a mãe deveria ser esse modelo de pudor e castidade, não a real, mas a ideal, seria alguém submissa, obediente e discreta. Por ser mulher, a ela resta-lhe “[...] a tarefa de ser a mãe dos filhos, a santa no altar doméstico” (p. 56). É esse conjunto de atributos circundantes a maternidade, são essas características que permeiam os ideários dos participantes de nossa pesquisa.

A ação dos médicos e higienistas veio ao longo dos tempos reforçando a valorização da mãe e as santas-mãezinhas são personagens de novelas de televisão, invocadas em para-choques de caminhão (“Mãe só tem uma”, “Mãe é mãe”), fomentam o adagiário e as expressões cotidianas (“Nossa mãe”, “Mãe do céu”); políticos, em discursos, referem-se às suas mães como ‘santas’ (DEL PRIORE, 2009; FONSECA, 2006). Convém ressaltar que o Dia das Mães significa um imbatível estimulador de vendas para o comércio, sendo inclusive uma data muito triste para os adolescentes acolhidos, pela ausência delas e mais ainda pela ausência da figura sonhada e desejada em suas vidas. Nas próprias imagens recortadas das revistas pelos adolescentes, podemos visualizar essa exaltação da figura materna:



Figura 18 – Representação das expectativas de família para Luíz (13 anos)

Fonte: Imagem escolhida pelo adolescente em oficina realizada no dia 05 de janeiro de 2016 na Casa de Passagem Nossa Gente em Mossoró-RN.

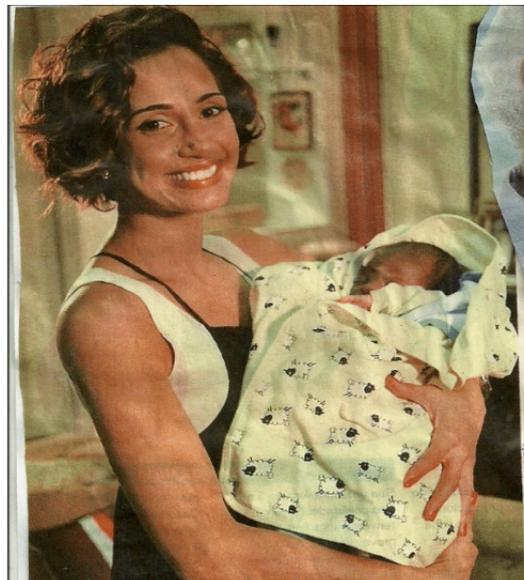


Figura 19 – Representação das expectativas de família para Geovana (16 anos)

Fonte: Imagem escolhida pela adolescente em oficina realizada no dia 05 de janeiro de 2016 na Casa de Passagem Nossa Gente em Mossoró-RN.

Conforme nos esclarece Badinter (2011), em cada cultura, existe um modelo ideal de maternidade predominante que pode variar segundo épocas. Ela sofre valorizações, desvalorizações e mutações sobre o papel social dominante. Como podemos vislumbrar, a escolha das imagens pelos adolescentes, nos parece ter por base as manifestações de doçura e ternura pois, como visto, atualmente reina o ideário daquela mãe que cuida, abdica de seus desejos pelos dos filhos, aquela que nunca abandona e é detentora de um amor inato, natural e incondicional.

- Sinceramente, eu acho que mãe é aquela que cuida, entendeu? Que acolhe você naquele momento que você está precisando e aquela que dá amor e carinho, que cria você. Tendeu? Que no meu caso foi minha avó. Ela sim foi uma mãe pra mim (Arielle, 17 anos).

Como nos lembra Serrurier (1993), ser mãe nos nossos tempos, seria sobretudo: entrega, dedicação, sacrifício e dor; é, por muitas vezes, esquecer-se de si própria e só pensar no outro, no filho, em seu bem-estar. Socialmente, vivencia-se a instituição de uma maternidade compulsória e; conscientemente ou não, todas as mulheres carregam esse ideário materno normativo. Pode-se aceita-lo ou contorná-lo, negociá-lo ou rejeitá-lo, mas é sempre em relação a ele que, em última instância, se é imposto. Entretanto, o desejo de ter filhos não é constante, muito menos universal: algumas mulheres os querem, outras, após tê-los, não os querem mais, outras, nunca os quiseram (BADINTER, 2011).

Tal como o vemos hoje, o amor materno é produto da dinâmica social, pois como os dados históricos nos mostram, nos séculos XVII e XVIII o próprio conceito do amor da mãe pelos filhos era outro, se expressava de maneira diferenciada: as crianças eram normalmente entregues, desde tenra idade, às amas, para que as criassem, e só voltavam ao lar depois dos cinco anos (BADINTER, 1985). Dessa maneira, como todos os sentimentos humanos, ele varia de acordo com as flutuações socioeconômicas e culturais da história. Essa mística, o encantamento que hoje “[...] cerca a mãe é bem mais que um verniz superficial, que tem um sentido todo especial” para essas pessoas, é um ideário que vem sendo construído socialmente (FONSECA, 2006, p. 85).

Cumprir frisar que não apenas Arielle nos acorda para a ausência da figura materna em sua vida, outros adolescentes expressam o mesmo sentimento:

- Quando eu morava com minha mãe era choco, ela ficava passando as coisa na minha cara, meu padrasto dava as coisa a mim ela ficava com ciúme, desconfiava de eu e meu padrasto, chamava meu padrasto de viado, porque ele ficava dando as coisa a mim. Nem ela me dava nada nem queria que meu padrasto desse nada a mim não. Mandava eu pra fora de manhazinha bem cedo, 5 hora da manhã mandava eu pra fora. Aí minha tia chegou perto de eu, ela ficou com ciúme. As roupa que eu tenho aí sabe? foi minha tia que mandou. Minha mãe né boa não. Se um cara dissesse assim, *mato ela ou sua vó?* Eu dizia *mate ela*. Nunca gostei dela não. Minha mãe num era boa pra mim não. Ela... aquela tampo, nunca foi carinhosa comigo. Eu não mudaria minha mãe onde tá, deixe ela lá longe, perto de mim não. Melhor minha mãe longe pra não tá atazanando minha cabeça. Eu gosto daquela música tia, aquela que diz assim (começa a cantar): - *Moleque bom com o futuro interrompido, a vida louca sempre foi o seu instinto, pois nunca soube o que é o amor de uma família, o que aprendeu foi na escola da vida*”. É minha vida tia, me vejo assim (Bernardo, 16 anos).

- Minha mãe nunca cuidou de mim. Quando a gente tava doente ela nem cuidava. Tava nem aí. Nunca orientou, [eu] sabia nem que ia pegar menino, num sabia que ia engravidar, nunca tive conselho dela que se tomasse remédio evitava. Nunca me ensinou os caminho, não me aconselhou em nada. Ainda bem que ela deu meu irmão pra outra pessoa, porque se tivesse com ela, ela tava fumando era pedra... Ela não tá nem aí pra nenhum dos filho. E se ela não fosse assim, eu até ajudava ela, dava de comer, dinheiro quando eu tiver com meu benefício, ajudava mesmo, ela ia passar um tempinho com a gente, eu e minha irmã. Mas é uma zoada muito grande, num pergunta nem como a gente tá, diz que ninguém cuida dela, que tá doente, mas nem lembra que num cuidou de nenhum dos filho. Aí na rua fica dizendo que não tem nenhum filho. Fico triste quando minha mãe diz que não tem filho. Me chama de tampo. Eu não sei se ela me ama, não sei. Entre os filhos e meu pai ela escolhia pai, ela gostava de levar peia, de apanhar. Quando ele batia na gente, ele teve de ir preso umas vez, ela dizia: - *foi vocês que botaro ele na cadeia, foi você*. Aí pediram afastamento da gente, num sei quantos metro de distância

da gente. Mas ela foi atrás dele, e trouxe ele pra dentro de casa de novo. E a gente continuamos apanhando dele, nada resolvia, audiência, audiência, nada resolvia porque ela queria ele (Geovana, 16 anos).

Tendo por base os depoimentos de Bernardo e Geovana, vários os aspectos podem ser discutidos. Primeiramente, percebemos, por meio deles, que não trata-se apenas da ausência materna, em sua face concreta, mas de um conjunto de direitos também ausentes na contramão de suas trajetórias de vida; esses adolescentes conviveram com várias violências por parte da figura materna, como também de outros familiares, as quais contribuíram para a construção de um mundo de vazios. Paralelamente, depreende-se as limitações das medidas de proteção, da rede de garantia de direitos e, a invisibilização da própria sociedade, a qual em situações como as citadas, as percebem como naturais e imutáveis.

Do mesmo modo, também é possível apreender a construção materna na figura da avó ou da tia, por exemplo. São pessoas, cujo amor e aparato acabam suprimindo o da mãe biológica, haja vista que suas atitudes contemplam alguns dos ideários sociais e, preenchem de maneira particular a sua ausência física e/ou simbólica. Em contrapartida, esse afeto não é substituído completamente pois, nessa sociedade, é difícil ressignificar a maternidade e, sobretudo, vivenciar o abandono perpetrado por ela, fato que pode ser visualizado nas falas dos adolescentes.

Ao mesmo tempo, quando Geovana destaca a exigência da mãe sobre os filhos cuidarem dela, logo refletimos que a família também se estabelece por meio de normas e regras direcionadora, as quais congregam seus membros, sendo os critérios de consanguinidade e legalidade os elementos delimitadores, determinantes e definidores de direitos, deveres e atribuições de cada componente pertencente ao grupo familiar (CUPOLILLO; COSTA; PAULA, 2001, p. 119). Como a adolescente mesmo enfatiza, é difícil exigir cuidados dos filhos quando nunca os concedeu a estes. Também é importante situar que, se é dever dos pais cuidar dos filhos, em certo momento da vida, a história se inverte e cabe aos filhos o cuidado dos pais. A sociedade cobra e exige isso de forma clara e, a própria Constituição Federal aponta para essa premissa³.

Em observância ao relato de Bernardo, ressaltamos que nos momentos aos quais o mesmo foi incitado a falar sobre suas relações familiares, suas expressões risonhas foram alteradas, o sorriso foi a cada memória de vivência se esvaindo e, os olhos brilhavam na tentativa de ser relutante às lágrimas. O adolescente nos mostrou a face violenta real da sua figura materna, a concretude de suas vivências e a ausência de carinho, proteção e amor na sua experiência familiar. Quando nos cantou a música no fim de sua fala, parecia resumir sua vida, procurava abreviar tristezas, trazia a rua ou a instituição como lugares de aprendizados diversos. Essas ausências e, de maneira particular a materna, também

³ A regra constitucional prevista no art. 229 estabelece que assim como os pais têm o dever de cuidar dos filhos enquanto menores, os filhos maiores devem amparar os pais na sua velhice (BRASIL, 1998).

obscreciam o seu futuro e aprofundavam os seus vazios, seja familiar, afetivo, ou ambos.

Nesses termos, percebemos que o amor ou a ausência dele pode relacionar-se a um contexto de violação de direitos. Muitas vezes, ele aparece como uma justificativa para certas práticas, como se estas fossem reflexos da expressão do seu amor: seja porque se ama o sujeito a quem se viola (como no caso do castigo físico, da violência sexual, quando se bate na mulher por ciúme, por exemplo), seja porque exige-se amor desse sujeito (a necessidade dos filhos cuidarem dos pais, de mentir por eles, etc.). Conforme Solomon (1992) ele é um estimulante emocional particularmente forte, apesar de transparecer milagroso, o amor destrói tanto vidas quanto as salvam, tanto fecha partes do mundo quanto abre outras. Em nome de sua presença ou de sua ausência, várias violências se estabelecem e são justificadas tendo o sentimento amoroso como embasamento, constituindo assim um paradoxo de amor e desamor no âmbito relacional.

Como podemos analisar nesses depoimentos, o amor materno é apenas um sentimento humano como outro qualquer: “[...] Pode existir ou não, pode aparecer e desaparecer, mostrar-se forte ou frágil, preferir um filho ou ser de todos. Contrariando a crença generalizada em nossos dias, ele não está profundamente inscrito na natureza feminina” (BADINTER, 1985, p. 06). Destarte, o amor materno não constitui um sentimento inerente à condição feminina, ele não é algo determinado, mas construído. Vejamos o depoimento abaixo:

- [...] Quando eu tive que ir morar com minha mãe, eu passei 15 dia com ela. Eu me senti uma desconhecida. Eu não tentei gostar dela, porque assim... era algo... algo que tava intalado ali, num descia... é... eu me sinto... até mal de tá dizendo isso mas eu não vou mentir, eu até hoje eu tenho muito rancor, muito rancor, muito ódio dela. Ela nunca chegou a dizer que me amava, que queria ficar comigo. Ela me tratava super diferente da minha irmã, da filha dela. Meu padrasto também me tratava super mal e eu via a diferença entendeu? É certo que eu poderia, eu não era filha dele mas num precisava daquilo. Ela agia pelo mesmo jeito, com arrogância, com ignorância: - *Aii... num sei quê... você tem sua idade te vira*. Entendeu? No momento que eu fui morar com ela, eu cheguei e chamei ela pra uma conversa e perguntei pra ela se durante esse todo tempo, por mais que tenha feito isso, eu... eu saí do ventre dela, e convivi ali durante nove meses e perguntei a ela e pedi que ela me respondesse com toda sinceridade se ela não sentia nada por mim, nem... vamos dizer assim... um carinho, e ela respondeu. Respondeu na cara de pau (silêncio) que sim. E assim você sabe, todos nós sabemos, reconhecemos e vemos quando uma pessoa tá mentindo pra gente, a gente percebe no olhar e também pelas palavras. Naquele exato momento, ela disse: - *Eu sinto ... porque se eu disser que não, estarei mentindo.... mas lá no fundo eu sinto um carinho por você* (silêncio). Naquele exato momento eu vi que ela tava mentindo. É tanto que não menti pra ela. Ela fez a mesma pergunta e eu disse: - *Pra mim você não é minha mãe, pra mim você é uma desconhecida, uma pessoa qualquer*. Depois que fui embora, eu até procurei contato com minha mãe. Mandeí uma mensagem pra ela. Encontrei ela no facebook, não mandei convite, mandei uma mensagem pedindo desculpa por tudo... principalmente por não ter sido uma filha, né? Do mesmo jeito que ela não foi uma mãe pra mim, eu não ter sido uma filha pra ela. Mas ela não respondeu, nem visualizou. Em relação a ela eu me sinto culpada em alguns sentidos, por eu ser muito estressada. Mas os principais erro são dela. E assim, o que eu acho engraçado é que ela, ela não se acha culpada (Arielle, 17 anos).

No relato de Arielle, podemos perceber a mãe idealizada ganhando sua forma real e, nos comprova que o amor não se firma por intermédio dos laços consanguíneos/biológicos, é algo em construção nas relações e não se estabelece nelas de maneira absoluta, é variável e não se instaura em todos os espaços. Como discutíamos, em decorrência da sacralização da família e do laço materno, a adolescente sente-se mal ao reconhecer o sentimento de rancor e ódio em relação a sua mãe, se percebe, em alguns momentos, como culpada pelo não estabelecimento da relação e, se indigna ao apreender nos olhares, reações e posturas da imagem materna, a inexistência do afeto quanto a ela, quando para sua irmã, o amor é expressado.

O sentimento de amor materno, o próprio amor familiar não é natural muito menos incondicional – infinito ou livre de condições –, como salienta Badinter (1985), pode ser de todos ou preferir a um filho, é algo construído no âmbito das relações humanas e não uma voz advinda do ventre. Não é algo determinado, pois em muitos casos, como o exposto por Arielle, pode não se efetivar. O amor, entendido como humano, não é simplesmente uma norma, pois ao contrário do reino animal, imerso na natureza e submetido ao seu determinismo, os seres humanos são históricos, teleológicos, dotados da faculdade de simbolizar, escolher, têm consciência e possuem características que os põem acima da esfera propriamente animal e instintiva (BADINTER, 1985).

Um outro aspecto que envolve o ideário de o amor na família é o desejo de reciprocidade nas relações; na fala de Arielle, inclusive, a mesma sinaliza essa urgência, quando questiona sua mãe sobre a existência ou não de amor por ela. Mazzel (1962) (*apud* CARPENEDO; KOLLER, 2004), afirma que amor é “a necessidade que o coração dos seres humanos tem de expandir e encontrar correspondência e retribuição em outrem” (p. 04).

Na mesma sincronia teórica, Azevedo (2008) nos esclarece:

Amar e ser amado torna-se uma necessidade, uma obrigação, uma personificação em meio a massificação a que estamos expostos, uma forma de atender aos padrões socialmente estipulados do que venha a ser felicidade (p. 52).

Como uma via de mão dupla, a reciprocidade do amor é algo reverenciado e imperativo no universo familiar:

- Eu já não sinto falta de família, ele não sente de mim. Pra que chorar por quem nunca chora pela gente? Pra quê sentir falta de quem não sente da gente? Tia, pra quê gostar, amar, sei lá, de quem não sente isso pela gente? Eu já chorei muito, hoje eu choro menos. Depois de grande eu fico pensando em família, mas vou seguir meu rumo sozinho (Guilherme, 13 anos).

Guilherme, em seu relato, consegue perceber algo interessante: o amor necessita de reciprocidade para germinar, continuar a existir, se perpetuar, portanto, ele vai de encontro a ideia do amor platônico – incontável, imaginado, subjetivo, belo, difícil ou não correspondido (SCHOEFLIN, p. 2004) –, o amor do nosso tempo quer encontro, objetividade, mãos dadas livremente; não apenas olhar, quer sentir, não deseja angústia e

tristeza, quer alegria, atitude e afeto dispensado sem medidas. Portanto, o amor, vem se metamorfoseando nos torvelinhos da sociedade e, cada vez mais, possui características que vão avançando e recuando em relação aos valores centrais desse contexto.

Costuma-se referir-se ao amor como “generoso” e “incondicional”, porém na concretude não é bem assim, precisamos pensar sobre ele, nessa sociedade, não como pura entrega sem aguardar nada em troca. Segundo Solomon (1992), o amor é uma necessidade emocional por outro sujeito, este também com emoções e atitudes e, em particular, possui emoções e atitudes em relação a nós. Trata-se do amor recíproco, algo desejado em ser retribuído, correspondido em número e grau. A fala do adolescente coaduna com o pensamento do autor supracitado, para ele “[...] amar é querer ser indispensável à pessoa que já é indispensável a você (p. 40).

Se pensamos nas exigências sociais do nosso tempo, na maneira como o amor familiar, principalmente o materno, é enaltecido, o relato de Guilherme coaduna com a afirmação de Osório (1996) quando este afirma que o alimento afetivo é tão indispensável para a sobrevivência do ser humano quanto o são o oxigênio a qual respira ou a água e os nutrientes orgânicos ingeridos. Nessa lógica, quando as relações familiares não são pautadas no afeto, a “criança/adolescente sente a dor de não ser amado, a dor de se perceber pouco importante para o outro, a dor de se sentir desvalorizado, injustiçado, traído, vulnerável, etc.” (OLIVEIRA; CAFÉ, 2001, p. 43).

Percebemos que os adolescentes vivenciam contextos relacionais distantes, tanto do ideal de família como do amor familiar. Em corroboração com essa constatação, no momento das oficinas, Arielle destaca: [...] amor de família significa muita coisa e muita coisa boa. Agora se você me perguntar se eu senti isso na minha, eu não senti. Num vou mentir pra você (17 anos). Temos então como resultante, uma contradição entre o imaginário social e a realidade concreta, experimentada e divergente do que se espera idilicamente.

Em consonância com Szymanski (2002) as relações afetivas – sejam elas existentes ou não – no âmbito familiar imprimem marcas nas pessoas e direcionam o modo de ser com os outros afetivamente e a maneira de agir com as pessoas. A forma como se estabelecem as relações tem como referência pessoas significativas e as vivências familiares geralmente influenciam na projeção das famílias que se formam posteriormente.

- Eu penso em comprar minha casinha, formar minha família, vai ser tudo bem. Vai ser diferente do que aconteceu comigo, meus filhos vão pra escola, eu vou pro trabalho, minha mulher vai pra o trabalho também. Eu vou vencer na vida se Deus quiser (Luíz, 13 anos).

- Eu quero é... mudar muita coisa assim... no meu futuro entendeu? Principalmente quando eu tiver assim... filho... quero uma família bem unida e também feliz. Vou cuidar dos filhos, fazer o que minha mãe não fez por mim. Principalmente se for dela me encontrar no futuro, eu quero estar aquela pessoa sucedida, se eu tiver com filho, comprovar a ela o que ela me disse uma certa vez, por que eu perguntei a ela uma certa vez o porquê que ela fez isso comigo, isso foi numa briga que aconteceu, ela disse: - *Isso não importa*

agora, e eu só tenho uma coisa a dizer, você não reclame do que eu fiz com você, porque uma coisa eu tenho certeza, se um dia você tiver um filho, uma filha, ou seja lá o que for, você não vai fazer isso que eu fiz, você vai fazer pior. Tendeu? E é uma coisa que até hoje, tá aqui me marcando (Arielle, 17 anos).

Nos depoimentos expressos anteriormente, observa-se a exaltação dos adolescentes sobre a necessidade de romper, dar um novo significado ao modelo relacional adotado pelos pais e, esperam que suas famílias sejam capazes de fornecer um aparato afetivo, social e material para o desenvolvimento dos seus membros, suprimindo suas próprias carências; o universo familiar é então idealizado como instituição sólida e saudável. Luíz e Arielle projetam na família que irão construir a imagem daquela desejada, estabelecem um contraponto com a vivenciada. Portanto, suas vivências, mesmo duras, não rompem ou ressignificam, mas ao contrário, fortalecem o modelo de família enaltecido na sociedade, apesar deste ser um ideal ideologicamente construído e inexistente na concretude.

Quando o amor não se faz presente nas relações familiares, logo percebemos uma reação defensiva, uma tendência a projetar a família imaginária, que, inclusive, não deixa espaço para conflitos, desigualdades e assimetrias, inicia-se “[...] um processo de idealização da família desejada no futuro a partir da negação da família existente no presente, o que traz expectativas de mudanças no seu contexto relacional” (DANTAS, 2014, p. 30).

Diante de todas as idealizações inerentes ao amor, dentre as quais buscamos pontuar algumas aqui, é preciso tornarmos o amor real/concreto, despido de idealizações, torna-se importante entendê-lo para além das significações que o abarcam como bonança e calma, trazê-lo para a concretude como algo humano e como tal, contraditório, “incerto, frágil e imperfeito” (BADINTER, 1985, p. 01). Posto isso, arquitetamos um paradoxo, será que ao fazê-lo o amor continua sendo amor? Perderia ele o sentido que o fundamenta? É possível não idealizá-lo sem esvaziá-lo de seus valores? O que o caracteriza como sentimento é sua idealização, mas, e como é sua vivência real?

A desmistificação do amor familiar é uma tarefa importante, porque embora ele seja hoje tido como algo valorativo e central em nossa sociedade, não significa pensá-lo como elemento presente em todos os espaços relacionais, tal como a família não é fenômeno universal, inclusive o título que abre esse capítulo e as demais falas dos adolescentes nos apontam para essa realidade:

- Quando eu ia visitar minha irmã eu via no fundo dos olhos dela que ela não me queria na casa dela. Eu ainda pensava na minha cabeça assim: - *Eu acho que vou pra casa de passagem, vou ficar aqui não. Mas eu ficava. Só que ela dizia as coisa comigo sabe? Ficava dizendo que tinha mais gente, que tinha mais família e não só ela. Eu sentia que ela não me queria lá, eu não me sentia bem. Ela não gosta de mim, não me ama, dá pra ver, tia (Luíz, 13 anos).*

- Ninguém da minha família me ama, ninguém gosta de mim. Se amassem, tia, eu num tava aqui não, eles ia me querer, ia me querer perto deles (Guilherme, 13 anos).

- Ela só dizia que gostava de mim quando eu tava morando com minha avó, eu não tava morando com ela mesmo, então pra ela não fazia diferença (Bernardo, 16 anos).

Em observância aos relatos dos adolescentes percebemos, mais uma vez, que o amor não se faz presente em todos os lugares, nem é componente de todas as famílias. Quando questionados sobre o tema nas entrevistas, logo ficavam cabisbaixos, pensativos, olhavam de lado tentando disfarçar a tristeza, os olhos brilhavam dadas as lágrimas que pareciam querer correr no rosto; não se sentirem amados pelas suas respectivas famílias é algo marcante em suas trajetórias de vida. Desse modo, o amor interliga-se a ideia de proteção e também de responsabilidade, em outras palavras, o amor familiar precisa de concreticidade: aquele que ama deve fazer algo pelo ser amado. Mas a expectativa desses meninos não é aleatória, é uma construção social e histórica a qual nos depositar como um valor a ideia de afeição entre pais e filhos e logo constituinte fundamental dessa instituição (SINGLY, 2003). Tais reflexões,

[...] parecem sugerir que o amor tal como o concebemos hoje – isto é, como resultado, entre outras coisas, do componente romântico – seria a um só tempo impossível e desejado ardentemente, e que esta seria sua característica mais fundamental (D'INCAO, 1989, p. 16).

Porém, pelo menos, em relação a um aspecto que os meninos e meninas participantes da pesquisa nos fazem referência, o amor é possível, quando relaciona-se ao cuidado, a proteção e, para tanto, a garantia de seus direitos fundamentais no âmbito familiar.

Dentro desse panorama, foi sendo construída socialmente a ideia de que as relações familiares devem, antes de tudo, ser regidas pelo amor, cuidado, apego e carinho. Partindo da maneira como o apreendemos hoje, esses elementos tornam-se necessidades humanas e, ao mesmo tempo, passam a fazer parte dessa relação e são, paralelamente, exigidas delas. Em outras palavras, da mesma maneira que acreditamos ser uma obrigação dos filhos amar seus pais, especialmente os biológicos, essa obrigação é pensada em relação aos pais. Conforme destaca D'incao (1989, p. 67), as coisas se passam como se o amor familiar fosse um instinto, um sentimento “natural” e esses laços de sangue fossem mais fortes que quaisquer outros. O amor na família também é muito idealizado.

- Tia, ela [irmã] é sangue, é família de sangue, num é só ela... mas todos eles tem que me querer. Mas minha irmã olhou pra mim e ficou dizendo que nem blindado de ouro ela me quer (Bernardo, 13 anos).

- Num vou mentir, por mais que assim que minha família tenha feito tudo isso e tal. É família né? Eu tenho o sangue de todos eles, eu cresci ali com eles. Mas lá no fuundo, lá no fundinho tem um pouco de carinho por eles (Arielle 17 anos).

Para análise dessas falas nos embasamos em Prado (2012), quando assinala que os laços de sangue criam um sentimento de dever, ninguém pode se sentir totalmente feliz nessa sociedade se lhe faltar a referência familiar, pois para além dos laços de sangue, há os compromissos assumidos entre as pessoas envolvidas nessa relação. Por esses motivos,

o amor aparece como inerente e específico da família, é algo tido como engendrado pelos laços consanguíneos e portanto obrigatório. Como nos diz Luíz, os seus familiares teriam que o querer perto, convivendo e fazendo parte de suas vivências, ou como nos diz Arielle, mesmo considerando as violações sofridas, por ser família, o amor independente da forma que se efetivam as relações, teria por obrigação de se instaurar.

Conforme Fonseca (2006), os valores dominantes priorizam esse laço de sangue e como numa rede, as pessoas devem se entrelaçar em uma constante demonstração de solidariedade: “‘O sangue puxa’. Laços de sangue – imediatos, imutáveis – têm precedência sobre relacionamentos contratuais, como o casamento” (p. 39). Ninguém se atreveria a contestar a força simbólica desses laços em nossa cultura ibérico-ocidental, com os “nomes de família”, as semelhanças físicas, “que se puxa” de algum parente próximo ou distante (SARTI, 1999), daí, por exemplo, a angústia de Geovana, que salientou anteriormente a preferência da mãe na defesa do pai, o qual a violentava de várias formas, ao invés dos filhos. Temos que destacar a imprevisibilidade das relações de parentesco: possuir um pai ou uma mãe, um irmão ou uma irmã, um tio ou tia, por exemplo, não significa obter necessariamente sua proteção, amor e auxílio e, o caso dos adolescentes acolhidos são ilustrativos dessa realidade.

Em contrapartida, Bernardo nos assinala aspectos relacionais familiares que podem existir sem, necessariamente, terem sido gestadas por meio da ligação consanguínea:

- Eu considero minha família, a mulher que me ajudava, né minha mãe não, mas é mesmo que fosse. Ela me dava de comer, essas coisa, quem me apoiava, essas coisa era ela, arrumava remédio quando eu tava doente, quando eu fiz uma cirurgia quem cuidou de mim foi ela. Sem ser nada meu, foi atrás, cuidou. Dormia na casa dela, ajudava o marido dela nas coisa. Ele queria até me dá dinheiro, mas eu não queria porque o mais importante eles já tava me dando, morada, água, comê, roupa nova, esses negócio, tudo me davam. O que eles dava pra os filho deles, dava a mim também. Eu sou mais ela do que minha mãe. Só não ficou pior porque eu conheci essa mulher, Dete? Que eu chamava de mãe ela? Ela ligava pra cá direto, mandava coisa pra cá, pra mim no abrigo. Ela que me dava de comê, de dormir, botava eu pra dormir com os filho dela assim na cama. Onde dava certo levava eu. Eu ajudava ela, varria a casa, porque ela me dava de comê, e eu num sou de ta preguiçando não (Bernardo, 16 anos).

Mesmo tacitamente, há por parte de Bernardo uma percepção da família como algo que vai muito além dos laços consanguíneos, pois se relaciona com afetividade e cuidado mútuo, colocando como trabalhado no capítulo anterior, os laços de aliança, afetividade e afinidade como mundos familiares que devem ser reconhecidos e legitimados.

Por tudo isso, há de se refletir: é por amor, ou antes por senso de dever, de obrigação, que hoje em dia as crianças e adolescentes são cuidadas, educadas e porque não dizer, amadas? Mas o dever de amar já não seria em si uma contradição? (D’INCAO, 1989) E quando não há os devidos cuidados, seria evidência da inexistência do amor ou não necessariamente? Qual amor é esse tido como obrigatório no âmbito relacional? Algo nos parece claro: vivenciamos uma ditadura do amor, pois principalmente na família esse elemento parece ser pensado como o seu sustentáculo.

Sobre esse assunto, Snyders (1984) nos diz algo interessante para refletirmos. Segundo o autor, podemos muito bem declarar não amamos nosso cônjuge, que se está, mais ou menos, ou completamente separado dele, mas atrevamos a dizer que não amamos nossos filhos, ou nossos pais. Seria algo escandaloso. Em corroboração com os valores dominantes, a identidade familiar, longe de ser construída, seria dada a partir do nascimento (FONSECA, 2006).

Todavia, se fizermos uma correlação entre os depoimentos dos adolescentes participantes, perceberemos a particularidade do amor familiar exposto tanto por Bernardo quanto por Geovana; notaremos que estes dois apresentam uma face real e concreta dele em suas vidas. Quando observamos os discursos dos demais sujeitos, anteriormente expostos, estes mesmo submetidos ao abandono e inúmeras violências reforçam e potencializam o amor materno e da família, em corroboração com as ideias de Fonseca (2006), por exemplo; o trazem de maneira instintiva, inata, natural e abstraída de qualquer contexto histórico.

- Porque o que não é certo é eu tá aqui de abrigo em abrigo e essa família não me querer. Esse promotor e essa juíza deviam obrigar eles me quere, dizem assim: - *Olhe se você não quere eles vou botar vocês na cadeia!* quero ver eles não me querer, dizer que não gostam de mim. Merece é punição. Fazem as coisa comigo e eu que pago o pato? Eu que sofro as consequência? isso é certo não. Eles lá só no sorvetinho e eu aqui chupando o dedo. Tem que resolver minha vida, tia, quero viver minha vida toda em abrigo não. Como é que pode? Não matei, não roubei, não mereço uma vida dessa sem ninguém não. Isso aqui não é ambiente pra mim. Vou enlouquecer nesse lugar. Vou ficar louco. Tia eu tô em instituição faz tempo, desde novinho, desde pequeno, vô ficar aqui a vida toda não. Aqui num é meu lugar não, meu lugar é com uma família... com uma família boa, que me amasse, que cuidasse de mim, num deixasse eu passar fome, que tivesse aquelas coisa de família, me botasse na escola, pronto, só isso. Eu seria tão feliz (Luíz, 13 anos).

Quando lemos o depoimento de Luíz, percebemos suas exigências em se fazer partícipe das relações familiares, de uma família, tanto que incumbe ao promotor e a juíza o papel de forçar seus familiares a o quererem, amarem, retirarem do acolhimento. De certa forma, ele está correto, visto que estar em família trata-se de uma garantia de direito, ele é a vítima e não o algoz da situação – por outro lado, ninguém, nem a figura jurídica tem o poder de obrigar, ou fazer brotar o amor em seus familiares.

Expressa, dessa forma, a indignação e incompreensão sobre alguns terem família e ele não a ter. Há para ele e, no fundo, para todos nós, uma incongruência sobre o entendimento do amor, uma promessa que não se cumpre e, isso desencadeia revoltas. Nossa sociedade prega o amor em inerência a família, como sua base fundante e fundamental, então Luíz se questiona e externaliza suas incompreensões: Por que a dele não o ama? Seria ele o problema? Na sua apreensão, o juiz podia obriga-los a quere-lo, a ama-lo. Nada mais justo!

Pela idade, nível de amadurecimento e pelas vivências desse adolescente, ele não consegue compreender a complexidade e contradição das relações familiares, nem que

o amor como sentimento idealizado, ocorre concretamente de forma muito diferente. Ao mesmo tempo, trata-se de algo tão difícil para a compreensão desses meninos que Luíz, em outros momentos, recordando das atitudes da irmã ao recebê-lo por indicação da juíza, nos ressalta o seguinte: “o amor é algo que vem de dentro, não pode ser forçado” (13 anos), seria por assim dizer, espontâneo, sem amarras, sem coerção.

O adolescente nos expõe o entendimento de seu lugar não ser o institucional, mas, em uma família, naquela onde se persevera os ideais que a caracteriza: do cuidado afetivo, material e educativo. Paralelamente, percebe-se a incompreensão do mesmo sobre os motivos pelos quais tornou-se culpado e conseqüentemente punido por algo que não cometeu; bem como sobre o porquê da sua família – aquela que violou seus direitos – encontrar-se muito bem e feliz, e ele acolhido institucionalmente por tantos anos.

- Eu sou gente, não sou um animal não, pra viver aqui trancado numa prisão. Eu não quero viver minha vida toda aqui não. Ou vou viver a vida toda aqui, sem carinho, sem amor de família? (Luíz, 13 anos)

- A diferença entre tá aqui no abrigo e tá na família é que aqui é ruim, aqui não é família. Tá na família é melhor. Família é família, aqui né lugar de gente não... É como uma prisão. Lá na família tem o que viver, aqui, mas aqui né viver não (Guilherme, 13 anos).

Como pensar a instituição sob uma ótica protetiva, quando por aproximadamente sete anos, ela o impede de estar em família? Os adolescentes, diante dos longos anos acolhidos, concebem a entidade de acolhimento como uma prisão. Acreditamos que tal associação se embasa no entendimento da instituição, como espaço obstaculizador da vivência no lugar desejado, pois a mesma os priva de preencher seus vazios familiares e afetivos. Como nos chama atenção Arielle (17 anos): “Aqui na Casa de Passagem pode ter de tudo pra gente, comida, moradia, carinho e conselho dos funcionários, mas nunca pode ser comparado com uma família. Nunca vai ser igual”. Até porque ‘família é família’ com tudo de imaginado e de concreto, um espaço desejado e esperado por esses meninos e meninas.

Vimos nesse capítulo que a família e o amor idealizados pelos adolescentes acolhidos, estão em desacordo com suas vivências concretas, se distanciam dos sujeitos de “carne e osso”. O amor, é tido socialmente como obrigatório e basilar no âmbito relacional das famílias e, ao mesmo tempo exige delas uma reciprocidade amorosa entre pais e filhos. Porém, o vislumbramos como um sentimento humano, adquirido/construído nas relações sociais, não algo universal, inato, natural; ele nem sempre existiu e nem sempre se instala nas relações familiares, fato observado nas vivências desses meninos e meninas, vazios de família, vazios de amor.

Com essas breves exposições, tentamos desconstruir generalizações e romper com

os mitos em concernência as relações familiares. Nota-se a existência de um grande abismo entre a ideia do amor e a realidade concreta daqueles que o vivenciam ou mesmo não o vivenciam. Transcorridas as análises e discussões empreendidas, não chegamos aqui com dados conclusivos, muito pelo contrário, acabamos construindo novas travessias em nossos caminhos, desenvolvendo novas indagações, edificando novas e futuras possibilidades de aprofundamento.

Por fim, é necessário destacar aspectos que condimentam a relevância dessa discussão científica do amor, pois ele com suas especificidades, na teia dinâmica e dialética construída no tempo/espaço é um dos agentes propulsores das sociedades e relações – especialmente familiares; diante dele podemos compreender como ele afeta e é afetado no mundo e, sobretudo, destrinchar alguns processos engendrados em um nível macro. Como pudemos observar, é uma categoria intercessora das relações sociais que se transmutam, carrega em seu entorno o abstrato e o concreto, o real e o ideal num constante jogo contraditório que não pode ser abstraído da cultura, história e sociedade. Dessa maneira, todos esses elementos se fundem, conversam e tornam-se mediadores relacionais que trazem rebatimentos as acepções e vivências que cercam o amor, assim como percebemos nas particularidades dos adolescentes acolhidos. Além disso, o amor tem uma função ideologicamente posta socialmente, pois ele é responsável por construir, desconstruir e reconstruir relações que formam a sociedade e suas contradições.

“Hoje me sinto mais forte, mais feliz, quem sabe?

Só levo a certeza de que muito pouco eu sei

Ou nada sei.

[...] Um dia a gente chega, no outro vai embora

Cada um de nós compõe a sua história”

(Almir Sater; Renato Teixeira – Tocando em frente)

Mediante a consecução destes estudos foram muitas as inquietações estabelecidas; na medida em que a pesquisa se delineava e caminhava na busca de efetivação dos objetivos, algumas dúvidas foram sendo paulatinamente respondidas, enquanto outras surgiam recheadas de interrogações. No transcorrer deste texto dissertativo, reflexões foram postas em cena, indagações se fizeram presentes. Muitas respostas, diante da complexidade das temáticas e limites dos instrumentos de produção de dados, não foram atendidas ou perguntas solucionadas.

No âmbito de nossa investigação, constatamos aquilo previsto *a priori*: os adolescentes acolhidos vivenciam a família, suas relações e o amor familiar de uma maneira bastante particular. São sujeitos que experimentam realidades peculiares pelos seguintes aspectos: são separados de forma abrupta da família de origem, ou comumente vivendo com a ausência dela desde sempre, a inserção em ambiente institucional, a incerteza quanto ao futuro, a ausência de visitas e/ou o prolongamento do tempo na instituição. Por tudo isso, percebemos esses meninos e meninas como sujeitos detentores de visões de mundo marcadas por experiências complexas e desafiadoras, atreladas a expectativa sobre a oportunidade, ou não de integração na família de origem ou em alguma outra.

Nesse ínterim, foi possível observar que a violência física, psicológica e a negligência aparecem como os determinantes para o acolhimento em todos os casos observados no lapso temporal entre setembro de 2015 a fevereiro de 2016 e, foram os motivos mais frequentes para o afastamento de suas famílias (10), seguidos de abuso sexual (06), exploração sexual (4) e situação de rua (03). Paralelamente, aparecem entre os condicionantes do acolhimento, motivações menos expressivas, porém relevantes para pensarmos a diversidade de aspectos a serem considerados em nossa análise, são elas: evasão de casa, pais falecidos, drogadição dos familiares e exploração do trabalho

infantil. Ademais, embora as apresentemos de maneira isolada, esses elementos estão, majoritariamente, imbricados, visto envolverem diferentes formas de violação de direitos e razões de acolhimento multifatoriais.

Tendo como referência as vivências dos adolescentes acolhidos, podemos retirar o véu universalizado, perfeito, imaculado gravitante em torno da família. Assim como observamos, por meio da leitura dos depoimentos, as relações familiares, não necessariamente são, mas podem ser perpassadas por incontáveis violações de direitos, pela coisificação e objetificação de sujeitos e, estes acorrentados em um elo de dominação que machuca, oprime e, em muitos casos, não deixa espaço para instauração do amor familiar, elemento tido socialmente como inerente às famílias.

Em relação a situação de escolaridade dos adolescentes acolhidos, trata-se de outra realidade de violação de direitos, à medida que dos 10 adolescentes acolhidos no momento da investigação, nenhum havia completado o ensino fundamental e dois não sabiam ler nem escrever. Uma escolaridade frágil e interrompida precocemente, ou ainda a não alfabetização, são condições sociais as quais não contemplam as habilidades básicas que a sociedade capitalista contemporânea demanda. Ademais, esses meninos e meninas passam a não ter nenhuma chance em um contexto a educação se institui como um instrumento importante, dada as demandas educacionais exigidas serem cada vez mais ampliadas e complexas.

Nesse contexto, evidenciamos que estes adolescentes são oriundos de famílias de quatro a oito pessoas com uma renda mensal, cuja totalidade, não ultrapassa um salário mínimo. Assim sendo, algumas não possuem rendimento algum e em outras, a subsistência encontra-se atrelada apenas aos benefícios sociais. Cumpre frisar as condições de saúde dessas famílias e dos próprios adolescentes, os quais vivenciam situações bastante complexas de transtornos mentais, alcoolismo e drogadição.

Em relação à habitação, verificamos os seguintes elementos: algumas famílias encontram-se em situação de rua, não possuindo residência fixa; aquelas com moradia encontram-se em locais de precárias condições de acesso aos direitos sociais básicos, sendo, majoritariamente, residentes em favelas no município. Destarte, são famílias atingidas cotidianamente pela violência estrutural; uma das molas propulsoras da sociabilidade do capital e se desenvolve entre as classes sociais como fruto das desigualdades; uma violação de direitos que lhes nega condições básicas de sobrevivência, como habitação, alimentação e saúde.

Aprendemos a família e o amor idealizados pelos adolescentes acolhidos, estão destoantes em relação as suas vivências concretas; distantes dos sujeitos de “carne e osso”. Nas falas dos adolescentes, a instituição familiar é vislumbrada de maneira positiva, incólume, sem conflitos, desigualdades ou discordâncias; esse mundo familiar no qual o imaginário social gira em torno não deixa lugar para contradições, trata-se de um espaço de plena satisfação humana; algo presente no âmbito dos seus desejos e, portanto, aparece

sem máculas, embora eles já tenham vivido em família e vivenciado sua face mais dura.

Eles remetem a um dever ser presente na sociedade, apontam para aquilo que a família deveria representar, sem coadunar com suas vivências particulares. A apreensão sobre felicidade em família a qual esses meninos e meninas carregam dentro de si encontra-se atravancada por condições de sobrevivência objetivas da sociedade capitalista: na classe, gênero, “raça”/etnia, bem como na ideia desta instituição social enquanto boa, feliz, harmônica e, por isso mesmo, inexistente na realidade concreta.

O amor, é tido socialmente como obrigatório e basilar no âmbito relacional das famílias e, ao mesmo tempo exige delas uma reciprocidade amorosa entre pais e filhos. Pudemos extrair dos relatos dos adolescentes participantes que o amor para assim o ser, deve estar em coesão com atitudes de cuidado, carinho e atenção, bem como o ideário da família como o solo do verdadeiro amor; um contraponto de suas relações familiares.

Pela própria particularidade de suas vivências, a ideia de estar perto, do companheirismo, da união entre os familiares fundamenta e, para eles, constata a existência do amor. Todavia, vislumbramos o amor enquanto um sentimento humano construído socialmente, não se firma obrigatoriamente por intermédio dos laços consanguíneos/biológicos, é algo a ser edificado paulatinamente nas relações e não se estabelece nelas de maneira absoluta; é variável e não se instaura em todos os espaços. Dito de outra forma: não é universal, inato, natural, nem sempre existiu e se instala nas relações familiares, fato observado nas vivências desses meninos e meninas, vazios de família, vazios de amor.

Chegando ao final desse trabalho não temos respostas prontas e acabadas, não se findam as questões, as dúvidas e os aspectos que nos intrigam sobre as categorias estudadas; conseguimos descortinar alguns aspectos das histórias e trajetórias de vida dos adolescentes acolhidos na Casa de Passagem, porém diante da complexidade que as envolvem e, como ressaltamos à guisa de conclusão, novas interrogações vão se delineando, as quais destacamos: O amor teria uma força heurística para explicar a violência e a violação de direitos? Teria/seria potência para o destrinchar das reproduções violentas?

Primeiramente, com base nessas questões, é importante sinalizarmos que os aspectos da vida social se estabelecem no emaranhado das relações, nas imbricações entre os sujeitos, sem desconsiderar o caráter micro e macro, individual e coletivo que se articulam mutuamente em coaduno com os coeficientes históricos, sociais e culturais.

Acreditamos que tanto a violência quanto a violação de direitos são fenômenos extremamente complexos que não podem ser explicados a partir de um único prisma analítico, mas o amor e as relações que ele comporta, particularmente no âmbito da família, ajudam a compreender esses elementos e, inclusive, a própria sociedade a qual, como diz Simmel (1979), é tecida por inúmeros fios que se interligam e a dão movimento. Outrossim, o amor tem uma função ideológica na sociedade, ele é responsável por construir, desconstruir e reconstruir relações que formam a sociedade e suas contradições.

Com isso, compreendemos que a reprodução da violência não pode ser explicada por uma única categoria, porém se pensarmos sobre os sentidos e significados atribuídos pelos adolescentes participantes, percebemos que a ausência de amor, para estes poderia explicar, dar um tom a violência a partir de suas vivências concretas.

Diante disso, surgem outras inquietações: É porque o amor é idealizado e institui modelo abstrato de família que os adolescentes são submetidos a várias faces da violência intrafamiliar? Não amar idealizando, não instituir um modelo tradicional de família, instauraria uma convivência sem violência com adolescentes? Em congruência com esses dois questionamentos, pensamos sob um mesmo viés: acreditamos que os adolescentes não são submetidos a violência porque o amor e família estão idealizados, mas justamente por eles não existirem concretamente da forma como são tidos abstratamente. Se eles existissem como tal, a violência, provavelmente não existiria ou não haveria lugar para ela no âmbito relacional.

Sem dúvida, as considerações aqui expostas não dão conta da intensidade da pesquisa realizada, dos momentos vivenciados, das sensações estabelecidas entre pesquisadora e participantes em relação ao tema investigado. Os apontamentos, considerações e análises, aqui expressas, constituem uma das faces de uma totalidade mais complexa que instiga e nos leva a refletir de forma crítica sobre as complexas situações vivenciadas por esses sujeitos.

ALBAURRE, Maria Luiza M. **Português: contexto, interlocução e sentido**. São Paulo: Moderna, 2008.

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL. **Quem somos**. Disponível em: <http://www.aldeiasinfantis.org.br/conheca/quem-somos>. Acesso em: 21. Ago. 2016.

ALMEIDA, Thiago de. A gênese e a escolha do amor romântico: alguns princípios regentes. *Revista de Psicologia*. Fortaleza, v. 22, n. 1, p. 15-22, jan./jun, 2004.

ARAÚJO, E. A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

_____. Por uma história da vida privada. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (Organizadores.). **História da vida privada 3**. Da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia da Letras, 2009.

ATAIDE, Jairo de Paula. **Feliz como em propaganda de margarina**: as representações da família brasileira na publicidade. 2013. 113f. [Monografia]. Universidade de Brasília (UnB). Brasília, 2013. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/7326/1/2013_JairoDePaulaAtaide.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2016.

AZEVEDO, Liliane de Macedo. **Um passeio pelas estações da vida**: cenários do amor e da sexualidade na velhice. 2008. 88 f. Monografia (Faculdade de Serviço Social). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Mossoró - RN, 2008.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. A problemática da vitimização de crianças e adolescentes. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Crianças vitimizadas**: a síndrome do pequeno poder. 2. ed. São Paulo: Iglu, 2007.

BADINTER, Elisabeth. **O conflito**: a mulher e a mãe. Rio de Janeiro: Record, 2011.

_____. Um amor conquistado: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARROCO, M. Lucia. Serviço Social e Pesquisa: implicações éticas e enfrentamentos políticos. In: **Temporalis**, ABEPSS, Ano IX, n. 17. Brasília: ABEPSS, 2009.

_____. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 623-636, out./dez. 2015.

_____. Ética, direitos humanos e diversidade. In: **Revista Presença Ética**; 03, GÉPE, Recife, UFPE, 2003.

BARROS, Alberto dos Santos Filho. Violência: o cotidiano de crianças e adolescentes explorados sexualmente. **A exploração sexual de meninos e meninas na América Latina e no Caribe**. Relatório final. Brasil, 2008. Disponível em: <<http://www.svri.org/ViolenciaSexualnaALenoCaribe.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

BARROS, J. **Psicologia positiva**. Porto: ASA, 2004.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008.

BERNAL, Elaine Marina Bueno. **Arquivos do Abandono**: experiências de crianças e adolescentes internados em instituições do Serviço Social de Menores de São Paulo (1938-1960). São Paulo: Cortez, 2004.

BORGES, Zélia Maria. Aldeia juvenil: um olhar sobre sua história. In: SOUZA, Sônia (org). **Infância, Adolescência e Família**. Goiânia: Cânone editorial, 2001.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Participar-pesquisar. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

_____.; BORGES. M.C. A pesquisa participante: um momento da educação popular. Ed. Popular, Uberlândia, v. 6, p. 51-62. jan./dez. 2007.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei 8.069/1990. Brasília, 1990.

_____. **Balanco Ligue 180**: uma década de conquistas. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2015.

_____. **Relatório Disque Direitos Humanos. Módulo Criança e Adolescente**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, 2011.

_____. **Plano nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito das Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH, CONANDA; Conselho Nacional de Assistência Social – CNASS, 2006.

_____. Câmara Federal. **Projeto de Lei n. 6583/2013** (do Deputado Sr. Anderson Ferreira). Brasília: Câmara Federal, 2016.

_____. **Resolução n o 466**, de 12 de dezembro de 2012. Brasília, 2012. Brasília: Conselho Nacional de Saúde, 2012.

CARPENEDO, & C. KOLLER, S.H. Relações amorosas ao longo das décadas: um estudo de cartas de amor. **Interação em Psicologia**. Porto Alegre: v. 8, n.1, p. 1-13, 2004. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/psicologia/article/view/3234/2595>. Acesso em: 27 set. 2015.

CARVALHO, M. C. B. A Priorização da família na agenda política social. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.). **Família Brasileira**: a base de tudo. 5. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF, 2002.

CFESS. **Código de Ética Profissional do/a Assistente Social**. Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 1993.

CHAUÍ, Marilena. Democracia e autoritarismo: o mito da não-violência. In: **Simulacro e poder**: uma análise da mídia. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____. **A não-violência do brasileiro**: Um mito interessantíssimo. Texto Mimeo, 1982.

CNJ. **Cadastro Nacional de Pessoas acolhidas**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/cnca/publico/>>. Acesso em: 13 mar. 2016.

COSTA, Jurandir Freire. **Sem Fraude nem Favor**. Rio de Janeiro: Editora ROCCO, 1998.

CUNHA, Maria Leolina Couto. **Módulo III do Curso de Capacitação: Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes na Modalidade Abuso Sexual**: CECOVI – Centro de Combate à Violência Infantil. Unicef, 2004.

CUPOLILLO, M. V., COSTA, A. O. B., PAULA, J. T. S. Os avós como suporte na criação dos netos. In: S. M. G. SOUSA & I. RIZZINI (Coords.). **Desenhos de família** – criando os filhos: a família goianiense e os elos parentais. Goiânia: Cãnone Editorial, 2001.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania mulher e morte no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DANTAS, Juliana Grasiela da Silva. “**Na fotografia estamos felizes**”: significados de família para adolescentes em acolhimento institucional da casa de passagem “Nossa Gente”/Mossoró-RN. 2014. 70f. [Monografia] (Faculdade de Serviço Social). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Mossoró, 2014.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

_____. **A história do amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2005

_____. **Histórias e Conversas de Mulher**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2013.

D’INCAO, Maria Ângela; et al. **Amor e família no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989

_____. No compasso da solidão. In: D’INCAO, Maria Ângela (Coord.). **Domínio das tecnologias**. São Paulo: Letras a Margem, 2015.

_____. O amor romântico e a família burguesa. IN: D’INCAO, Maria Ângela; et al. **Amor e família no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989

DUTRA-THOMÉ, L.; KOLLER, S H. Jovens brasileiros expostos à violência doméstica e na comunidade: fatores de risco e contextos de vulnerabilidade. In: **Infância e Juventude em contextos de vulnerabilidade**. Natal: Zagodoni, 2013.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo histórico no Brasil. In: RIZZINI, Irene. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência a infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

_____; FALEIROS, Eva Teresinha. **Escola que protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, 2008.

_____. A violência sexual contra crianças e adolescentes e a construção de indicadores: a crítica do poder, da desigualdade e do imaginário. In: LEAL, Maria de Fátima Pinto; CÉZAR, Maria Auxiliadora (Orgs). **Indicadores de Violência Intra-Familiar e Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes**. Brasília: CECRIA, 1998. Disponível em > https://www.tjsc.jus.br/infjuv/documentos/midia/publicacoes/cartilhas/criancaeadolescente/livro_indicadores-de-violencia_publicacoes1.pdf> Acesso em: 10 abr. 2016.

FÁVARO, Cleci. Mulher e família: um binômio quase inseparável. In: STREY, M. N. et al. **Família e Gênero**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio século XXI escolar**: o minidicionário da língua portuguesa. 7. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

FONSECA, Cláudia. **Caminhos da adoção**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Olhares antropológicos sobre a família contemporânea. In: ALTHOF et al. **Pesquisando a família**: olhares contemporâneos. Florianópolis: Papa-livro editora, 2002.

FOSTER, David W. Consideraciones sobre el estudio de la heteronormatividade em la literatura latinoamericana. **Letras**: Literatura e Autoritarismo. Santa Maria, n. 22, jan./jun. 2001.

GAJARDO, Marcela. "A Pesquisa Participante na América Latina", São Paulo, ED. Brasiliense, 1986.

GHIRALDELLI JR, Paulo. Como a filosofia pode explicar o amor (Coleção Filosofia Prática). São Paulo: Universo dos livros, 2011.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrolo**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

_____. **Sociologia**. 4 ed. Porto Alegre: Editora Artmed, 2005.

GIORGI, Amedeo. Sobre o método fenomenológico utilizado como modo de pesquisa qualitativa nas ciências humanas: teoria, prática e avaliação. In: POUPART, Jean D. (Org.). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

GUARÁ, I. M. F. R. Abrigo – comunidade de acolhida e socioeducação. In: M. V. BAPTISTA (coord.). **Coletânea Abrigar 1**. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 2010.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Violência de pais contra filhos**: a tragédia revisitada. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GURGEL, Telma. Feminismo e luta de classe: história, movimento e desafios teórico-políticos do feminismo na contemporaneidade. In: **Fazendo Gênero 9**: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. 2010.

HAGUETTE, Maria Tereza. Metodologias qualitativas na sociologia. Petrópolis: Vozes, 1999.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HOLANDA, Camila. Desvendando as histórias familiares: o sentido da família e seu lugar na rede de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. In: DIÓGENES, Glória. **Os sete sentimentos capitais**: Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. São Paulo: Annablume, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis 3**. 2 Ed. Brasília: ABEPSS, 2001.

IASI, Mauro. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA. **Esta é nossa história**. São Paulo: Alaúde Editorial, 2013.

KALOUSTIAN, S. M. (Org.). **Família Brasileira**: a base de tudo. 5. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF, 2002.

- KONDER, Leandro. **Sobre o amor**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- LEAL, Maria Lúcia. **A exploração sexual de meninos e meninas na América Latina e no Caribe**. Relatório final. Brasil, 1998. Disponível em: <<http://www.svri.org/ViolenciaSexualnaALenoCaribe.pdf>> Acesso em: 30 mar. 2016.
- LESSA, Sergio. **Abaixo a família monogâmica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- LIMA, Aricéa Xavier de Souza. “**Mães más**”: um olhar sobre o abandono. 2011. 97 f. [Dissertação] (Mestrado em Política Social). Universidade Federal Fluminense. Programa de Estudos e Pós-Graduação em Política Social. Rio de Janeiro: 2011.
- LINS, Regina Navarro. **A cama na varanda**: arejando nossas ideias a respeito de amor e sexo. Rio de Janeiro: Best Seller, 2007.
- LOURO, Guacira Lopes. Corpo, escola e identidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 2, n. 25, p. 59-76, jul./dez. 2000.
- LOSACCO, Silvia. O jovem e o contexto familiar. In: VITALE, M. A. F. (Org.). **Família**: redes, laços e políticas públicas. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- LUZ, Madel Therezinha. **As instituições médicas do Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2013.
- MAIO, Jaqueline Soares Magalhães; VASCONCELOS, Maria Gorete de Oliveira Medeiros. Abuso sexual de crianças e adolescentes: avanços e desafios da rede de proteção para implantação de fluxos operacionais In: UNGARETTI, Maria América. **Criança e Adolescente**. Direitos, Sexualidades e Reprodução. São Paulo: Organização de Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude – ABMP, 2010.
- MELLO, S. L. de. Família: perspectiva teórica e observação factual. In: CARVALHO, M.C. A. (Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Cortez, 2000.
- MINAYO, M.C.S. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001
- MONTEIRO, L.P, CARDOSO, N. A. Família e criação dos filhos. In: SOUZA, Sônia e RIZZINI, Irene (coords). **Desenhos de Família** – Criando filhos: a família goianiense e os elos parentais. Goiânia: Cãnone Editorial, 2001.
- MOTTA, M. E. A Naturalização da Violência contra Criança e Adolescente. IN: GONÇALVES, Hebe S. **Infância e Violência no Brasil**. Rio de Janeiro: FAPERJ/NAU, 2003.
- NECA. Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente. **Cada caso é um caso**: a voz de crianças e adolescentes em situação de abrigo. São Paulo, 2010. Disponível em: <www.fazendohistoria.org.br/downloads/5_cada_casa_e_um_caso.pdf>. Acesso em: 30 Mar. 2016.
- NEPEDH. Direitos Humanos: bandeira cotidiana de luta dos movimentos sociais pela afirmação dos direitos e da diversidade In: **Temporais**/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Ano 3, n. 5. Brasília: ABEPSS, 2002.
- OLIVEIRA, Alberto Bolleta de. Aspectos médicos e psicológicos da vitimização de crianças e adolescentes. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Crianças vitimizadas**: a síndrome do pequeno poder. 2. ed. São Paulo: Iglu, 2007.

- OLIVEIRA, Nayara Hakime Dutra. **Recomeçar: família**, filhos e desafios. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.
- OLIVEIRA, M. L. M, CAFÉ, M. B. O atendimento no Centro de estudo, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil. In: SOUZA, Sônia (org). **Infância, Adolescência e Família**. Goiânia: Cãnone editorial, 2001.
- OSÓRIO, Luiz Carlos. **Família hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- OSÓRIO, Rafael. Desigualdade e Pobreza. In: CALIXTRE, André; VAZ, Fábio (Organizadores.). **Nota Técnica PNAD 2014 – breves análises**. Brasília: IPEA, 2015.
- PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **Mulher negra: afetividade e solidão**. Salvador: ÉDUFBA, 2013.
- PEREIRA, E. V. **A voz da criança institucionalizada**: representações sociais de família e abrigo. 2006. 173 f. [Tese de doutorado]. Universidade Estadual de São Paulo, Franca 2006.
- PEREIRA, P. A. P. A metamorfose da questão social e a reestruturação das políticas sociais. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social**. Brasília, DF: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, módulo 1, 2000.
- PERES, V. L. A. Concepções de família em população de periferia urbana. In: SOUZA, Sônia (org). **Infância, Adolescência e Família**. Goiânia: Cãnone editorial, 2001.
- PRADO, Danda. **O que é família**. São Paulo: Brasiliense, n. 50, 2012.
- PROST, Antoine. Fronteiras e espaços privados. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (Organizadores.). **História da vida privada 5**. Da Primeira Guerra aos nossos dias. São Paulo: Companhia da Letras, 2009.
- RIZZINI, Irene. **Acolhendo crianças e adolescentes**: experiências de promoção do direito à Convivência Familiar e Comunitária no Brasil. São Paulo: Cortez, 2006.
- _____; RIZZINI, Irma. **A Institucionalização de Crianças e Adolescentes no Brasil**: percurso histórico e desafios do presente. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.
- ROMAGNOLI, Roberta Carvalho; RENA, Ana Paula Castello Branco. Breve discussão acerca da violência nas relações familiares à luz das ideias de Hanna Arendt. In: ROSÁRIO, Ângela Buciano do; NETO, Fuad Kyrillos; MOREIRA, Jackeline de Oliveira (Organizadores.). **Faces da violência na contemporaneidade**: sociedade e clínica. Barbacena, MG: EdUEMG, 2011.
- ROSSI, Túlio Cunha. **Projetando a subjetividade**: a construção social do amor a partir do cinema. 2013. 326 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. São Paulo: 2013.
- RUSSO, Gláucia Helena Araújo. **Amor e dinheiro**: uma relação possível? Caderno CRH, Salvador, v. 24, n. 61, p. 121-134, Jan./Abr. 2011.
- _____. **Rodando a bolsinha**: dinheiro e relações de prostituição. 2006. 278f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Natal: 2006.
- _____; DANTAS, Juliana Grasiela da Silva. Adolescentes, acolhimento institucional e pobreza: três lados de uma mesma equação? **O Social em Questão** - Ano XIX - n° 35, p. 129 – 148, 2016.
- _____; TRINDADE, Hiago; DANTAS, Juliana; NOGUEIRA, Jéssica. Quando a realidade cala: violência Psicológica intrafamiliar contra crianças e adolescentes em Mossoró-RN. **Revista Temporalis**. Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 159-180, jan./jun. 2014a.

_____. Da omissão denunciada: negligência intrafamiliar contra crianças e adolescentes no Creas/Mossoró-RN. In: **SER Social**, Brasília, v. 16, n. 34, p. 65-90, jan.-jun./2014b.

SAFFIOTI, Heleieth. A síndrome do pequeno poder. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. 2. ed. São Paulo: Iglu, 2007.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes. Direitos Humanos, dominação ideológica e resistência. In: **Revista Inscrita**, n. 10, Brasília: CFESS, 2007.

SARTI, Chyntia A. Família e jovens: No horizonte das ações. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: Espaço Aberto, 1999.

_____. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2003a.

_____. Famílias enredadas. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. (Org.). **Família: laços, redes e políticas públicas**. São Paulo: IEE-PUCSP, 2003b.

_____. A família como ordem simbólica. **Revista de Psicologia USP**, Vol. 15, n. 3, 2004.

SARTI, Cynthia A. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

SCHOEOFLIN, Maurizio. **O amor segundo os filósofos**. Tradução Antonio Angonese. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

SEGALIN, Martine. **Sociologia da Família**. Lisboa: Terramar, 1999.

SERRURIER, C. **Elogio às Mães Más**. São Paulo: Summus, 1993.

SIMMEL, Georg. A natureza sociológica do conflito. In: MORAES FILHO, Evaristo (org.). **Sociologia**, São Paulo: Ática, 1983.

_____. A Metrópole e a Vida Mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O Fenômeno Urbano**, 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar/Biblioteca de Ciências Sociais, 1979.

SIMMEL, Georg, O conflito como socição. (Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury). In: **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 10, n. 30, pp. 568-573; 2011.

SINGLY, F. **Sociologia da família contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SNYDERS, Georges. **Não é fácil amar nossos filhos**. Trad. Emílio C. Lima. 1a ed., Lisboa: Publicação Dom Quixote, 1984.

SOLOMON, Robert C. **O amor: reinventando o romance em nossos dias**. São Paulo, Saraiva: 1992.

STASEVSKAS, Kimy Otsuka. Ser mãe: narrativas de hoje. 1999. 195 f. [Dissertação] (Mestrado em Saúde Pública). Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Saúde Materno-Infantil. São Paulo: 1999.

STREY, M. N. Gênero, Família e Sociedade. In: STREY, M. N, *et al.* **Família e Gênero**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

SZYMANSKI, Heloisa. Teorias e “teorias” de famílias. In: CARVALHO, M. C.B. (org.) **A família contemporânea em debate**. 2. ed. São Paulo: EDUC/Cortez, 2000.

TONET, Ivo. Ética e capitalismo. In: **Presença Ética**. Recife, n. 2, 2002.

TORRES, Anália Cardoso. Amor e ciências sociais. In: **Revista Travessias**, Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 2004.

TRIGO, Maria Helena Bueno. Amor e casamento no século XX. In: D’INCAO, Maria Ângela; et al. **Amor e família no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989.

TRINDADE, José Damião de Lima. **Os direitos humanos na perspectiva de Marx e Engels**. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2010.

VALENTE, Rodolfo de Almeida. Violência urbana e resistência popular na era da grande marginalização. In: Direitos Humanos no Brasil 2013. **Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**; 2013.

YUNES, Maria Angela Mattar; ARRIECHE, Maria Rosaura de Oliveira; TAVARES, Maria de Fátima ABRANTES; Lucimeri Coll Faria. Família vivida e pensada na percepção de crianças em situação de rua. In: **Paidéia**, 11(20), 47-56; 2001.

SOBRE A AUTORA

JULIANA GRASIELA DA SILVA DANTAS - Possui Graduação em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) (2014); Pós-Graduação Latu Sensu em Políticas Públicas e Intervenção Social pela Faculdades Integradas de Cruzeiro (FIC) (2015); Mestrado em Serviço Social e Direitos Sociais pela UERN (2017) e Pós-Graduação Latu Sensu em Educação, Pobreza e Desigualdade Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) (2019). Participante do Grupo de Estudos em Serviço Social, Trabalho e Lutas Sociais (GESTULS), vinculado à UERN, na linha de pesquisa Ética, Política, Direitos Humanos e Serviço Social. Atualmente é Assistente Social da Prefeitura de Mossoró-RN (PMM) no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) com atuação na Proteção Social Especial de Alta Complexidade e Docente vinculada ao curso de Serviço Social na Universidade Potiguar (UnP).

UMA PRESENÇA AUSENTE:
AMOR E FAMÍLIA PARA OS
ADOLESCENTES ACOLHIDOS

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020

UMA PRESENÇA AUSENTE:
AMOR E FAMÍLIA PARA OS
ADOLESCENTES ACOLHIDOS

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020